

CADERNOS

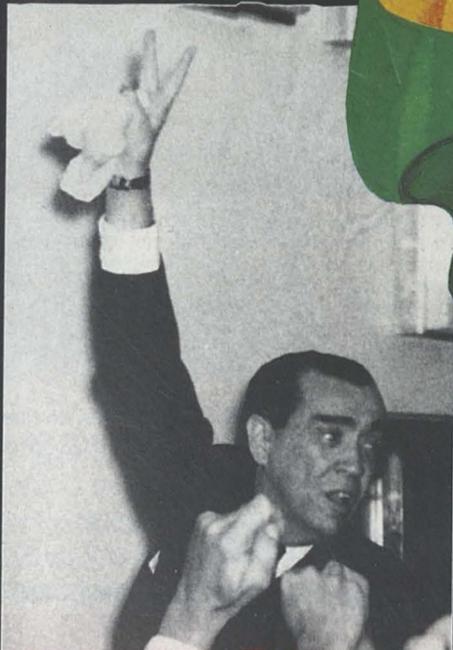
DO TERCEIRO MUNDO

142

EXCLUSIVO:
ÁFRICA DO SUL

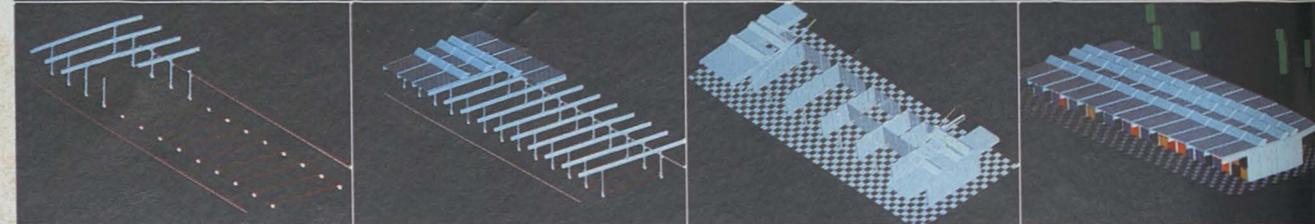
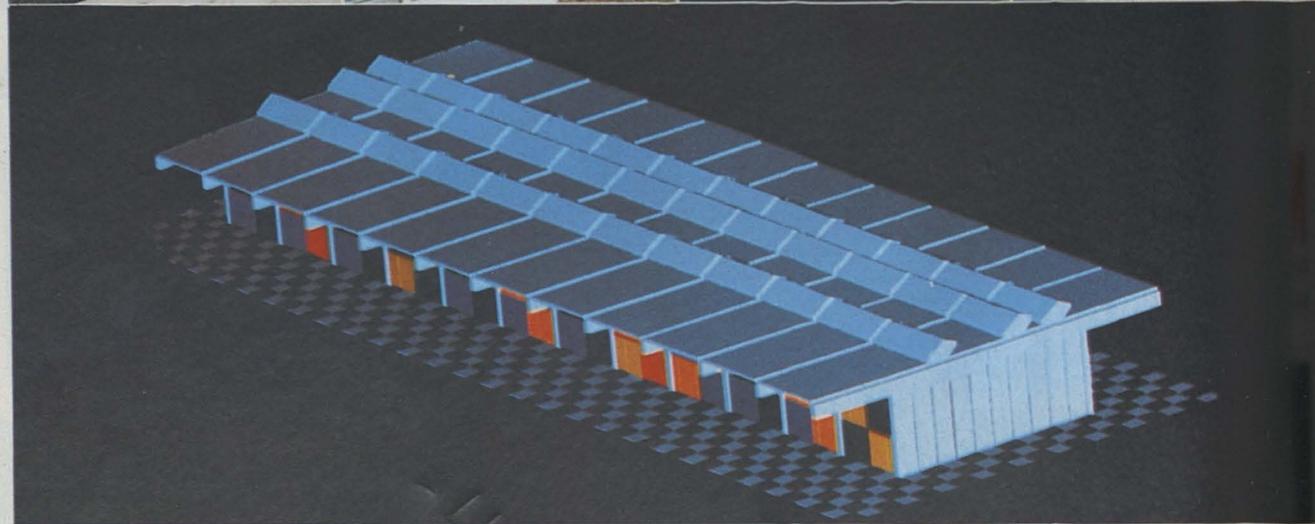


O MISTÉRIO DAS MORTES DE JK E JANGO



POR QUE NÃO HOUE INVESTIGAÇÃO?

RIOCOP, uma empresa sem concorrentes. E sem concorrência.



A Riocop é um exemplo concreto de empresa estatal bem administrada. Criada há pouco mais de 5 anos, para coordenar a construção em massa de escolas (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro, hoje ocupa um lugar de destaque no setor de construção civil.

A base desse sucesso é o pioneirismo no trabalho com pré-moldados de argamassa

armada. Uma tecnologia que permite a construção, em tempo recorde, de escolas, centros de saúde, pontes, passarelas e uma série de outras obras em benefício da população. Tudo isso com um custo muito mais baixo em relação aos praticados pelas construtoras que lidam com o método convencional de concreto armado.

Grande parte desses projetos

têm sido executados junto a diversas prefeituras, autarquias e órgãos públicos de vários estados, em função, principalmente, da condição de estatal da Riocop. Isso permite a contratação de serviços sem licitações públicas.

A eliminação dos entraves burocráticos, aliada à qualidade do trabalho desenvolvido pela Riocop, tem permitido a essas

instituições o cumprimento de suas obrigações junto a suas comunidades.

Agora, sua administração também pode usufruir dessas vantagens e apresentar, em pouco tempo, benefícios de alto nível à sua população.

Contrate, sem concorrência, os serviços de quem é líder na tecnologia de argamassa armada no País.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E PRÉ-MOLDADOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Tel.: (021) 395-4550 - FAX: (021) 395-3965

CAPA:

O mistério das mortes de J.K. e Jango

Num prazo de alguns meses, Juscelino Kubitschek e João Goulart morreram em circunstâncias ainda hoje insuficientemente esclarecidas.



Nosso diretor, Neiva Moreira, que acompanhou de perto os episódios, aborda nessa reportagem uma questão-chave: por que não houve a devida investigação a respeito das mortes dos dois ex-presidentes?

Página 12



◀ **Insurreição democrática contra o autoritarismo stalinista, desmembramento da União Soviética, confronto Gorbachev-Yeltsin. O golpe na URSS só fez acelerar conflitos cujo desfecho é imprevisível** 34



O descrédito do regime de minoria branca leva Nelson Mandela a exigir sua renúncia e a formação de um governo interino com todas as forças políticas do país 42



◀ **A economia brasileira continua na expectativa de decisões que indiquem a retomada do desenvolvimento. Cautela ainda é a palavra de ordem** 17

SUMÁRIO

2 PANORAMA

40 Paraguai: O povo volta a acreditar

MATÉRIA DE CAPA

12 J.K. e Jango: duas mortes que até hoje não foram bem esclarecidas

ÁFRICA

42 África do Sul - Mandela: Constituinte já

46 Camarões: A luta pela democracia

49 Nigéria: Reaproximação com Israel

ECONOMIA

17 Cautela domina a economia

PRIVATIZAÇÃO

26 Privatização ronda os portos

30 Usiminas: os descaminhos da privatização

ÁSIA

50 Coreia: Os obstáculos à reunificação

ARMAMENTISMO

53 Egito: Militarismo gera polêmica

54 EUA: Armas em nome do desarmamento

EDUCAÇÃO

32 O educador e o ensino público

SAÚDE

33 Efeitos do descaso

MEIO AMBIENTE

56 Diálogo de surdos

EUROPA

34 URSS: A crise soviética

58 PANORAMA TRICONTINENTAL OPINIÃO

64 O positivo e o inaceitável do "Emendão"

AMÉRICA LATINA

38 Bolívia: Golpistas em baixa

O pacto

Em torno de um bolo de aniversário, do qual cada um recebeu uma fatia, os governadores estaduais firmaram um pacto administrativo com o presidente Fernando Collor. Foi no dia 12 de agosto, quando Collor comemorou seus 42 anos, após um ano e cinco meses de governo. Sob o lema conciliador de "nem alianças automáticas, nem divergências insuperáveis", proposto pelo governador brasileiro Joaquim Roriz, o encontro procurou estabelecer o bom senso e o interesse público como parâmetros de uma nova etapa da política nacional.

Collor vê, no posicionamento dos governadores, a possibilidade de aplainar os caminhos de reformas, durante a tramitação das propostas no Congresso Nacional. Ele acredita que aumentaram as chances de aprovação do Projeto de Reconstrução Nacional, o chamado Projeto, documento surgido no início do ano,



em que estão resumidas as metas de desenvolvimento e modernização do país.

Um pacto para a solução dos grandes problemas nacionais é o pensamento de todos os governadores – resumiu Leonel Brizola, do Rio de Janeiro. "Nenhum governador tem interesse na ingovernabilidade do país", disse Roberto Requião, do Paraná, enquanto os demais manifestavam apoio a um clima de entendimento construtivo entre estados e União.

Está claro, porém, que o pacto não se desenvolverá com tranquilidade, se não houver, de fato, a disposição federal de negociar projetos e ampliar consultas.

Há claro interesse do Planalto em promover reformas na Constituição, o que somente se tornará possível com ampla maioria no Congresso, para a qual será fundamental o convencimento dos governadores. O funcionamento mais adequado da federação é, para os governadores, um dos objetivos principais.

A disposição negociadora de todos assegura um clima de distensão, muito apropriado à civilidade política e útil à criação de possibilidades administrativas, nessa fase de recuperação incerta da economia. Para governadores que, em sua maioria, enfrentam máquinas estaduais praticamente falidas, o pacto surge como uma medida de bom senso, que amplia suas opções. Para o presidente Collor, é a chance de construir um projeto nacional, ao qual pode dar decisivas contribuições a experiência política das lideranças regionais. A vantagem para o país é o alargamento dos espaços de negociação e entendimento.

Disque Q

A impetuosa decolagem do ex-governador Orestes Quércia, rumo ao pleito presidencial de 1994, está encontrando turbulências nos céus pemedebistas. A posição do governador paranaense Roberto Requião é um desafio aos planos de Quércia, que traçara um roteiro de calmo domínio do PMDB para navegar os próximos três anos em tranquila arrumação da campanha ao Planalto. "Um grupo de pilantras" – é assim que Requião vê Quércia e seus comandados imediatos, enquanto o ex-governador paulista chama o governador paranaense de Maria Louca e traidor.

"Tenho a vida limpa. Meu julgamento foi feito pelo povo", argumenta Quércia, ao referir-se ao telefone que Requião colocou à disposição do público, para receber denúncias contra o presidente do PMDB. O "Disque Quércia" tem funcionado, assegura Requião, que se define em campanha de moralização no seu partido e em guerra contra as ambições políticas de Orestes Quércia. Ainda como provocação ao ex-governador paulista e aos governadores quercistas, Requião anunciou total transparência nas concorrências e preços das obras públicas paranaenses, "para comparação com os custos de obras semelhantes em outros estados".

Na reunião do diretório nacional do PMDB, do dia 7 de



agosto, Quércia conseguiu extrair uma declaração da direção partidária, condenando as atitudes de Requião e convidando-o a retirar-se da agremiação, uma forma branda de anunciar que vai expulsá-lo. "Uma nota que Al Capone e sua quadrilha redigiriam", disse Requião sobre a declaração da cúpula pemedebista. "É apenas um traidor que deve ir para o quinto dos infernos", rebateu Quércia, que vê um dedo do Palácio do Planalto na disposição do governador paranaense em criar-lhe dificuldades.

Pela veemência do debate e pelas armas que ambos os lados estão dispostos a utilizar, tudo indica que essa briga dificilmente terá uma reconciliação, embora a política seja dinâmica, por definição. Desde já, porém, o plano presidencial de Orestes Quércia deverá incorporar a seus cálculos os efeitos dos dossiês produzidos pelo tilintar do Disque Q.

Sem política tecnológica

A inexistência de uma política efetiva de desenvolvimento tecnológico para o país é uma das constatações da recente pesquisa "Abertura comercial e estratégia tecnológica: A visão de líderes industriais brasileiros", promovida pela Confederação Nacional da Indústria-CNI.

Das respostas apresentadas por industriais dos diversos setores de atividade, ressalta a informação, colhida nas entrelinhas, de que cada empresa está sozinha diante do desafio tecnológico e, além disso, sob a pressão da empresa estrangeira dotada de tecnologia mais avançada. A relação empresa-universidade ou empresa-instituição de pesquisa está entre os índices mais baixos. Nossos industriais vêem, majoritariamente, apenas duas grandes opções: tentar desenvolver tecnologia na própria empresa (louvável disposição que não encontra apoio na sua realidade financeira) e aquisição de tecnologia desenvolvida no exterior (que envolve, de modo geral, a impossibilidade de alcançar a tecnologia mais recente ou o risco de associações danosas, que ameaçam o controle final do negócio pelo empresário brasileiro).

Em suma, a inexistência de uma política maior de desenvolvimento tecnológico no país deixa cada indústria nacional sozinha, diante de um desafio difícil de ser superado de modo conveniente.

Isto explica, por exemplo, a desnacionalização de um setor que, um dia, foi dominado por empresas autenticamente brasileiras, o setor farmacêutico. Incapaz de fazer frente à máquina tecnológica externa, a atividade desnacionalizou-se, quase

por completo. Na resposta ao item "fontes de tecnologia", o setor farmacêutico informou que a principal fonte é mesmo o desenvolvimento produzido no exterior: 92%. Isto seria vantajoso, se fossem firmas de capital nacional que estivessem adquirindo tal tecnologia externa em remédios, pois seria uma atualização de nosso parque farmacêutico. Como a maioria de nossos laboratórios já deixou de existir ou foi vendido a empresas estrangeiras, o dado significa que o trânsito

como principal fonte tecnológica. As atividades extrativa mineral (91,7%), de mecânica (91%) e matéria plástica (85%) são outras que privilegiam as fontes tecnológicas externas.

Na pesquisa promovida pela CNI, chamam a atenção, ainda, as respostas dos industriais ao item "Estratégia tecnológica: Ordenamento das prioridades por ramo de atividade". Dos 18 ramos listados, somente oito (44%) colocaram o investimento em tecnologia entre as três primeiras preocupações. Somente um setor (5,5%), o de papel e papelão, colocou o investimento tecnológico como

tam compra de equipamentos novos, investimento próprio ou compra de tecnologia no exterior.

Este conjunto de dados já permite reflexões preocupantes, pois revelam que a desarticulação é profunda e não existe uma conscientização sobre a questão. Um sistema de desenvolvimento tecnológico a nível nacional é desconhecido, aliás, inexistente.

Isto se torna ainda mais claro, quando se examinam as respostas ao item "fontes de tecnologia". As opções "tecnologia desenvolvida por universidade/instituição de pesquisa" e "tecnologia de-



do *know-how* se faz entre matrizes e filiais, permanecendo vedado o acesso tecnológico nacional aos produtos de saúde. Já se destacou, várias vezes, o comprometimento estratégico que essa situação representa. A pá de cal nesse assunto seria um eventual reconhecimento brasileiro das patentes farmacêuticas estrangeiras, o que viria a comprometer, definitivamente, a pouca pesquisa que ainda se faz e eliminaria o resto de oxigênio, de que se nutre a reduzida parcela nacional dessa atividade industrial.

O setor de perfumaria, por sua vez, aponta em 100% o desenvolvimento exterior

a prioridade principal. O mesmo fez o setor de material elétrico e de comunicações, mas privilegiando não o esforço de desenvolvimento, mas a pura compra de *know-how* no exterior. Dez setores (66%) simplesmente ignoraram o desenvolvimento ou absorção de tecnologia como uma das três primeiras prioridades.

Em que acredita a maioria esmagadora de nossos industriais, quando pensa em estratégia tecnológica? Em 66% dos casos, eles listaram as providências que consideram prioritárias: racionalização, controle de qualidade e treinamento de recursos humanos. Só depois apon-

desenvolvida por empresa de engenharia" foram as menos cotadas, ficando abaixo de 50%, na média. Os destaques, como opções reais, foram "tecnologia desenvolvida pela empresa" e "tecnologia desenvolvida no exterior", em torno dos 80%. Em terceiro lugar, ficou "tecnologia desenvolvida por fornecedores/compradores", na faixa dos 65%. Universidades, instituições de pesquisas e empresas de engenharia são, na prática, desconhecidas/não utilizadas por setores industriais como fontes privilegiadas para aquisição de tecnologia. A pesquisa não revela o porquê, mas demonstra que algo não funciona.



Mania de copiar

O Brasil tem a mania de copiar modelos que vêm de fora e não se ajustam a sua realidade específica. O exemplo mais atual é a onda de desestatização. Segundo o economista João Paulo de Almeida Magalhães, a presença de empresas estatais no Brasil deve ter uma adequada comparação com o processo que se verificou no Primeiro Mundo.

“A estatização em grande escala surgiu, de repente, na Inglaterra e se estendeu pelos demais países europeus, logo depois da Segunda Guerra Mundial, graças aos partidos de esquerda, reforçado pelo emergente prestígio da União Soviética, que havia ganho a maior parte da guerra contra a Alemanha. A solução socialista, na época, passou a ser identificada como a melhor. O processo começou na Inglaterra, com a

estatização das minas de carvão, aciarias, etc.. Uma verdadeira moda. Com o fracasso econômico do modelo socialista, isto significou, simplesmente, que a estatização não era a forma mais eficiente para se conseguir o desenvolvimento. Então, os países que, por motivos ideológicos haviam criado grande quantidade de empresas governamentais, voltaram atrás”.

“No caso do Brasil”, frisa o economista, “a grande maioria das empresas públicas surgiu, não por razões ideológicas, mas, simplesmente, porque o país estava em vias de desenvolvimento. A Companhia Siderúrgica Nacional, por exemplo. O setor siderúrgico estava aberto ao capital estrangeiro, mas este não quis vir para cá. Antes da Petrobrás, o capital estrangeiro talvez viesse para o setor do petróleo, mas não quis explorá-lo aqui, porque o produto saía muito mais barato fora do Brasil. Por isso, o governo fez a Petrobrás. A Vale do Rio Doce é outro caso. São setores

que o capital privado poderia ter assumido, mas não o fez. Entendo, por isso, que a privatização tem que ser conduzida com cuidado. No setor elétrico, muita gente diz que o capital privado poderia promover a expansão necessária, porque o governo daria a tarifa. Pode ser, mas, se o governo dá a tarifa, esta pode ficar elevada demais e as nossas indústrias, assim, correm o risco de não serem competitivas no exterior. Portanto, a questão precisa de cuidadoso exame, pois só assim poderemos evitar que uma desestatização forçada leve o governo a vender empresas públicas a preços muito abaixo do valor real, com vultosos prejuízos para o país”.

Além do notório caso da Usiminas, a mais produtiva e lucrativa estatal da área do aço, que o BNDES pretende passar adiante a um preço de liquidação, vale lembrar o caso da Mafersa, de produtos ferroviários. Na recente aproximação comercial Brasil-Irá, são fortes as chances de um contrato de 1 bilhão de dólares, para o fornecimento de máquinas e vagões, através da Mafersa. Esta continua na mira do BNDES para privatização, por 20 milhões de dólares.

Privatização tem significado diferente, lá e cá: privatizar por privatizar, aqui, tem o sentido de desarmar o país em sua marcha de desenvolvimento, quando se trata de empresas industriais e de serviços que desempenham um papel especial no apoio ao desenvolvimento da economia nacional.

Safra menor

Como um iô-iô, que estica e diminui, conforme o movimento da mão do dono, a agricultura brasileira surpreende com supersafras ou com reduções preocupantes. Inexiste regularidade, mesmo com chuvas equilibradas. Assim, a previsão para a próxima safra é agora de 55 milhões de toneladas de grãos, 10 milhões a menos do que já se conseguiu há dois anos e 15 milhões a menos do que disse esperar o cálculo oficial, que sonhava com 70 milhões de toneladas.

A falta de crédito é o vilão da história, segundo as lideranças rurais, que consideram lentas as providências do governo para remediar a situação. Os juros, que chegam a até 18%, tornaram proibitivos os empréstimos a médios e grandes agricultores, uma vez que juros menores só beneficiam os pequenos plantadores.

No caso da soja, já se colhe menos 25% que no ano passado: a safra de 1991 não passará de 15 milhões de toneladas, 5,5 milhões abaixo do resultado de 1990. As fábricas que moem o grão já se ressentem da falta da matéria-prima e é previsível que volte aquela agonia das donas-de-casa, proximamente, na disputa de latas de óleo comestível nos supermercados. A agricultura continua provando que se trata de um dos gargalos do desenvolvimento brasileiro.



Cai o saldo

Exportando pouco ou importando demais, o Brasil obteve saldo de apenas 777 milhões de dólares no comércio exterior, no mês de julho. Segundo os números do Departamento do Comércio Exterior- Decex, foi o pior julho, desde 1983. As vendas somaram 2,56 bilhões de dólares e as importações, 1,78 bilhão. As causas do mau desempenho foram atribuídas à queda nas exportações de suco de laranja (-58%), automóveis (-66%), gasolina (-40%), soja (-6%) e cacau (-10,6%). Este ano, as geadas da Flórida não ajudaram os produtores brasileiros, que, coincidentemente, alcançaram uma safra excelente. Os preços, assim, despencaram.

Na outra mão do comércio, o Bra-

sil vem comprando mais trigo do que no ano passado, além de arroz e milho, no item dos alimentos. A importação também é alta, devido à compra de máquinas e equipamentos, segundo a diretora do Decex, Heloísa Carmargos, que considera esse aumento

saudável para a economia, uma vez que representa modernização industrial, a qual, mais à frente, produzirá incremento de exportações.

De janeiro a julho, o Brasil acumulou saldo positivo de 7,9 bilhões de dólares, num movimento de comércio exterior que já mobilizou, até o período, 30,2 bilhões de dólares, sendo 11,1 bilhões de dólares em importações e 19,1 bilhões em exportações.



Alerta

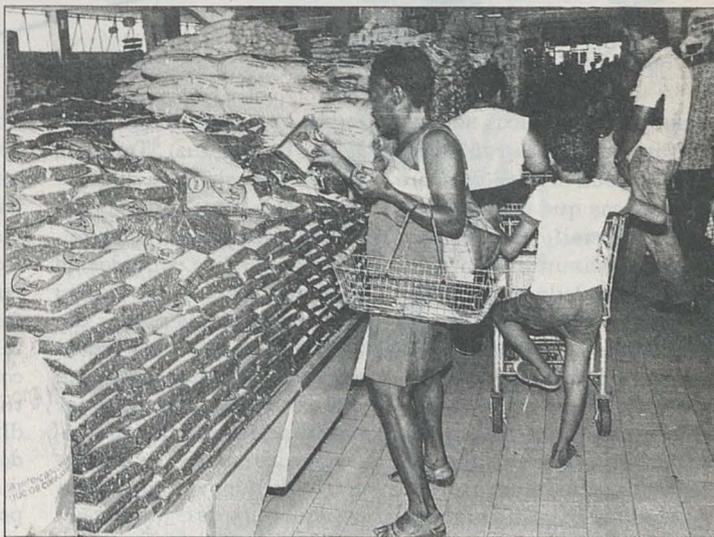
Com a inflação já batendo os 11,3%, com a perspectiva de se repetir em agosto na mesma faixa, o estilo *soft* do ministro Marcílio Marques Moreira tenta achar um caminho de contenção dos índices, através da conscientização do empresariado contra a abusiva remarcação de preços e por medidas clássicas de controle. Em reunião com o empresariado, em São Paulo, o ministro negou a possibilidade de novos pacotes e de heterodoxias comuns nos pacotes pós-cruzado.

Aos secretários de Fazenda estaduais, reunidos com ele, em Brasília, Marcílio destacou a utilização de política monetária apertada, juros altos, controle de preços – embora flexível – e recuperação das tarifas públicas, para aliviar os tesouros federal, estaduais e municipais, impedindo que se atolem em déficits e dívidas.

Dias depois, porém, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, confessou-se descrente da força da mera política monetária para acertar os caminhos da economia brasileira. Falando também a empresários paulistas, Gros especulou sobre a necessidade de providências de âmbito mais vasto para enquadrar a renitência inflacionária nacional. O controle monetário, por si só, segundo ele, não é capaz de impedir a subida de preços.

O presidente do Banco Cen-

tral deixou, no entanto, uma mensagem tranquilizadora para seus ouvintes, afirmando que “a inflação não é alarmante no país” e que falta força à demanda para estimular uma generalizada remarcação de preços.



Guia de remédios

A Escola Nacional de Saúde Pública-Ensp, que funciona na Fundação Instituto Oswaldo Cruz-Fiocruz, começou a desenvolver um "Guia Terapêutico para a Atenção Primária". Um grupo de sanitaristas, sob a coordenação da pesquisadora Suely Rozenfeld, é responsável pelo trabalho, que visa a

"Há vários trabalhos no Brasil, América Latina, Europa e Estados Unidos mostrando que a propaganda da indústria farmacêutica influencia em muito a qualidade de prescrição de um medicamento", diz a dra. Suely Rozenfeld, na entrevista que concedeu à "Folha de Mangueiros", a publicação men-

pirará, portanto, uma lacuna existente na prática médica brasileira, onde os profissionais até agora não dispõem de uma obra atualizada de consulta e orientação. Segundo a pesquisadora, na mesma entrevista à "Folha de Mangueiros", "basicamente, encontramos a seguinte situação no Brasil:

o passo inicial para mudar mentalidades e comportamentos no uso de medicamentos no país".

O Guia da Ensp "aborda o medicamento pelo seu nome oficial, estando dividido da seguinte forma: medicamentos selecionados, não-selecionados (proibidos ou perigosos) e o uso de medicamentos em situações especiais. Dos medicamentos proibidos ou perigosos e os de eficácia nula ou duvidosa, apresentamos a razão principal para a não-seleção do medicamento, bem como as consequências sanitárias decorrentes de seu uso. Dos medicamentos selecionados, damos informações sobre o modo de usar, incluindo aí a dose média, máxima e mínima, para adultos e crianças, duração do tratamento, casos de ajustes de dosagens, etc., além dos riscos de superdosagens e associações. Além disso, apresentamos o uso de medicamentos em gestantes, crianças, idosos e pacientes com insuficiência renal, casos estes considerados especiais", detalha a coordenadora do trabalho.

Ela lembra, ainda, que "países como Inglaterra, Itália e Espanha têm guias terapêuticos que independem de interesses da indústria farmacêutica, porque são elaborados por pesquisadores de universidades e instituições de pesquisas. A cada dois anos, os guias são atualizados e distribuídos gratuitamente entre os médicos, através do serviço público". Experimentalmente, o Guia da Ensp está sendo utilizado por médicos que atuam na rede pública dos bairros cariocas da Penha, Ilha do Governador, Ramos e na unidade Germano Sinval Faria, da própria Fiocruz.



orientar os médicos sobre a natureza de cada remédio e sua respectiva eficácia sobre as doenças que mais acometem os brasileiros. O Guia pretende diminuir a influência dos vendedores da indústria farmacêutica sobre o receituário praticado pelos nossos médicos, que têm, como informação sobre os medicamentos, a lábia do representante e as bulas impressas pelos laboratórios, nem sempre com informações precisas.

sal de divulgação das atividades da Fiocruz. "Também existem trabalhos", continua, "mostrando que as deformações contidas nas bulas de remédios vendidos no Terceiro Mundo são muito maiores que nos países desenvolvidos. Então, as indústrias farmacêuticas sabem que existe uma chance maior de anunciar produtos com informações distorcidas no Terceiro Mundo, sem que haja qualquer tipo de contestação".

O trabalho da Ensp su-

abundância de produtos desnecessários ou com alto potencial tóxico, inadequação da formação médica em farmacologia clínica e terapêutica; muita informação veiculada pelas indústrias farmacêuticas, muitas delas tendenciosas, em contraste com poucas publicações científicas sobre medicamentos; dificuldades na distribuição de medicamentos pelo sistema de saúde. Então, a incorporação do guia pelos sistemas locais de saúde pode ser

Incógnitas do Leste

Os efeitos do fracassado golpe conservador contra Mikhail Gorbachev, na União Soviética, ainda não foram digeridos completamente, e, de alguma forma, deverão produzir desdobramentos. Um destes será, possivelmente, a questão da reorientação dos capitais internacionais disponíveis para investimentos. De área franca para os projetos multiplicadores dos financistas, a Europa Oriental da *perestroika* adicionou a seu fascínio um importante traço de risco, pois a ortodoxia comunista demonstrou que não perdeu de todo o fôlego. Contra toda expectativa, conseguiu derrubar – ao menos por quase dois dias – a figura carismática de Gorbachev.

A *perestroika* pode agora reagir ao golpe, transformando-se numa espécie de trator, que desconheça cautelas, ou adicionar alguns freios, para recompor uma frente interna na URSS, seguindo mais cautelosa. Com as sementes das transformações já lançadas naquele chão ávido por reestruturações, os



freios teriam que ser muito bons, forjados em bom senso coletivo.

As dúvidas que esse quadro suscita traçam, portanto, o desenho de uma reversão possível no mundo financeiro internacional: negativa, no caso da Europa do Leste, e positiva, no caso do Terceiro Mundo, em especial a América Latina. Se a opção for a de se resguardar de perigos, o dinheiro que não viria para cá provavelmente terá que vir. E em condições que talvez possam ser favoravelmente negociadas pelos países da região, que até agora, mesmo de pi-

res na mão e escancarados, pouco vêm conseguindo. O tom que a nova situação vier a determinar depende, em parte, da habilidade governamental e da firmeza dos projetos nacionais nos países mais atraentes aos capitais externos, no Terceiro Mundo.

Seria possível imaginar, nesse cenário, que os capitais europeus, que se fixavam exclusivamente no aparelhamento do restante da “casa comum”, que ficava a Leste, começassem a examinar outras opções, compe-

tindo, de alguma forma, com os capitais norte-americanos e japoneses no Terceiro Mundo.

A opção pode ser, contudo, a de aprofundar o apoio até agora marcial à *perestroika*, tornando realidade, mais cedo, os investimentos externos no Leste. Com isso, as perspectivas pessimistas no Terceiro Mundo se manteriam. Tudo depende, agora, das reflexões que Mikhail Gorbachev está fazendo e da habilidade de sua condução. Mais do que nunca, a União Soviética vive tempos de *perestroika*.

História militar

Mergulho profundo no pensamento político dos militares brasileiros é o que promete o trabalho do cientista político João Quartim de Moraes, que ensina filosofia política no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de Campinas-Unicamp. O professor apresentará seu trabalho em três volumes, o primeiro dos quais está vindo à luz, com o instigante título de “A esquerda militar no Brasil”.

O plano do professor compreende o estudo do pensamento e da ação militar ante as questões políticas e sociais do país, desde o Segundo Império até os nossos dias. O primeiro volume compreende o período que se estende desde o pós-Guerra do Paraguai até a eclosão, nos anos 20, das manifestações do Tenentismo.

Na visão de Quartim de Moraes, pode-se distinguir a presença nítida de uma esquerda militar, no correr da história de nossas forças armadas, imbuída de princípios como a soberania nacional, o Estado leigo, a proteção e o desenvolvimento da indústria interna. Os 20 anos posteriores à

vitória sobre o Paraguai foram de intensa presença política militar, caracterizando-se como o eclodir de uma consciência participante da oficialidade, nos assuntos que diziam respeito à administração nacional e à própria natureza do regime. A evolução para o republicanismo foi, assim, algo natural.

“A esquerda militar no Brasil – da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes” e os volumes que se seguirão resgatam, para o grande público, uma parte importante da história brasileira, sem a qual fica difícil compreender a evolução dos acontecimentos políticos dos últimos 120 anos no país.





Pena de morte

Quero parabenizá-los pela brilhante reportagem sobre a possível adoção da pena de morte no Brasil e suas repercussões nos países em que ela é implantada. Destaco, ainda, os depoimentos das pessoas brilhantes que a repelem energicamente.

Os cadernos do terceiro mundo são uma página aberta, clara e objetiva do que ocorre no mundo, dando ênfase aos assuntos polêmicos, com os quais nos defrontamos em nossos dias. Parabéns.

Márcio Ferreira Pinto
Brasília - DF

Brasil x Brazil

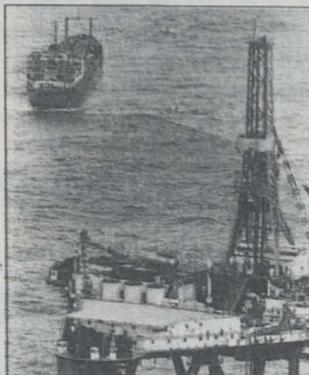
Fiquei sinceramente impressionado com a matéria de capa da edição de junho. O tema "Pena de morte" não é fácil de relatar, pois estamos colocando vidas de pessoas em jogo. O mais importante foi a imparcialidade da revista, em mostrar os dois lados da moeda.

Estamos passando por uma verdadeira crise de identidade, lutando contra tudo o que conseguimos conquistar até agora. Se pena de morte resolvesse alguma coisa, não teríamos tantas guerras, nas quais só existem vencidos. Aprovar tal lei, a qual não passa de pura ignorân-

cia, significaria esquecermos os ideais de justiça, fraternidade, pelos quais lutaram nossos pais. A vitória está nas corações de cada pessoa.

Djack Douglas Stuart
Brusque - SC

Petrobrás

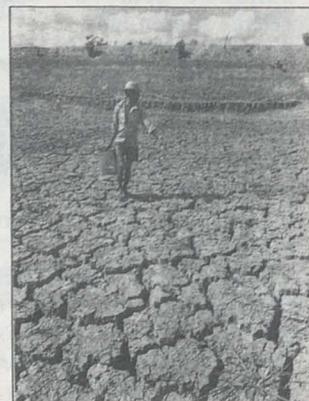


Venho expressar os agradecimentos dos nossos associados pela excelente matéria "A caminho do milhão", no Panorama Nacional da edição nº 140, pág. 2, de junho.

Ricardo M. A. Maranhão
Diretor de Comunicações
Associação dos Engenheiros da Petrobrás-Aepet
Rio de Janeiro - RJ

Nordeste

A situação da Sudene, de alguns anos atrás até hoje, e a última reunião do seu Conselho Deliberativo (julho de 1991) apenas mostram a inviabilidade do Nordeste,



uma vez que estes acontecimentos somam-se a outros que expropriaram a região. O Nordeste tem somente duas alternativas: retorno da expropriação devidamente corrigida, a fim de se buscar parte do tempo perdido, difícil, sem dúvida, ou a independência política.

Numa preocupação constante de 25 anos com a região - servindo, estudando, escrevendo - não alimento ilusões. Nada foi feito com a profundidade devida, nem com a duração necessária para que saia do subdesenvolvimento. Com qualquer das duas alternativas citadas, não teria dúvida de que o Nordeste e seu povo estariam em muito melhor estágio de desenvolvimento econômico-social.

José J. M. de Moraes Rego
Brasília - DF

Crítica



Leio a revista cadernos do terceiro mundo há anos e só tenho motivos para felicitá-los pelo excelente nível cultural da revista e pelo inigualável grau de honestidade nas reportagens.

Mas, às vezes, é preciso discordarmos de algo, para contribuir no seu crescimento. Muito me espantou a reportagem publicada na edição nº 140, pág. 23, sob o título "Começando do começo", sem assinatura, passan-

do assim a deixar entender que seja a opinião da revista. Essa reportagem se refere a Collor de Mello, carinhosamente, como solitário e aventureiro (aventureiro até que sim, pelas suas farras), mas jamais solitário aquele que governa com o apoio e a serviço da classe dominante de nosso país. Tece também este artigo referências amigáveis a Collor e a Alcení Guerra, deixando parecer uma reportagem sem a mínima análise política e perdendo o sentido crítico que se deve ter de tão nefasto governo.

José Arimá
Fortaleza - Ceará

NOTA DA REDAÇÃO:

O objetivo da matéria "Começando do começo" foi o de registrar uma decisão inesperada do governo federal, em prol da educação, com o lançamento dos Ciacs, modelo no qual se reconhece, a exemplo dos Cieps do Rio de Janeiro, a saída para a redenção educacional do país. Esse evidente acerto foi confrontado, no correr da matéria, com as características do governo Collor, de origem conservadora e que tem praticado uma política já definida como aventureira sob vários aspectos, como temos aqui apontado, continuamente. A simpatia, que o leitor aponta como existente, atribua-se não a Collor, mas a uma decisão politicamente adulta do governo, que é a de assumir um compromisso que precisa vir a tornar-se realidade - com uma educação de qualidade para a população brasileira, o verdadeiro começo de qualquer projeto sério de desenvolver o país.

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo. **e Assine**



Gratis
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 25.10.91

PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 18.000,00

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:
 Pagto. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa
 () Reemb. Postal () CREDICARD
 Autorizo débito no meu CREDICARD N°

Data: / /

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 18.000,00

PRESENTE NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio, José Maria Rabêlo, Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 - Assinaturas: Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares, Júlio Cesar da Rocha. **DEPTO. DE ARTE:** Tell Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu, Sylvio Paixão, Felipe Ortiz. **FOTOS:** France Press, André Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Maria Helena Falcão (diretora), Andrea M. da Costa Santos, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira, Juliana Iooty de Paiva Dias

BANCO DE DADOS E EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina),



e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (It-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). **Fotos:** Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda.
Calçada do Combro 10/1º andar
Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

REPRESENTANTES (ASSINATURAS)

Alagoas - José Macedo: Rua Santa Terezinha, 158 - Centro - Arapiraca - AL - CEP: 57300
Ceará - Alexandre Carlos Ferreira: Av. dos Expedicionários, 5405/204 bloco 7 - Aeroporto - Fortaleza - CE - ☎ 245-1679
Paraná - Joel Antonio Flores: Rua Senador Salgado Filho, 441 - União da Vitória - PR - CEP: 84600
Bahia - Alfredo José Barreto: Estrada Monsenhor Costa, 340 - Xique-Xique - BA - CEP: 47400
Santa Catarina - Augusto José de Almeida: Rua Rui Barbosa, 34/ Fundos - Agronômica - Florianópolis - CEP: 88025 - ☎ 281453
Minas Gerais - Sinal Bambirra: Rua Rio Novo, 315 - Lagoinha - Belo Horizonte - MG - ☎ 442-4553 / 226-2564 - Cassio Avelino Soares: Rua Daniel Costa, 55 - Jardim São Luiz - Montes Claros - CEP: 39400 - MG - ☎ 221-1641
Pará - Luiz Carlos Costa Ferreira: Passagem Gaspar Dutra, 102 - Souza - Belém - PA - ☎ 226-0883
São Paulo - SARTI Representações Ltda.: Rua São Bento, 500/6º andar - São Bento - Centro - São Paulo - SP - ☎ (011)367094
Sergipe - Assine Representações: Rua Propriá, 48/202 - Centro - Aracaju - SE - CEP: 49010 - ☎ 211-3749
Amapá - Raimundo de Oliveira: Rua Leopoldo Machado, 4164 - Beiro - Macapá - AP - CEP 68900

VIDAS EM RISCO
ASSASSINATOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Um levantamento dos casos de morte violenta de crianças e adolescentes, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1989, de acordo com os dados noticiados pela imprensa.

Gráficos e tabelas que mostram o perfil dos crimes, dos criminosos e das vítimas do extermínio.

Lançamento do IBASE, em conjunto com o MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA (MNMMR) e NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV-USP).



Cr\$ 2.000,00

FAÇA O SEU PEDIDO:

IBASE
Rua Vicente de Souza, 29
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
Cep: 22251
☎ (021) 286-0348

JK e JANGO

Duas mortes que até hoje não foram bem esclarecidas

Apesar das suspeitas e dúvidas, mais de quinze anos depois nenhuma investigação rigorosa foi feita

Neiva Moreira

Num prazo de alguns meses, Juscelino Kubitschek e João Goulart morreram em circunstâncias ainda hoje insuficientemente esclarecidas. J.K. era vitimado dentro de um carro, cuja construção se inserira numa conquista representativa do seu governo, a indústria automobilística. Jango fora atingido naquilo que mais usou em sua vida pública e privada, o coração.

A *causa mortis* de Juscelino estava à vista, o acidente de carro, a de João Goulart, um infarto. Em ambos os casos, foram levantadas dúvidas sobre as causas reais das mortes.

Era natural que tal se verificasse. O desastre de Juscelino ocorreu em circunstâncias não esclarecidas e as denúncias, que à época se levantaram, não encontraram a repercussão devida.

Como Jango, Juscelino era um alvo dos conspiradores. O tratamento que recebeu da ditadura foi simplesmente infame.



A J.K. não era estranho o propósito dos seus inimigos de matá-lo. O episódio da "morte anunciada", que precedeu o acidente da Via Dutra, foi objeto de registro na imprensa, mas não de uma investigação séria.

Na sua edição de 23 de agosto de 1976, o "Jornal do Brasil" publicou a seguinte notícia, sob o título "Há dois domingos a morte em boato":

Brasília – No dia 14 deste mês, um sábado, circulou em Brasília a notícia – proveniente de Belo Horizonte – de que o ex-presidente Juscelino Kubitschek havia falecido em sua fazenda, nas proximidades de Luziânia, cidade vizinha do Distrito Federal.

Ao ser abordado pela reportagem, que se deslocou até o local, para averiguar a informação, o ex-presidente, com um largo sorriso e demonstrando excelente forma física, brincou: – Agora sou eu? Um dia destes vocês quase mataram o Jânio, mas não conseguiram. Agora estão querendo me pegar. Mas não vão conseguir nada, não."

Numa entrevista à repórter Tânia Fusco, no "Jornal do Brasil", de 19 de outubro de 1986, Sarah Kubitschek, a senhora de Juscelino, aludiu da seguinte maneira ao episódio:

"Uns 15 dias antes do acidente, Juscelino estava na fazendinha (a Fazenda J.K. fica no município de Luziânia, a 40km de Brasília) e nós no Rio de Janeiro, quando surgiu um boato de que, justamente ele havia morrido num acidente automobilístico. Ficamos desesperados, tentando nos comunicar com Brasília. Não havia telefone na fazendinha. Liguei para o prefeito de Luziânia, nosso amigo Orlando Roriz, e pedi que ele tentasse se

comunicar com a fazendinha.

JB – Como vocês foram avisados sobre esse acidente?

D. Sarah – Um telefonema anônimo. Esse boato chegou nas redações dos jornais, na casa dos amigos. Foi um pânico. Os amigos de Brasília foram para a fazenda. A Márcia veio para Brasília. Mas, o primeiro a chegar na fazenda foi o Orlando Roriz. Encontrou o Juscelino muito bem e nos comunicou. A fazenda ficou cheia de gente.

JB – Como o Juscelino reagiu a esse boato?

D. Sarah – Até pilheriando: “Estão querendo me matar antes da hora. Estão querendo antecipar minha hora...”

Sobre o acidente da Via Dutra, as suspeitas se multiplicaram. Tânia Fusco inicia sua histórica

entrevista no JB com d. Sarah, fazendo essa interrogação:

Juscelino foi assassinado? Dez anos depois de sua morte, d. Sarah Kubitschek decide abrir o coração e revelar a suspeita que persegue a família, desde aquele chuvoso 22 de agosto de 1976. D. Sarah, as filhas e muitos amigos acreditam que têm indícios suficientes para alimentar essa dúvida. Para ela, houve um acidente, sim. Mas, ele foi provocado. Lembrem que, em menos de um ano, morreram três grandes líderes do país. Primeiro, JK, depois Jango, por último Carlos Lacerda. Os três articulavam uma frente ampla política de resistência ao governo militar. D. Sarah, libiana obstinada, cobra:

– Precisaram matar, espezinhar, liquidar com

No olho da tormenta

A nível político argentino, crescia o confronto entre os Montoneros e outros grupos de esquerda, e as Forças Armadas. Os assassinatos, a tortura, os seqüestros, as prisões estavam na ordem do dia. Amigos com quem estivéramos na véspera, conversando sobre o destino de outros que já haviam sido agarrados, desapareciam sem deixar rastro. Na redação de *Notícias*, o primeiro que se procurava saber, quando começava o trabalho, era se todos estavam ali ou se os ausentes haviam estabelecido contato com alguém. Era um censo trágico. A “guerra suja” começava com todo o seu lastro e o povo convivia com a tragédia como um dado do cotidiano. Pessoas fuziladas por desconhecidos nas ruas, à vista de todos, nem sequer viravam notícia na imprensa do dia seguinte.

Não tínhamos mais dúvida de que estávamos na linha do perigo. Os avisos e as advertências, os telefonemas ameaçadores eram constantes. Um diplomata amigo me transmitiu uma informação peremptória. Em um encontro de emergência, realizado a altas horas num bar da avenida Corrientes, comunicou-nos que tomara conhecimento de que meu nome figurava numa lista de exilados latino-americanos marcados para morrer. Alguns deles, incrédulos diante das advertências recebidas, morreriam pouco depois.

Quem mais estava na lista?

O diplomata amigo citou vários nomes. Recordo-me perfeitamente de quatro: do general Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, exilado por suas posições nacionalistas; do presidente do Partido Nacional do Uruguai, senador Wilson Ferreira Aldunate, opositor da ditadura do seu país; do general Carlos Pratts, ex-comandante do exército chileno, fiel à legalidade e a Allende, e do presidente João Goulart. Torres foi fuzilado. Pratts e sua esposa morreram quando voou pelos ares o seu carro particular. Goulart morreu em circunstân-

cias pouco claras e Ferreira escapou por ter saído a tempo.

Pablo Piacentini era muito amigo do general Pratts, então refugiado na Argentina. Pouco antes de abandonar Buenos Aires, pediu-me que avisasse ao general que seu nome figurava na lista de execuções. Mas Pratts não acreditou na informação, alegando que estava garantido, sob a proteção do Exército argentino.

Quando ele e sua mulher morreram na explosão do seu carro, dinamitado à porta do edifício onde viviam, entrei numa crise de consciência, supondo que não fizera o necessário para convencer o general de que estava condenado. Liguei para o diplomata, também amigo do general Pratts, que me dera dados sobre a lista trágica. Ele me tranqüilizou. Haviam feito tudo para que o general acreditasse na ameaça. Quando argumentara que não saía por não dispor de dinheiro para as passagens, foram-lhe as mesmas colocadas à disposição, gesto que ele aceitou com menos inflexibilidade, embora sem pressa de sair. Mas já era tarde.

Você acha que Goulart foi vítima de um assassinato?

É difícil afirmar. Sei que ele havia sido advertido por mais de uma vez de que corria perigo. Pelo que sei, Jango recebia com ceticismo esses avisos. Era um homem bom, que julgava os outros por ele próprio e confiava no destino.

Foi feita alguma investigação a respeito?

Que investigação, se os investigadores na Argentina daquela época acumulavam as funções de assassinos? O que eu acho é que um dia, que não deve estar longe, toda a história desse tenebroso submundo de crimes será investigada e, então, saberemos se mortes, como a do presidente Goulart, foram naturais ou simples assassinatos políticos.

(Transcrito do livro “O Pilão da Madrugada” (Editora Terceiro Mundo, 2ª edição), depoimento de Neiva Moreira a José Louzeiro. O jornalista Pablo Piacentini foi um dos fundadores da revista *cadernos do terceiro mundo*, em Buenos Aires, e continua incorporado à sua equipe de direção.)

Juscelino, porque não conseguiram liquidar com sua força, sua dignidade, sua coragem, seu carisma de grande líder.

Mas as denúncias não ficaram aí. Perguntada se foi o ônibus que provocou o acidente, a viúva de Juscelino foi muito clara e ofereceu dados importantes. Eis aqui sua resposta:

— O ônibus abalroou o carro de Juscelino e provocou o acidente. (O carro de JK atravessou a pista da Via Dutra, na altura de Resende, e chocou-se com uma carreta, que viajava no sentido Rio-São Paulo).

JB — Por que vocês não revelaram esses fatos na época?

D. Sarah — Os amigos cobravam isso. Mas, de-

nunciar para quem, minha filha? Estávamos manietados. Eram tempos duros, difíceis. Os militares queriam acabar com as lideranças do país. E acabaram. Não permitiram que surgissem novas lideranças jovens. Você sabe disso, os jovens eram manietados. Os que tentavam se manifestar eram presos, desterrados, torturados, mortos. Muitos foram mortos. Muitos. Essa revolução atrasou 50 anos o país. Cinquenta anos e muito mais.

JB — A sra. tem esperança de que esse acidente seja esclarecido?

D. Sarah — Não sei. A verdade tem muita força. Ela surgirá um dia, até independente de mim. A única coisa que não podemos conter é a verdade. Há um ano ou dois, um amigo nosso, Antônio Pe-

Jango: trabalho e reformas

A segunda presidência de Getúlio Vargas (1951-1954) foi o palco em que se lançou, em âmbito nacional, a carreira política de João Marques Belchior Goulart, o Jango, um abastado fazendeiro gaúcho, da região das Missões, com idéias progressistas e que se ligara ao presidente no período de 1947 a 1950, quando Getúlio se encerrou, numa espécie de autoconfinamento, na propriedade gaúcha de Itu. Deputado estadual naquele período, Jango foi um dos esteios da campanha presidencial de Getúlio, em 1950. Enquanto Getúlio se tornava de novo presidente, Jango elegia-se deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro-PTB e tornava-se um articulador da política sindical getulista.

Chamado para o Ministério do Trabalho em 1953, desenvolveu uma atividade que o identificaria, após a morte de Getúlio, como o herdeiro político do presidente desaparecido. Tal característica o tornaria, igualmente, alvo principal do antigetulismo, em geral, e, em particular, da direita militar em que se apoiava a União Democrática Nacional-UDN.

Em 1955, Jango irá compor, como vice, a chapa presidencial de Juscelino Kubitschek, sob forte pressão contrária da UDN e daqueles setores militares radicalizados.

Vitoriosa em outubro de 1955, a chapa JK-Jango teve a posse assegurada apenas pela determinação do

então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que enfrentou e abortou, em 11 de novembro de 1955, uma conspiração que visava a anular o pleito presidencial.

As eleições de 1960 levaram à presidência Jânio Quadros, pela UDN, mas Jango, pela coligação PSD/PTB, tornou-se o vice, ao superar na votação o vice da chapa de Jânio, Milton Campos. Empossados em janeiro de 1961, Jânio e Jango passavam a administrar um país em rápido processo de industrialização e de consequente urbanização, num quadro internacional dominado pela Guerra Fria, em que se aprofundava a descolonização e era uma novidade estimulante para setores progressistas a recém-iniciada experiência da Revolução Cubana.

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, Dia do Soldado, iria abrir uma fenda na evolução institucional do país. Coincidentemente, Jânio renunciou quando seu vice estava do outro lado do mundo, em visita à China Popular.

Os ministros militares manifestaram sua oposição à posse do vice, gerando a reação imediata do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, do PTB e cunhado de Jango. Brizola se levantou em defesa da Constituição, obtendo o apoio do Terceiro Exército, sediado no Sul. O golpe dos ministros fracassou, ante o risco da guerra civil, mas o Congresso

aprovou uma emenda constitucional, impondo o parlamentarismo, com o que se cortava, de fato, poderes de Jango. O tumultuado período parlamentarista terminaria, através de plebiscito, em janeiro de 1963, com uma estrondosa vitória da opção presidencialista, que restituía ao presidente os plenos poderes e significava a retomada do programa reformista.

Um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico foi lançado, com metas de reformas básicas e de equilíbrio financeiro. Previa-se manter o crescimento econômico em 7% ao ano, reduzir a taxa inflacionária a 10% ao ano, ao fim do governo, em 1965, pois alcançara, em 1962, a taxa anual de 52%. As condições de desenvolvimento apontavam para a necessidade de se renegociar a dívida externa, em torno de 3 bilhões de dólares. Com as reformas de base em discussão e já sob a pressão velada do golpe militar em andamento, os 14 meses da fase presidencialista de Jango foram de convivência com um Congresso frequentemente hostil e que se constituía, em grande parte, como mais tarde viria a se tornar público, com o auxílio de dinheiro norteamericano nas eleições de 1962.

O golpe, que se prenunciava desde 1954, viria a consumir-se em março de 1964, após o qual Jango tomou o rumo do exílio, para retornar ao país somente para ser enterrado, em dezembro de 1976.

dra, trouxe à minha casa, no Rio, um casal, que veio justamente pedir ajuda para o tal motorista do ônibus. Eles me contaram que, depois do acidente, esse motorista não conseguiu voltar a trabalhar na empresa, porque os colegas não o aceitaram. Eles alegavam: "Aqui você não vai trabalhar, assassino". Ele chegou a um estado tal na vida, que o casal pedia a nossa ajuda, queria uma declaração minha.

JB – Declaração de que ele era inocente?

D. Sarah – Sim. Uma declaração, inocentando-o. Mas, eu os avisei que isso não faria, porque tenho muitas suspeitas em torno desse desastre. Dei-lhe ajuda financeira, até grande, dentro das minhas posses. Mas inocentar, não."

No noticiário do acidente, refletiram-se as dúvidas. Na sua cobertura, "O Estado de São Paulo" diz, na edição de 24 de agosto, que JK decidiu, na última hora, não ir de avião e sim de carro ao Rio, porque aproveitaria para visitar a fazenda do seu amigo, Mário Garnero. Levanta duas hipóteses, como causas do acidente: a primeira seria a de que o motorista de JK teria sofrido um mal súbito; a segunda seria a de que o carro de JK, um Opala, teria sido abalroado por um ônibus da Viação Cometa, antes de atravessar o canteiro central e atingir uma carreta na contramão. A hipótese de que o Opala tenha sido abalroado pelo ônibus foi negada pela Viação Cometa, que não encontrou sinais de choque no seu veículo.

"O Dia" (edições de 24, 25 e 26 de agosto) informa que o Instituto de Criminalística foi à Viação Cometa fazer uma perícia, já que testemunhas disseram que o ônibus dessa empresa bateu no Opala. O ônibus era dirigido por Josias Nunes de Oliveira, e vinha logo atrás do Opala, antes da batida.

O delegado de Resende quis ouvir todos os passageiros do ônibus. Ele não acreditou que o motorista Geraldo Ribeiro (que dirigia o Opala) tivesse sofrido mal súbito. O motorista da carreta, Ladislau Borges, disse à polícia que viu o Opala bater no ônibus, antes de se chocar com a carreta.

Hoje, estamos a quinze anos da morte de Juscelino e não se conhece o resultado de uma investigação ampla e profunda.

A morte de Jango – No caso Jango, durante meses e anos esteve ele sob ameaça de atentados, e sua morte ocorreu quando outros líderes latino-americanos, asilados na Argentina, foram assassinados (ver transcrição nesta edição).

Jango e JK eram alvos de ameaças



O Presidente João Goulart confiava nos seus semelhantes. Recordo-me de um episódio revelador. No auge das nossas discrepâncias sobre o golpe que se preparava, fiz um discurso na Câmara recordando Camões, quando advertia que "o fraco rei faz fraca a forte gente". Contrariando a praxe, que negava aos deputados nacionalistas qualquer espaço, os jornais da direita deram grande repercussão ao discurso. Havia, como sempre, um mal-disfarçado propósito de intriga.

Uma madrugada – naquelas noites tensas e inquietas de Brasília –, fomos convocados à residência do deputado Bocaiúva Cunha, para uma comunicação importante do Presidente. Pelas duas da manhã, ali chegava uma delegação da Frente Parlamentar Nacionalista, José Jofilly, Fernando Santana, Clidenor de Freitas e eu. Jango, com a amenidade do seu temperamento, saudou-nos com uma alusão ao discurso: "Nejva, quero lhe dizer que não sou o fraco rei. Acabo de demitir o general Kruehl".

Preparava-se para ir ao Rio de Janeiro, ainda naquela madrugada. Conhecedor da despreocupação do Presidente por sua segurança, lhe perguntamos se havia precauções, para que nada lhe acontecesse à chegada no Rio. "Já está tudo sob controle", nos disse. Depois, verificamos que não fora assim e, dali mesmo, alguns militares legalistas no Rio foram advertidos, por telefone, da viagem. Em tom de blague, pedi a Jango que levasse em sua companhia, no avião, o deputado Abraão de Moura, um sertanejo de coragem, famoso pela destreza no gatilho. E acrescentei: "Segundo seus adversários nas Alagoas, o cabo do revólver do Abraão já não tinha um só lugar para os pequenos talhos, que abria com canivete, a cada certo tiro que disparava."

Jango gostou da idéia e terminou nos tranquilizando a todos, levando Abraão em sua companhia. Embora falássemos em tom de piada, não o era. Tínhamos sincera preocupação pela vida de um homem amado pelo povo, mas sob a mira dos conspiradores.

Tempos de exílio – Muitos anos depois, a preocupação de novo aflorava. Estávamos de saída do Uruguai e fomos nos despedir de Goulart. Nesse período, as ameaças de atentado se multiplicavam. A pressão dos militares brasileiros contra a sua presença e a de Brizola, no Uruguai, aumentava, e temia-se pela vida de ambos. O Presidente recebeu nossa advertência com um sorriso ma-

licioso e disse que não admitia aquela hipótese.

Quando tivemos de nos asilar na Argentina – já não havia condições de permanência no Uruguai – o tema dos atentados tornou-se mais premente e amigos advertiam a Jango dos perigos. Haveria muitas maneiras de efetivá-lo.

Um dos amigos, que discutiram com Jango a respeito, foi o senador Gutierrez Ruiz, exilado uruguaio em Buenos Aires, que seria, depois, assassinado juntamente com seu colega Zelmar Michelini. Anote-se que Ruiz era do Partido Nacional, hoje no poder, e Zelmar, de um agrupamento do tradicional Partido Colorado, filiado à Frente Ampla Uruguaia. A radicalização era de tal ordem, que já não eram apenas os tupamaros e os montoneros que estavam na mira da direita armada, mas também liberais progressistas, como aqueles políticos.

Com todos esses antecedentes, nada mais natural que a morte de Goulart causasse não apenas uma revolta e impacto emocional, mas perplexidade e dúvidas entre os exilados do Prata. As reações mais desencontradas ocorreram na Argentina e no Uruguai, e ainda hoje é difícil convencer a muitas pessoas daqueles países de que apenas um colapso natural vitimara o Presidente.

Recentemente, a Rede Globo divulgou uma repor-

tagem cheia de reticências sobre a morte de Jango, que, segundo depoimentos nela incluídos, teria tido o infarto poucas horas antes de receber o passaporte, que o habilitaria a retornar ao Brasil. Como não recolher esses depoimentos, nem se procurar estabelecer, a fundo, o que neles é verdade ou fantasia?

Uma investigação séria – Não se pode afirmar que Juscelino e Jango tenham sido vítimas de atentados, mas só o fato de que suspeitas tenham sido levantadas exigia uma investigação de alto nível e para valer. Fatos como esses ocorrem no mundo inteiro. A história está cheia deles. Mas, em geral, são objeto de investigações sérias e orientadas no sentido de apurar a verdade. O que não se pode é pôr uma pedra em cima, deixando o enigma para a controvérsia histórica.

Detrás de crimes políticos, às vezes de aparência accidental, podem esconder-se conspirações bem implantadas. No caso de Juscelino e Jango, o mínimo que se pode fazer pela memória de dois homens públicos tão vinculados à história e ao processo de lutas democráticas em nosso país é estabelecer, sem sombra de dúvidas, as causas reais de suas mortes, envolvidas em suspeitas. ■

Fotos de capa: Juscelino acena para os amigos que foram levá-lo ao aeroporto em sua primeira partida para o exílio. Presidente João Goulart discursa no comício das reformas no Rio, em 13 de abril de 1964.

JK: a dinâmica desenvolvimentista

Cinquenta anos em cinco foi o lema com que Juscelino Kubitschek de Oliveira assumiu a presidência da República, em janeiro de 1956, pouco mais de três meses após ter sido eleito, tendo como vice João Goulart, na aliança PSD-PTB, que resgatava o impulso administrativo do getulismo. O Plano de Metas, encabeçado pelo compromisso de transferir a capital do país para o Planalto Central, condensava os objetivos do novo governo, claramente comprometido com uma política desenvolvimentista, de industrialização e de alargamento das fronteiras econômicas do país, com a interiorização, de que Brasília era o símbolo e o impulso.

O Plano de Metas contemplava projetos acelerados nas áreas de energia (eletricidade, petróleo e estudos para usinas nucleares), transportes (ferrovias, rodovias, cabotagem, frota de petroleiros) alimentação, indústria de base (um terço do programa) e educação. A implantação da indústria automobilística e os esfor-

ços de consolidação da Petrobrás, criada por Getúlio, são alguns dos itens mais vistosos da administração juscelinista, ao lado da construção de Brasília, da abertura de eixos de desenvolvimento, como a Rodovia Belém-Brasília, da implantação da indústria naval e da expansão da siderurgia, criando a Usiminas.

Ao mesmo tempo em que atraía capitais externos para dar partida a projetos inovadores no país, JK utilizava todo o peso do Estado como indutor do crescimento econômico, seja utilizando recursos de crédito ao empresariado, seja participando diretamente de empreendimentos, associado ou não a capitais nacionais ou externos.

O esforço desenvolvimentista não transcorreu sem problemas, o que levou a negociações financeiras contínuas com os Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional-FMI, cujos procedimentos e receitas de estabilização financeira pouco diferem das propostas de hoje em dia.

Juscelino, em 1959, acabou por romper com o FMI. Manteve a média de crescimento da economia em quase 8% ao ano, no período.

A determinação administrativa, a convicção do projeto expresso pelo Plano de Metas, o senso democrático e a argúcia política de Juscelino permitiram-lhe deixar o governo, em 1961, com a certeza de que voltaria à presidência no pleito de 1965. Facilmente iria eleger-se, em 1962, senador por Goiás. E já em fevereiro de 1964, um mês antes do golpe, o PSD já homologara a indicação de Juscelino para a eleição presidencial do final do ano seguinte.

Um desenvolvimentista de corte nacionalista, o pessedista Juscelino Kubitschek jamais poderia ser acusado de tramas antinacionais. Cassado, manteve intacto o prestígio. Como Jango, certamente retomaria com sucesso a ação política, tão logo se fizesse a redemocratização, se a morte não o surpreendesse em plena estrada.

CAUTELA DOMINA A ECONOMIA

Inflação acima de 11%, desemprego alto, dinheiro caro, indefinição de políticas para médio e longo prazos

Álvaro Queiroz

A recessão que começou em 1990, a retomada do crescimento econômico e o reinício do processo de desenvolvimento do país são temas de que se ocupam, nesta edição, o presidente da Confederação Nacional da Indústria-CNI, Albano Franco; o presidente do Conselho de Políticas Econômicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, economista Jaime Magrassi de Sá, e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e consultor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro-Firjan, economista João Paulo de Almeida Magalhães.

Uma dúvida comum aos três entrevistados é como se dará a retomada do crescimento econômico. Os baixos índices de poupança nacional, agravados com a des-poupança do Estado, e as dificuldades na atração de recursos externos não oferecem margem para otimismo no curto prazo.

Tais obstáculos se acentuam e se tornam mais preocupantes, na medida em que os mecanismos de efetivo controle da inflação não se desenham, com a clareza necessária, no horizonte da política de estabilização macroeconômica.

O verdadeiro fôlego da recuperação agora em marcha, por sua vez, ainda carece de avaliação mais segura, justamente por ter os seus limites condicionados ao comportamento da inflação. Afinal, os fatores em que repousa são considerados insustentáveis a médio prazo.

O papel do Estado na economia brasileira também é objeto de análise, sem qualquer preconceito ideológico e escoimadas de preocupação de natureza doutrinária e de exagerados louvores à eficiência da iniciativa privada. A conclusão é que, se, de um lado, é irrecusável o redimensionamento da presença estatal na economia, por outro condena-se o maniqueísmo característico dos debates que confrontam o Estado



Collor: mais devagar para evitar marolas

com a empresa privada, nos bolsões mais ideologizados do empresariado e da sociedade em geral. A demissão do Estado do domínio econômico, pura e simplesmente, é incluída na categoria do "absurdo inaceitável".

Feito o balanço do desenvolvimento do Brasil e comparado com o de outros países que, nas últimas décadas, alcançaram estágios avançados na competição com os países altamente desenvolvidos, sobressaiu o Estado com o seu papel programático, como investidor em setores básicos — inclusive em tecnologia —, estimulador da poupança e instrumento de fortalecimento da própria iniciativa privada.

Ressaltou-se, ao mesmo tempo, a constatação de que nos países desenvolvidos da Europa, no Japão, nos "Tigres Asiáticos" e até nos Estados Unidos, o Estado e o setor privado nunca deixaram de andar de mãos dadas, à maneira de cada um deles. No caso particular do Brasil, destacou-se que reduzir as funções do Estado ao mero assistencialismo embutido nas teses dos liberais mais radicais é o mesmo que renunciar ao desenvolvimento.

Na comparação do Brasil com os "Tigres Asiáticos", particularmente a Coreia do Sul, sobressaem diferenças que não favorecem o Brasil. Esgotado o modelo de substituição de importação e das plataformas exportadoras, os coreanos não se descuidaram do fortalecimento das empresas de capital genuinamente nacional. A etapa do desenvolvimento, que se seguiu ao crescimento resultante do modelo substituidor de exportações, encontrou a Coreia bem preparada, com o terreno científico e tecnológico já fertilizado para as empresas privadas nacionais (convenientemente fortalecidas) se beneficiarem das pesquisas.

No Brasil, ao contrário, mesmo que o Estado financiasse as pesquisas tecnológicas em larga escala, esse esforço não teria adequada resposta, devido à au-

sência de empresas nacionais sólidas nos segmentos mais dinâmicos da economia, porque estes passaram ao domínio completo das empresas multinacionais no auge da substituição de importações. Trata-se de um dos mais graves pontos de estrangulamento do processo de desenvolvimento do Brasil.

Finalmente, a variável eficiência deverá impor depurações em setores do país, onde os baixos índices de produtividade operam como obstáculo à competitividade interna e externa. A consequência será o desaparecimento de empresas despreparadas para o enquadramento nos padrões de maior competição, conceituados na política econômica do governo.

Indústria - um desafio não-estrutural

Com base na divulgação recente da revisão das contas nacionais, o senador Albano Franco recoloca a dimensão da atual recessão, comparada com a do início da década de 80. Estatisticamente, com a revisão, afirma o senador, observa-se que a de 1990 foi ligeiramente inferior à de 1981. O importante da questão, entretanto, não lhe parece ser a quantificação precisa do grau de recessão observado em cada uma dessas oportunidades.

A recessão do início dos anos 80 acompanhou uma tendência mais geral dos países endividados, que submeteram suas políticas econômicas a uma mudança muito importante e brusca nas condições do mercado financeiro internacional. Em virtude do grau de insolvência que caracterizou as economias endividadas nos anos 80, seguiu-se basicamente um modelo de ajustamento com a redução das atividades econômicas, de modo a gerar superávits que possibilitassem a sustentação das contas internacionais dessas economias. Em 1990, foram mantidas algumas das condições que levaram a economia brasileira à retração, entre elas a ausência de uma solução mais estrutural para o problema da dívida externa.

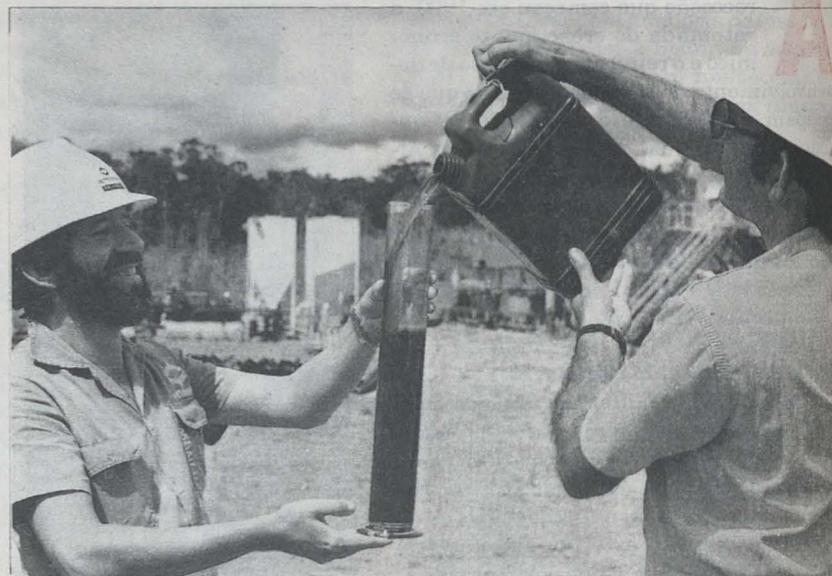
"A essa questão se somaram outras que, de alguma forma, podem até estar associadas à dívida externa, mas que, por sua importância e complexidade, podem ser isoladas" - acrescenta Albano Franco, destacando basicamente a insolvência do Estado brasileiro, o esgotamento da sua capacidade de sustentar um padrão de gastos adotado desde a década de 50, ou seja, a crise do setor público, e o total descontrole do processo inflacionário. Então, entramos no ano de 1990 vivendo algo muito próximo da hiperinflação.

"A recessão de 1990" - continua Albano Franco - "está diretamente vinculada à tentativa de se debelar o processo hiperinflacionário. Ainda em 90, o país passou a ter uma política econômica bastante ousada, que incorporou atributos pouco convencionais, com a retenção, por um período determinado, da poupança financeira das pessoas físicas e jurídicas e, acoplada

a isso, uma política de contenção da demanda agregada bastante rígida. A economia brasileira não deixou de responder a essa condição de política econômica e efetivamente observamos, no ano passado, um comportamento do nível de atividades bastante contraído."

Com o impacto imediato da retenção da poupança financeira, observou-se a paralisação das atividades comerciais, seguida de um reajuste de 25% na produção. Ajustados sazonalmente, os dados mostram que a produção industrial se reduziu, de uma hora para outra, em torno de 25%.

Albano Franco constatou que, ao longo do ano, as atividades comerciais e produtivas se normalizaram gradativamente, repondo a trajetória da produção industrial numa tendência de recuperação. E destaca: "Efetivamente, tivemos, posteriormente ao primeiro Plano Collor, uma política monetária bastante rígida, além do reajuste fiscal posto em prática. Então, com o controle dos gastos públicos e a política monetária



A tecnologia brasileira em petróleo mostra o sucesso dos investimentos em pesquisa no setor

seguida no último trimestre do ano, começamos a observar novamente uma tendência de queda da produção nos vários ramos da economia, em especial na indústria. Saímos de um patamar bastante deprimido, no período que se seguiu ao lançamento do plano, e começamos a recuperação, sem voltarmos ao patamar do começo do ano. No último trimestre, invertimos essa tendência de recuperação e começamos a cair até o primeiro bimestre de 1991. Se tentarmos identificar o que nos parece o fundo do poço, nós o localizaríamos no começo de 1991. De lá para cá, a economia começou a emitir sinais de recuperação mais fortes, a partir de abril."

Retomada lenta - O fôlego dessa recuperação ainda deixa dúvidas no presidente da CNI. A seu ver, nós não vivemos, hoje, uma situação que seja reflexo da existência do ciclo econômico, no qual ao período de contração segue-se o de prosperidade. Não lhe parece que seja isso.

“O que nós observamos, agora, é como se deu a contração”, frisa Albano Franco. E descreve: “Ela se dá através da utilização de determinados mecanismos de política econômica que, de alguma forma, nunca se esgotaram, mas cuja capacidade adicional de gerar mais contração passa a encontrar limites. Os cortes das despesas de custeio do governo federal, por exemplo, já enfrentam um limite físico. Não há mais o que cortar. Os investimentos já estão todos reprogramados. A própria permanência do processo inflacionário fez com que algumas variáveis passassem a pressionar pela revisão da política, especificamente na questão salarial. A insistência de certas taxas de inflação torna muito difícil a manutenção da política de desindexação de salários. O Estado, até hoje, está conseguindo conter a revisão dos salários do setor público com muita dificuldade, mas, no setor privado, a partir de abril, nós começamos a registrar algumas iniciativas de antecipação ou de negociação para reposição. Isso contribui para injetar recursos na economia, embora possa estar influenciando na realimentação do processo inflacionário. Mas, por outra parte, tem um papel sobre a recomposição da demanda, revigorando em certa medida a demanda de consumo.”

Outro dado detectado pela Confederação Nacional da Indústria, em abril, foi a antecipação de consumo, principalmente no segmento de bens duráveis, que são demandados em maior proporção do que seriam sem o congelamento de preços. Ainda em abril, registrou-se um processo de recomposição de estoques.

“Junto com a contração do final do ano de 1990 e início de 1991”, constata Albano Franco, “a economia brasileira passou a ostentar, em seus vários segmentos, níveis de estoques nunca antes observados, isto é, os níveis de estoques planejados estavam muito reduzidos. Então, com a iminência do descongelamento, tivemos uma reação dos agentes econômicos em sentido contrário: a reposição dos estoques na vigência do congelamento, uma orientação absolutamente racional. Isto serviu para sustentar a recuperação. É possível, pois, se vislumbrar um fôlego razoável para ela. Na verdade, é difícil antecipar essa tendência, ou projetá-la no médio prazo, porque alguns fatores, que estão exercendo influência positiva, não são sustentáveis. De qualquer maneira, sentimos que a propensão, ainda neste ano, é de manutenção da recuperação. Mas, sem aquele grande salto constatado em abril”.

Tempos de incerteza – A questão da estabilidade inspira incertezas quando projetado o cenário da recuperação, da retomada do crescimento e do próprio



Franco: a contração econômica que se verifica traz perigos ao desenvolvimento

desenvolvimento. Na opinião de Albano Franco, sem estabilidade macroeconômica, torna-se muito difícil imaginar a retomada do desenvolvimento.

“Mas, sejamos otimistas”, contrapõe, “e vamos fugir do curto prazo, olhando mais para a frente. Há alguns marcos balizadores, dos quais não podemos nos afastar. Em primeiro lugar, haverá, necessariamente, uma ampliação da integração da economia brasileira na economia mundial. Não se trata apenas de uma experiência brasileira, mas de uma tendência das economias latino-americanas, bem como das economias asiáticas e da Europa Oriental. Certamente, esta será uma das balizas-mestras do padrão de desenvolvimento do Brasil na próxima década. Isso, certamente, recoloca questões que fogem completamente à aproximação no período de substituição de importações. É que precisamos ter uma constante preocupação

com custos e qualidade, com a produtividade e com a educação. Precisamos de uma política de desenvolvimento que se volte, também, para melhorar a qualidade da mão-de-obra, de forma a permitir eficiência à nossa indústria e capacidade de competir no mercado internacional e também no mercado interno, com os produtos de outros países.”

Ainda segundo o presidente da CNI, “tal integração se dará não apenas nos mercados externos, mas, certamente, terá de acontecer também aqui no país. Nesse processo, imaginamos que vamos ter depurações em várias áreas que hoje operam com algum grau de ineficiência. Se olharmos o sistema como um todo, isso implica que setores industriais, onde predomina

um grau de heterogeneidade muito grande – temos desde empresas muito eficientes até empresas muito ineficientes – teriam que sofrer uma mexida no seu perfil. E não alimentamos a menor dúvida de que o processo de depurações resultará na morte de segmentos, ou pelo menos de empresas sem capacidade de sobrevivência nesse padrão de maior competição”.

O líder industrial aponta ainda questões que afetam o desempenho da economia, por serem itens infra-estruturais, tais como o sistema de

transportes, incluindo não só a deteriorada malha rodoviária, mas também os portos. Recente pesquisa com 700 industriais apontou portos e rodovias como fatores negativos, ante a perspectiva da abertura comercial, pois retirariam competitividade de nossos produtos. “É estranhamente complicado”, diz Albano Franco, “porque são áreas que dependem de investimentos do próprio Estado. Portanto, dependem de o Estado recuperar a capacidade de investir, de recuperar a sua saúde”.

A insistência de certas taxas de inflação torna muito difícil a manutenção da política de desindexação de salários.

Nó tecnológico – A ausência de preocupação com a qualidade foi um subproduto da estratégia de desenvolvimento que nos levou a uma economia fechada, pouco exposta à concorrência internacional. Na visão de Albano Franco, as empresas, sejam elas da iniciativa privada nacional, estatais ou multinacionais, estão mais voltadas para o mercado interno, que lhes foi oferecido e protegido da concorrência estrangeira, isto praticamente em todos os setores.

“Disso resultou menor preocupação com a eficiência e com a inovação tecnológica”, afirma o líder industrial. “É lógico que aqueles setores mais dinâmicos e atuantes no setor internacional – papel e celulose, por exemplo – não têm a menor dificuldade em concorrerem, lá fora ou aqui dentro, com qualquer produtor do mundo. Seu padrão de qualidade é igual e, muitas vezes, superior aos dos principais produtos congêneres internacionais. É possível flagrar várias ilhas, dentro da estrutura produtiva brasileira, dotadas da mesma capacidade. Este é um ponto do diagnóstico que torna possível a compreensão acerca das áreas geradoras de ciência e tecnologia”, define Albano Franco.

“Outro ponto é a crise do Estado, bem refletida na crise da Universidade. Ela tem vários componentes e dimensões, mas tudo passa pela dificuldade na garantia de recursos para seus investimentos. Passa também pela eventual utilização inadequada desses recursos. Os gastos em tecnologia, até recentemente, eram preferencialmente destinados às universidades. A Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, principal financiadora da área de pesquisas do país, tinha na universidade o seu principal cliente. Não existe,

A ausência de preocupação com a qualidade foi um subproduto da estratégia de desenvolvimento que nos levou a uma economia fechada.

necessariamente, um padrão adequado de gastos. Então, numa época de contração, de escassez de recursos, nós tivemos uma má utilização dos recursos disponíveis. Quando examinamos essa pesquisa, que nos referimos anteriormente, percebemos que a maioria dos empresários coloca, como estratégia de reação à abertura, a questão da presença, aqui, do concorrente estrangeiro. Não diretamente instalada aqui, no Rio, em S. Paulo, Minas, mas a presença do seu produto no país. Eles percebem a necessidade de investimentos em programas de controle de qualidade, na ampliação do treinamento de recursos humanos e em aspectos básicos, que permitem a ampliação da eficiência. De qualquer modo, a questão permanece como dificuldade que teremos de enfrentar – questão dos gastos com educação e pesquisa.”

Diz ainda Albano Franco, que “percebemos que não iremos ter uma onda de desenvolvimento tecnológico caracterizado pela difusão de novas técnicas, de novos produtos de alto conteúdo tecnológico. Na verdade, a prioridade é diminuir e eliminar pontos de ineficiência hoje observados. Certamente, dadas dificuldades de equilíbrio do Estado, a política industrial brasileira abriu mão de seus recursos tradicionais de renúncia fiscal, oferta de crédito subsidiado, etc.. Na verdade, essa mudança já aconteceu. A nova política industrial já não faz uso desses instrumentos, na extensão em que se fez no passado, e certamente não faz deles instrumentos exclusivos de sua ação indutora da competitividade industrial do país. O principal instrumento indutor da eficiência, agora, é a abertura do mercado interno”.

O papel do estado

O presidente da Confederação Nacional da Indústria reconhece que o Estado teve papel decisivo na industrialização dos países latino-americanos, especialmente no Brasil, seja diretamente, ao envolver-se com a instalação de empresas públicas em determinados segmentos, seja através de suas agências de financiamento e desenvolvimento.

“O que está em discussão, no momento, é em que medida esse papel do Estado ainda nos serve. Não me parece, nesse sentido, uma discussão provinciana, mesmo porque esse é um tema objeto de sérios debates em todo o mundo. Sem dúvida, não podemos dizer que o setor privado seja ineficiente ou incapaz, nessa ou naquela área. O que existiu foi um determinado padrão, que em determinado momento histórico era o mais apropriado”.

Lembra Albano Franco que “hoje, nós temos algumas áreas, onde o Estado esteve tradicionalmente presente e os capitais privados já desempenham papel muito importante. A verdade é que já existe capacidade gerencial e financeira, e maturidade da iniciativa privada, em determinados segmentos ainda ocupados pelo Estado, onde o próprio Estado já poder ser substituído sem prejuízos. Siderurgia, petroquímica são exemplos. A questão, hoje, é o esgotamento da capacidade do Estado de gerar recursos para todas as suas necessidades. É imperativa a ampliação da eficiência na aplicação dos recursos públicos. É necessário que contemos com a poupança externa”.

Os riscos de recessão crônica

Falta de projeto de desenvolvimento ameaça o futuro

A recessão iniciada no ano passado é a mais grave de que se tem notícia na história econômica brasileira, assegura o professor João Paulo de Almeida Magalhães. A queda do PIB chegou a 4%, superior à do período 1981-83, de 3%.

Qual a causa da atual retração das atividades econômicas? A política antiinflacionária, responde o economista. "Tudo começou com a crise energética de 1974, reprisada em 1980, quando o segundo choque do petróleo, bem mais forte, agravou os problemas de nossa economia, já debilitada pelo primeiro choque. O governo viu-se forçado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional-FMI, em 1982, ficando sem outra saída senão a adoção de uma política antiinflacionária muito rigorosa, valendo-se dos instrumentos monetários e fiscais".

A previsão de João Paulo é que o Brasil só sairá da atual recessão no momento em que houver garantias de controle da inflação. "O governo poderia pôr fim a esse estado de coisas em apenas três meses, mas tal façanha inevitavelmente far-se-ia acompanhar de uma onda hiperinflacionária. Este é o grande problema".

De todos os planos lançados até agora, desde o governo Sarney (Cruzado, Bresser, Verão), o economista considera que "o Plano Collor é o que melhores resultados tem produzido na faixa de tempo da sua vigência: estabilizou a inflação em torno de 10%. O único fator capaz de perturbar um pouco esse panorama é a liberação dos cruzados, a partir de setembro. O governo, porém, não parece preocupado, pelo menos aparentemente, mas a inflação, mantida a taxa mensal de 10% (em julho, 11,3%) ainda é muito alta".

Apesar disso, ele não acredita, a curto prazo, em explosão inflacionária, principalmente se o governo conseguir êxito em novas iniciativas junto ao Congresso Nacional, para eliminar de vez o déficit orçamentário. "Aí, poderemos chegar gradualmente ao controle da inflação, a uma inflação um tanto saudável, na faixa dos 20% a 25% anuais, índices que permaneceram estáveis em todo o período do melhor

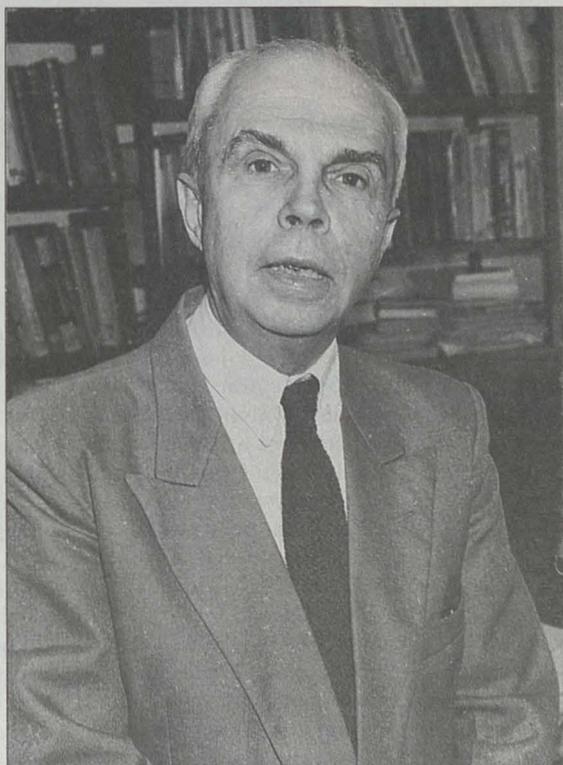
desenvolvimento do país, após a II Guerra Mundial. É uma visão de curto prazo".

Médio prazo – Nesta faixa é que estão as preocupações do economista. "Em 1974, por ocasião do primeiro choque do petróleo, o governo obtinha uma poupança igual a 4% do PIB. A partir do choque, optou por pegar empréstimos no mercado financeiro internacional, para comprar o óleo, cujo preço subira cinco vezes. Com esses dólares, veio a poupança, da qual, aliás, precisávamos. Na época, a poupança interna era de 23% do PIB. Os dólares resultantes dos empréstimos representavam um suplemento, elevando a poupança total do país para o patamar de 26%. Foi, então, que o governo incorreu naquilo que considero um erro histórico: passou a poupar menos, isto é, reduziu os 4% correspondentes a sua fatia, substituindo parte da poupança interna pela externa. Tudo foi muito bem, até 1980".

As dificuldades apareceram em 1981-82. Em 1982, foi interrompido o fluxo de recursos financeiros externos e, logo em seguida, o Brasil passa a dispor, não mais de 21% ou 23%, mas de apenas 17% de poupança interna. Tal nível declinaria ainda mais, baixando aos 15% atuais.

"No momento, a situação é a seguinte: o governo, que poupava 4% do PIB antes da primeira crise energética, hoje poupa zero", alarma-se o economista. "É pior: toma emprestado 2% do setor privado, isto é, despoupa 2%. É o que deve ser reconstituído."

Recessão crônica – O governo tenta equilibrar o orçamento e pode zerar seu déficit operacional. Todos estamos convencidos de que o déficit está zerado. Afinal, o fator psicológico é muito importante e assim teremos a inflação sob controle. O grande problema, segundo João Paulo, é que o governo vai zerar seu déficit com a poupança em conta-corrente, ou poupança zero. "Por causa de suas dificuldades, o governo parou de investir em estradas, hospitais, armamentos, escolas e universidades. Quando a inflação parar, os agentes eco-



Magalhães:
pacto anti-
inflacionário
e pró-desenvolvimento

nômicos vão pressionar pela retomada do desenvolvimento, aliás promessa do presidente Collor. Pressões serão intensificadas e a inflação explodirá outra vez. Ou, então, o governo resistirá às pressões, mas não haverá desenvolvimento. Será a recessão crônica”.

“A problemática do Brasil é complexa. Teria de ser resolvida através de um grande diálogo, sob a liderança do governo, que deveria mostrar os sacrifícios que o país teria de fazer no médio e longo prazos. Só assim, poderíamos controlar a inflação, promover a retomada do desenvolvimento a um ritmo de 6% a 7% ao ano. Seria um pacto antiinflacionário e pró-desenvolvimento, ao mesmo tempo. Meu grande receio é que o governo consiga subjugar a inflação, mas em condições tais que o país não possa voltar a se desenvolver, pois se levar à frente o desenvolvimento, a inflação disparará. Esse dilema, infelizmente, ainda não está solucionado”.

A grande ilusão do governo, sublinha João Paulo, é que o país vá contar com poupança externa, no montante de 4% do PIB. Isto, no seu entender, dificilmente acontecerá. O mercado internacional de capitais está fechado e não há perspectivas de próxima abertura. E mesmo que o in-

Por causa de suas dificuldades, o governo parou de investir em estradas, hospitais, armamentos, escolas e universidades.

gresso dessa poupança viesse a se concretizar, mais que uma ilusão, seria um erro. Isto, porque a opção de desenvolvimento com endividamento, a partir de 1974, só resultou numa dívida externa quase insuportável. Se vier o capital estrangeiro, mesmo o de risco o problema não será a amortização, mas a taxa de juros. A dívida é sempre rolada. Ora, em qualquer regime capitalista é sabido que a taxa de lucro é superior à taxa de juros. Então, se fizermos o endividamento suplementar igual ao anterior, teremos, possivelmente, uma pressão sobre o nosso balanço de pagamentos maior que a anterior. Certamente, esta não é a solução. João Paulo defende a solução que começaria com um sacrifício interno.

“O capital estrangeiro tem de ser considerado uma complementação do esforço nacional, que consiste na formação de uma poupança interna de pelo menos 20% do PIB. Hoje, essa poupança é de 15%, mas a média estava em 17%. Enquanto estiver faltando a fatia de 4% do governo, o nosso problema não será resolvido. Se o governo reconstituir seus 4% e o capital estrangeiro vier, em vez de crescer a 7% ao ano, o país crescerá a 11%, conforme está acontecendo na Coreia do Sul. Minha conclusão é a seguinte:

Mercado, que mercado?

A preocupação de modernização de economias como a brasileira remete, com frequência, ao exemplo dos Novos Países Industrializados, entre os quais se destacam os chamados Tigres Asiáticos, os pequenos países orientais que invadiram o mercado internacional com seus produtos altamente competitivos.

Reportando-se a recente seminário sobre a economia sul-coreana, cujos debates foram publicados em “Economics Perspectives”, João Paulo de Almeida Magalhães destaca o consenso dos economistas participantes daquele encontro, em torno do papel primordial do Estado para o salto que se verificou.

“É o Estado que dá a pesquisa tecnológica, os subsídios consentidos, em função da eficiência da empresa. O estado ajuda as grandes companhias coreanas e, depois, cobra resultados. O que significa isso num país

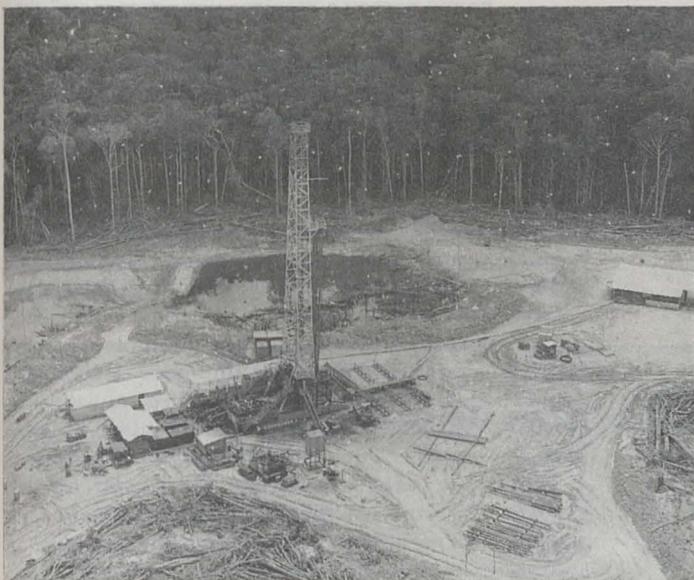
subdesenvolvido? Significa, certamente, que o mercado não funcionou. No regime liberal, se o mercado fosse um dado perfeito, simplesmente não haveria subdesenvolvimento. Como este existe, prova-se que o mercado, em tais circunstâncias, não funciona. No caso dos países subdesenvolvidos, uma ação permanente de governo, no sentido de corrigir o subdesenvolvimento, é algo absolutamente indispensável.”

“Como compatibilizar isso com a afirmação, que também faço, de que a iniciativa privada é mais eficiente? A questão é simples. O Estado intervém de duas maneiras: criando empresas governamentais – em nosso caso, quando a empresa privada não pode fazê-lo – e orientando e dirigindo a economia, conferindo subsídios, facilitando, etc.. O que fracassou nos países socialistas foi um modelo em que o Estado era proprietário de to-

das as empresas e a orientação dessas empresas era administrativa. De cima, partiam as ordens, produzir isso, aquilo, tal ou qual insumo. Ora, no momento em que passamos ao desenvolvimento, com o estado influenciando através de subsídios, facilidades de mercado, crédito e financiamento privilegiados (é o que se faz na Coreia do Sul), isso nada tem a ver com o fracasso do modelo socialista do Leste. A verdade é que se o Estado não intervir, vamos acabar renunciando ao desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, medidas keynesianas são dispensáveis, porque, quando há recessão, o mercado deixado livre volta ao pleno emprego. Mas, nenhum economista até agora teve a coragem de dizer que o Estado, cruzando os braços, transforma um país subdesenvolvido em desenvolvido. O mercado, por si só, não resolve o problema do subdesenvolvimento.”

em primeiro lugar, o capital estrangeiro não vem. Em segundo, se vier, inviabilizará o país a médio prazo. Essa problemática é que considero complexa. A ausência de poupança pública no montante de que o país precisa, para completar a poupança privada, me parece um grave ponto de estrangulamento do nosso processo de desenvolvimento. Torço para que o governo não continue pensando em deixar de fazer esforços para poupar, somente porque está na expectativa do ingresso da poupança externa."

Prudência na abertura - O desenvolvimento baseado, fundamentalmente, na substituição de importações está esgotado, também reconhece o economista. "Era o único modelo possível para a industrialização do Brasil. Por isso mesmo, não devemos atacá-lo indiscriminadamente. Houve distorções,



O país precisa projetar seu desenvolvimento, para fugir ao risco de recessão crônica

é certo, porque passou a se produzir tudo no país e a preços elevadíssimos. Na verdade, quando o processo é deflagrado, não se pode ter idéia de qual indústria será competitiva. Por outra parte, sempre tivemos grandes dificuldades cambiais. Por isso, o governo acabou protegendo tudo. Em outros países também aconteceu a mesma coisa. No Brasil, a correção será feita agora, com a abertura para as importações, abertura gradual, inteligente e lógica, recomendada pela prudência e pelo bom senso", aconselha.

Ele recorre a um exemplo histórico recente: quando se fez a integração européia, os franceses manifestaram o receio da possível substituição de sua indústria pela alemã. Por que tal não aconteceu? Porque a integração levou 12 anos, tempo suficiente para que o governo francês amparasse as suas indústrias menos competitivas, permitindo que se preparassem para a concorrência. Aqui no Brasil, está-se falando em reduzir, substancialmente, as tarifas aduaneiras, no período de quatro anos. Observe-se que a França

e a Alemanha são dois países industrializados, de economia madura. No nosso caso, se o governo insistir muito nesses quatro anos, acabará lançando numa aventura um país semi-industrializado e ainda sem condições de competir com países altamente industrializados.

"A abertura é necessária, estou de pleno acordo. Mas, ela terá de transcorrer gradativamente, respeitados certos limites. A integração européia aconteceu em doze anos. Prazo igual foi previsto para a Associação Latino-Americana de Livre Comércio-Alalca, a maior tentativa de integração da América Latina. Portanto, teremos de conduzir esse processo gradualmente."

Falta uma perna - Toda política tecnológica tem duas pernas, diz João Paulo. Com a primeira, a pesquisa é estimulada e financiada pelo Estado. Com a segunda, as empresas absorvem as pesquisas. No Brasil, mesmo que as pesquisas fossem estimuladas e intensificadas, não haveria a outra perna.

É ilustrativo o caso da Coreia do Sul. Quando o modelo de substituição de importações e as plataformas exportadoras se esgotaram, o Estado coreano, através da pesquisa tecnológica, lançou as empresas nacionais nos mercados externos. Ocorria que havia empresas genuinamente coreanas em todos os setores da economia. As empresas de capital estrangeiro podiam estabelecer-se no país, para exportar, mas o mercado interno se destinava exclusivamente às empresas de capital nacional. Assim, as firmas coreanas puderam, na segunda fase de desenvolvimento, lançar-se ao mercado externo.

No Brasil, porém, as grandes empresas exportadoras, mais dinâmicas e de setores básicos, são subsidiárias de transnacionais. Falta-nos a outra perna do processo de modernização tecnológica.

"Depois do petróleo", exemplifica João Paulo, "o que mais se exporta no mundo é automóvel. O carro fabricado no Brasil é internacionalmente competitivo. Por que, então, temos uma indústria automobilística de três a quatro vezes maior que a coreana, mas só exportamos para mercados secundários, como os asiáticos, latino-americanos, etc., e não para os mercados importantes do Primeiro Mundo, como o dos Estados Unidos? A resposta é simples: o carro da Coreia do Sul é fabricado por empresas da Coreia do Sul, a marca é coreana. Assim, atende a todos aqueles requisitos rigorosos estabelecidos pelos Estados Unidos. Já o nosso carro não é brasileiro, não incorpora elementos tecnológicos que iriam competir com as matrizes. Portanto, precisamos criar no Brasil a segunda perna do processo, fortalecendo a empresa de capital genuinamente nacional."

Outro exemplo citado por João Paulo: "Um produto que o Brasil exporta em grande escala é o aço plano. Por quê? Porque nosso aço plano é produzido por empresa governamental, estatal. Basta comparar isso com o caso dos automóveis..."

A.Q.

“Ainda estamos no fundo do poço”

O ajustamento externo de 1981 obrigou o governo brasileiro a tomar algumas medidas compreensíveis, sobretudo em relação ao balanço de pagamentos, e disso resultou o receio das atividades internas – lembra o economista Jayme Magrassi de Sá.

“Em 1990, ao contrário, não havia fatores externos a nos imporem políticas recessivas. Foi com o objetivo de combater a inflação que a professora Zélia Cardoso de Mello e sua equipe produziram intencionalmente uma recessão, mais intensa e mais grave que a de 1981, mais forte até do que imaginavam os seus próprios idealizadores, uma vez que já vínhamos de deficiências extremamente graves, sérios problemas de salários e dificuldades de investimentos, por efeito dos níveis a que a inflação havia chegado no governo Sarney. Todo mundo foi contra a recessão, porque a recessão não é remédio contra a inflação. Recentemente, o governo dos Estados Unidos decidiu aliviar as taxas de juros, para evitar o que já se desenhava, no horizonte econômico, como algo de mais sério. O mesmo aconteceu na Inglaterra.”

“Num país como o nosso, então, medidas recessivas são extremamente perigosas, e podemos imaginar quais seriam os seus desdobramentos. O Brasil ostenta uma expansão demográfica de tal ordem, que incorpora um Uruguai a cada ano e o equivalente a uma população argentina, a cada período de 12 a 15 anos; um preocupante desequilíbrio entre poupança e investimento, e uma desumana distribuição de rendas, com o poder dos salários inteiramente deteriorado. Os salários, de fato, têm sido muito castigados, ultimamente”, analisa Magrassi de Sá.

“Por outra parte”, continua, “o Brasil carece de uma reserva capaz de contribuir para uma retomada rápida dos investimentos. A poupança interna declinou muito. Os investimentos não ultrapassam, hoje, os 16% do Produto Interno Bruto-PIB. Se a tudo isso somarmos a questão da dívida externa e a dívida mobiliária interna, a recessão acentua mais ainda os nossos temores. No período da professora Zélia, vivemos algo próximo de uma verdadeira guerra interna, que só se

Retomada do crescimento aguarda certas condições

amenizou com a indicação de Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Economia. O Marcílio, sem dúvida, é mais talentoso e a sua presença logo distendeu o sistema. A inflação, afinal, não estava de modo algum sob controle, mas apenas contida, através do controle e do congelamento de preços. Com Marcílio, a economia passou a respirar um pouco mais”, diz o economista.

Segundo Magrassi de Sá, “ainda estamos no fundo do poço. Mas, a perspectiva, agora, é de começarmos a recuperação. Não se trata de retomada do crescimento, ainda, mas tão-somente de uma recuperação cíclica”.

Condições para retomada – Nesse contexto, segundo o economista, a retomada do crescimento vai depender de quatro variáveis: 1 - Política salarial voltada para dar maior poder de compra à coletividade; 2 - Uma política tributária que contemple a horizontalização da incidência dos impostos. Hoje, temos uma incidência forte e uma arrecadação muito pequena; 3 - Mais justiça social; 4 - Credibilidade do governo. Os indivíduos que detêm poupança e são capazes de aumentar os seus investimentos exigem coerência governamental. Isto pressupõe um rumo que fique bem claro, perante os agentes econômicos, e uma política monetária mais racional.

“Recentemente”, observa o economista, “tivemos uma política baseada no controle quantitativo do estoque monetário, que se seguiu a um violento sequestro da poupança quando especuladores e titulares de poupanças suadas foram colocados no mesmo rol.”

O controle monetário tem dois aspectos, de acordo com Magrassi: primeiro, só pode ser temporário, porque, depois de certo tempo, estrangula a economia; segundo, não consegue calibrar bem a taxa de juros, por isso mesmo é incapaz de evitar deslocamentos indesejáveis de poupança e uma contundência forte demais nos custos de produção. É necessário, portanto, que se passe do controle quantitativo para o controle bem ordenado dos juros.

Outra questão é a definição em torno da poupança externa, como



Marcílio precisa de respaldo para mudanças

complemento da poupança interna. "Ao longo dos anos, nossa opção pela poupança externa resultou na monstruosa dívida externa. Afinal, vamos continuar com o processo de endividamento ou optar pelos capitais de risco? O Brasil, sem dúvida, tem urgência em retomar seu crescimento, e isso pode acontecer até com relativa rapidez, mas é preciso instrumentação. Particularmente, tenho esperança de que o ministro Marcílio organize algo nesse sentido, ele que conhece bem as ordens interna e externa, tem experiência empresarial e me parece dotado de grande mérito, que é saber ouvir e dialogar. A grande dúvida é se o presidente da República vai dar ao seu ministro o poder de que ele precisa - poder de comando, não-discricionário, como tinha a professora Zélia, que superou até o próprio Delfim Netto nesse particular".



Zélia exagerou na dose da recessão, segundo Magrassi

Papel do Estado - Magrassi destaca os oligopólios e as deficiências empresariais para uma competição efetiva, como resultantes do fechamento da economia brasileira. "Tal proteção criou vícios. O empresário nacional precisa se dar conta de que lá fora a luta é árdua. Acostumada ao guarda-chuva interno, a empresa brasileira acentuou suas deficiências tecnológicas. A nossa mão-de-obra, por sua vez, está muito defasada".

"Temos de parar, para pensar também na recapitalização da infra-estrutura. Não temos ferrovias à altura das necessidades macroeconômicas, a energia elétrica terá de ser captada lá na Calha Norte, a custos bem mais altos. Na medida em que o país passa a dispor de uma sólida infra-estrutura, as chamadas economias externas ajudam a dar condições de competitividade aos nossos produtos. Diante desse quadro, o Brasil terá de retomar uma forma orgânica de programação, que nada tem a ver com estatização. Aliás, não tem o menor sentido essa algazarra liberal contra o Estado, num país onde o Estado tem funções importantes. A economia brasileira ainda não atingiu a maturidade da economia americana. Nos Estados Unidos, no Japão, nos países europeus e nos chamados "tigres asiáticos", o Estado e a iniciativa privada andam de mãos dadas. Aqui no Brasil, muito mais razões existem para um Estado atuante, sem que isso tenha a ver com o Estado paquidêmico, ineficiente, cheio de defeitos. Tudo isso é passível de correção. A verdade é que, no Brasil, o Estado tem desempenhado um papel programatório, de estimulador da poupança e dos investimentos, e instrumento de fortalecimento da iniciativa privada nacional", afirma o economista. ■

Álvaro Queiroz

Crescimento e desenvolvimento

Jayne Magrassi de Sá distingue entre crescimento e desenvolvimento. Diz que "o crescimento é apenas um detalhe", e que o importante mesmo é o desenvolvimento. "O crescimento é apenas uma expressão quantitativa, enquanto o desenvolvimento envolve o salto qualitativo, mudanças estruturais, melhoria da qualidade de vida".

"Feita a distinção entre essas duas coisas", prossegue, "o governo tem de programar alguma coisa. Não se pode pensar já em planejamento, muito menos em camisa de força, até porque a poupança é escassa. Mas, se quisermos alcançar determinadas metas que signifiquem uma evolução estrutural, é indispensável a definição de prioridades. A sociedade precisa entender isso", propõe.

O passo seguinte, em sua concepção, é "uma programação mais detalhada, no caso dos investimentos

públicos, e indicativa, no caso da poupança privada. Por fim, o aumento da colaboração da poupança externa. Aqui, o governo tem de ser bastante hábil, não apenas para atrair a poupança disponível lá fora, mas também para trazer o capital que pretendemos, e encaminhá-lo para setores de nosso interesse".

Ele aponta três maneiras para se alcançar o objetivo, as quais dependem, em aspectos fundamentais, do comportamento governamental: dar credibilidade à política econômica; estabelecer incentivos e punições, e dar outra fisionomia a esta série de programas que o governo vem anunciando - aumento da competitividade e ampliação da incorporação de tecnologias.

"Tais programas estão na dependência de sua credibilidade junto às empresas", destaca Magrassi. "No centro de tudo isso, um grande esfor-

ço de desenvolvimento científico e tecnológico, que deixa pressupor uma articulação entre o poder oficial, o poder privado e o poder universitário. Nesse conjunto - se realmente o governo levar adiante o que vem anunciando - destaca-se uma política agrícola, com avanços na política fundiária. Diz o presidente Collor que vai desapropriar um milhão de hectares. Se tal vier a acontecer, a base agrícola da economia brasileira ganhará maior flexibilidade. Pelos meus cálculos, uma dieta razoável impõe ao país a necessidade uma produção anual de 90 a 100 milhões de toneladas de grãos. Se atingidas as metas previstas para a política agrícola, teremos, aí, novos fatores de aumento da poupança nacional. Mas, esse conjunto tem de ser complementado com uma verdadeira revolução na educação. Além de uma política de saúde".

Privatização ronda os portos



Antônio de Pádua Gurgel

Pouco depois de tomar posse, o governo Collor decretou demissão maciça no sistema portuário, como parte do esforço para “enxugamento da máquina estatal”. A resposta foi a greve geral em todos os portos brasileiros, o que fez o governo recuar e lançou as bases para o Movimento Nacional em Defesa dos Portos (MNDP).

Agora, quando o Congresso Nacional se prepara para apreciar e votar um projeto do Palácio do Planalto, que prevê a privatização do sistema, o MNDP denuncia os prejuízos que o plano pode trazer à soberania nacional, ao desenvolvimento brasileiro e aos interesses dos trabalhadores.

Em contrapartida, é apresentada uma proposta, partindo do princípio de que “os portos nacionais não se prestam a transplantes puros e simples de modelos estrangeiros, à revelia da realidade brasileira”. De acordo com o movimento, “a discussão de fundo desafia a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, com metas eixequíveis a curtíssimo, curto, médio e longo prazos, sem a ilusão de que a modernidade se constrói da noite para o dia”.

Movimento rejeita projeto governamental e oferece contrapropostas

O debate sobre a modernização do sistema portuário brasileiro deverá entrar em sua fase decisiva neste mês de agosto, quando será conhecido o parecer sobre o projeto de privatização dos portos, enviado ao Congresso pelo Palácio do Planalto. O relatório está sendo preparado pelo deputado Aloizio Santos (PMDB/ES), que tem ouvido representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores que operam no sistema portuário, além de visitar unidades portuárias no Brasil e no exterior.

Uma das principais questões que têm permeado toda a discussão é o alto custo dos fretes praticados no Brasil, que, em alguns casos, são dez vezes maiores que os praticados em portos localizados em outros países, situação

que encarece os procedimentos de exportação e importação, afetando significativamente a vida econômica do país, já que mais de 90% das exportações e importações brasileiras são realizadas através dos portos.

Antes mesmo que o governo federal enviasse seu projeto ao Congresso Nacional, as lideranças dos trabalhadores que operam o sistema portuário começaram a se preocupar com o assunto. Há cerca de três anos, durante congresso da Federação Nacional dos Portuários realizado em Vitória, chegou-se à conclusão de que seria necessário mudar a forma de trabalho nos portos brasileiros. Com o objetivo de estudar preliminarmente o assunto, foi criada uma comissão que, em março de 1989, no congresso realizado em Santos pela mesma Federação, apresentou um anteprojeto sobre o assunto.

Finalmente, em março do ano passado, foi aprovado um documento com a opinião de todas as categorias de trabalhadores portuários, com propostas de mudanças no setor, envolvendo as áreas operacional e trabalhista-social, além de propor alterações no processo de tomada de decisões político-administrativas sobre a atividade portuária.

Atuação conjunta – Uma das conclusões desse documento era no sentido de que, isoladamente, as categorias que trabalham nos portos jamais poderiam ser vitoriosas, no processo que seria desencadeado com a modernização do sistema. Por isso, guindasteiros, conferentes, arrumadores, trabalhadores de blocos, etc., passaram a atuar cada vez mais em conjunto, numa articulação que viria a resultar na criação do Movimento Nacional em Defesa dos Portos. Naquela altura dos acontecimentos, março de 1990, já era visível que o novo governo tentaria intervir no sistema portuário.

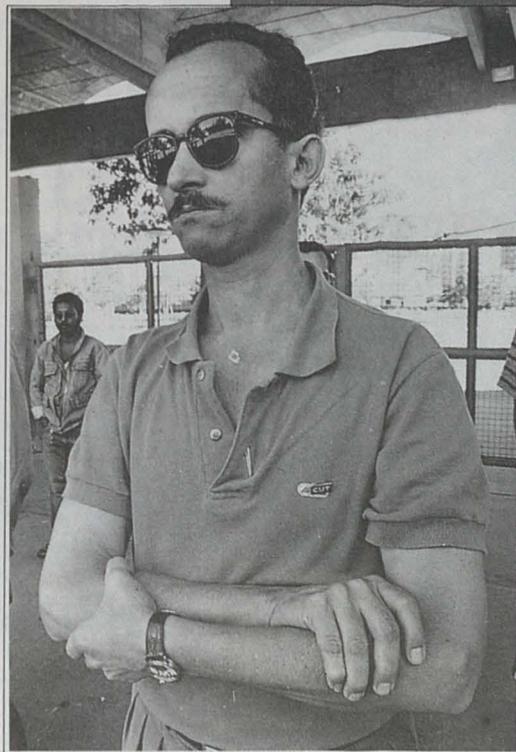
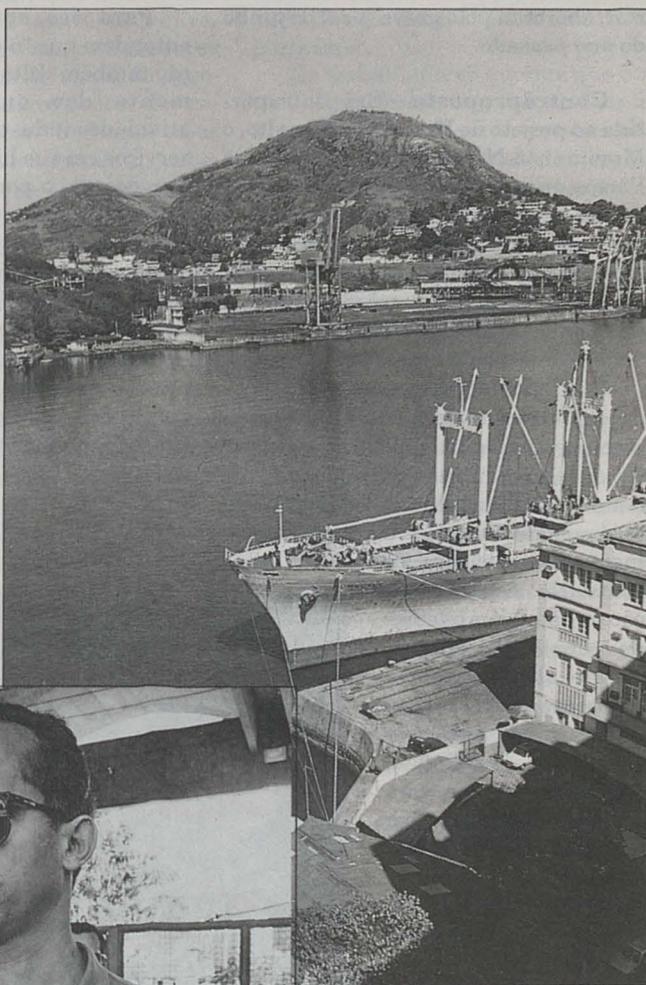
Em junho do ano passado, quando o Palácio do Planalto decretou demissões maciças nos portos brasileiros, as diversas categorias que trabalham na orla portuária estavam unidas e tiveram condições de responder, imediatamente, com uma greve geral em todo o país, movimento que levou o governo federal a rever sua atitude. Estavam lançadas as bases para a consolidação do Movimento Nacional em Defesa dos Portos (MNDP), entidade formalizada em outubro do ano passado e que tem realizado debates, viagens de estudos, pesquisas, articulações políticas, além de encaminhar sugestões quanto ao melhor funcionamento do sistema.

Quando o Poder Executivo enviou ao Congresso a mensagem nº 67/91, em fevereiro deste ano, portanto, o MNDP já estava em plena atividade, sob a direção de Jairo Lousada Dias, presidente do Sindicato dos Portuários do Espírito Santo. Na ocasião, ele atacou diversos pontos contidos no projeto governamental, que, segundo os portuários, fere, em vários aspectos, os interesses nacionais, além de prejudicar as diversas categorias que trabalham nos portos brasileiros.

Cartelização – Na opinião do presidente do MNDP, um dos principais defeitos do projeto governamental é propiciar a cartelização das operações portuárias, que passariam a ser controladas pelos grandes exportadores e armadores internacionais. Essa cartelização inviabilizaria a sobrevivência dos pequenos e médios exportadores, além de promover a desestruturação das companhias públicas de serviços portuários, as quais perderiam o controle das operações rentáveis, a partir do loteamento de

suas áreas de operação de carga e descarga.

Outra consequência danosa aos interesses nacionais que o projeto do governo acarretaria, segundo a visão de Jairo Lousada, seria o estímulo à evasão de divisas, graças à não-obrigatoriedade de prestação de informações sobre a movimentação de mercadorias, bem como a não-obrigatoriedade de licitação para exploração dos



Lousada: risco de cartelização

seguintes: revogação dos acordos coletivos de trabalho atualmente em vigor; revogação da legislação que dispõe sobre a forma de organização dos trabalhadores avulsos; obrigatoriedade de virem os marítimos a assumir – além de suas atividades rotineiras, que são penosas e perigosas – também as funções de estivador, conferente, vigia, trabalhador de bloco e consertador; imposição de normas inter-

atuais terminais de uso privativo, (que constituem um patrimônio público), no caso de movimentação de mercadorias de terceiros.

Demissões – Na opinião do presidente do MNDP, os pontos do projeto governamental prejudiciais aos interesses das diversas categorias que trabalham na orla portuária são os

vencionistas nos sindicatos de trabalhadores da orla portuária, após a revogação dos dispositivos legais vigentes.

De acordo com a avaliação de Jairo Lousada, a aprovação do projeto governamental, tal como encaminhado ao Congresso, implicará a demissão em massa de trabalhadores empregados nas administrações portuárias, o que estaria coerente com a tentativa ante-

rior, abortada pela greve geral de junho do ano passado.

Contraproposta – Em contrapartida ao projeto do Palácio do Planalto, o Movimento Nacional em Defesa dos Portos encaminhou ao Congresso Nacional sua própria proposta de modelo portuário para o Brasil, partindo do princípio de que “os portos nacionais não se prestam a transplantes puros e simples de modelos estrangeiros, à revelia da realidade brasileira”.

Segundo o documento dos trabalhadores, “visões míopes construíram um discurso enganoso, embasado em princípios falsos, em que a eficiência e a modernidade dependem unicamente da exclusão do Estado e do desmantelamento da estrutura sindical do setor portuário. A participação do Estado, as relações de trabalho e a eficiência global dos sistemas portuários de outros países devem servir de elementos de reflexão, para chegarmos a uma concepção própria para o complexo portuário nacional”.

O MNDP propõe que se pensem os portos sob o prisma do transporte intermodal – um projeto mais abrangente, que inter-relacione harmonicamente ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos do país.

A discussão de fundo desafia a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, com metas exequíveis a curtíssimo, curto, médio e longo prazos, sem a ilusão de que a modernidade se constrói da noite para o dia. Ela será resultado de um processo planejado, executado e reavaliado constantemente, de maneira democrática. Em suma, o que falta é um projeto para o Brasil. E o MNDP suscita a discussão em sua área, abrindo-a àqueles que se interessam pela construção de um país soberano, de economia saudável e aberto ao mundo, com vistas ao atendimento prioritário dos interesses da maioria do povo brasileiro.

Para isso, aqueles trabalhadores entendem que “o porto deve ter a atenção também voltada para o desenvolvimento dos outros modais, das atividades industriais, comerciais e de serviços em sua hinterlândia. Para que isso ocorra, o porto tem que mudar a sua postura passiva, de local para trânsito de cargas, e partir para uma visão agressiva de aliado comercial, onde atue na divulgação de suas potencialidades e da sua hinterlândia, bem como na promoção integrada de oportunidades. Isso resultará na intensificação das trocas comerciais e maiores investimentos na interface portos/hinterlândia”.

Estrutura – Depois de considerar a atual estrutura portuária brasileira

mento, encaminhando as deliberações do CNP e fornecendo a esse conselho suporte administrativo necessário.

No esquema proposto pelos trabalhadores a nível nacional, o CNP seria composto pelos presidentes das companhias docas ou administrações portuárias, um representante do Ministério da Marinha, um representante dos trabalhadores da orla portuária, um representante dos usuários dos portos e um representante do DNTA.

Conforme a proposta do Movimento Nacional em Defesa dos Portos, entre os objetos de deliberação do CNP estariam a exploração dos terminais; a implantação, administração, operação, manutenção e conservação das instalações portuárias; a implantação das companhias docas ou administrações portuá-



Os portuários temem que as mudanças causem uma onda de demissões

obsoleta e burocratizada, o MNDP propõe o redimensionamento das suas esferas decisórias, partindo da elaboração e da administração a nível regional, com objetivos interligados nacionalmente. “A nível nacional, a política portuária deveria possuir uma instância deliberativa e outra executiva, a serem exercidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Portos (CNP) e pelo Departamento Nacional de Transporte Aquaviário (DNTA), este último atuando como órgão de pesquisa, e assessora-

rias que estejam em consonância com a política portuária nacional; o disciplinamento da aplicação de recursos em macroinvestimentos, como construção e ampliação de portos, bem como a aquisição de grandes equipamentos; e a metodologia de cálculo das tarifas portuárias.

A nível regional, o MNDP sugere que a elaboração da política portuária fique a cargo de uma Comissão de Autoridade Portuária (CAP), orientada pelas deliberações do CNP e composta

de maneira tripartite: três representantes do poder público (federal, estadual e municipal); três representantes dos usuários dos portos; três representantes dos trabalhadores da orla portuária. Pelo esquema do MNDP, as companhias docas ou administrações portuárias funcionariam como executoras das deliberações da CAP, cabendo-lhes ainda a função de subsidiar a Comissão com informações estratégicas para a elaboração da política portuária regional.

Operação portuária – Partindo do princípio de que as operações nos portos brasileiros estão aquém da capacidade potencial existente, o documento dos trabalhadores propõe que todos os profissionais envolvidos na operação portuária e na manutenção das instalações e equipamentos dos portos façam parte de uma mesma categoria, que abrigaria profissões diferentes, no modelo avulso de prestação de serviços. O critério para existência de diferentes profissões seria a correspondente existência de serviços ou conjunto de serviços que justifiquem tais diferenciações, o que implica a revisão das múltiplas profissões existentes na operação e na manutenção portuárias.

Defendendo uma transição negociada do atual sistema de prestação de ser-

viços na orla portuária, os trabalhadores propõem que as suas representações sindicais e as dos tomadores de serviços definam critérios de aproveitamento dos quadros atuais das categorias profissionais. “Definidos esses critérios”, continua o documento, “caberá aos sindicatos a sua aplicação, tendo como resultado um grupo de trabalhadores aproveitados e outro grupo a ser socialmente amparado, diante da declaração da impossibilidade do seu aproveitamento. Esse amparo social será custeado por um fundo proveniente do poder público (federal, estadual e municipal), do empresariado e de uma cota da remuneração do contingente da mão-de-obra que permanecerá em atividade”.

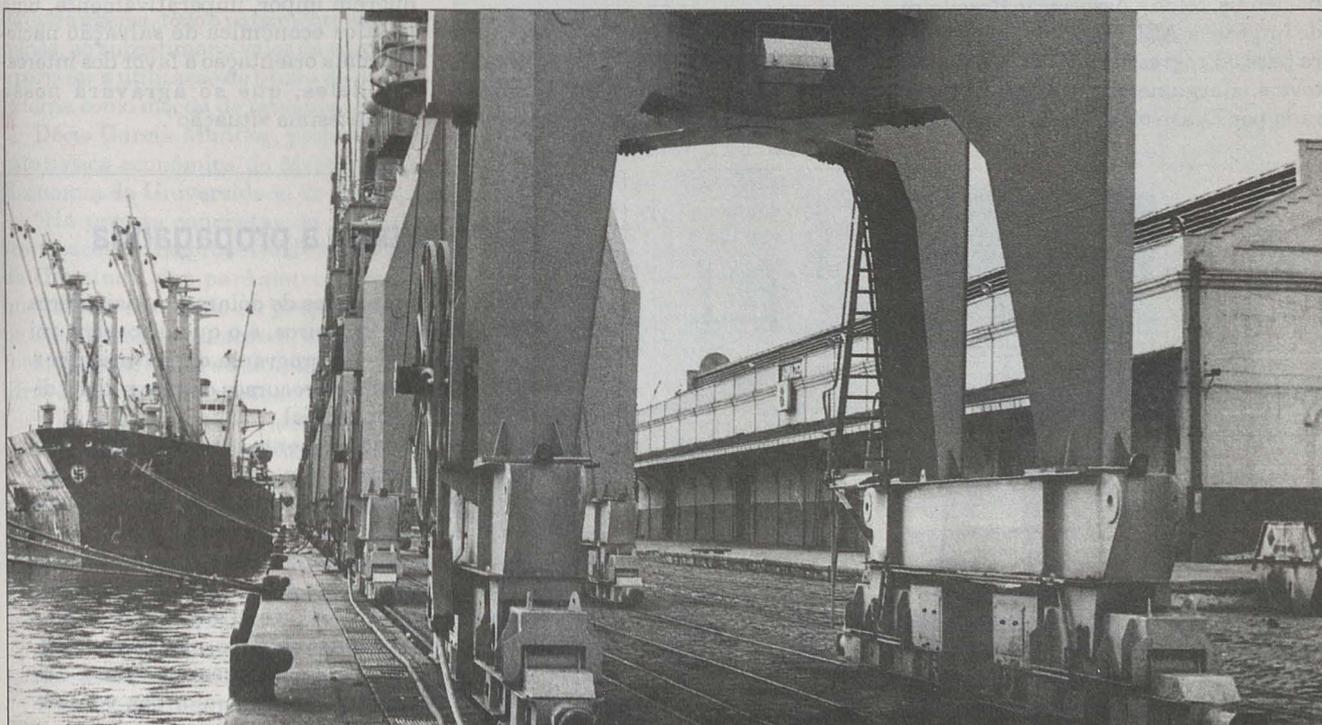
Convenção – Segundo a proposta do Movimento Nacional em Defesa dos Portos, as novas relações trabalhistas seriam regidas por uma ampla Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), em que devem constar as instâncias de relacionamento nacional e regionais, com a clara definição do âmbito das negociações: “A CCT será fiscalizada e aplicada regionalmente por uma comissão paritária (trabalhadores e empresários). Caberá ainda a essa comissão emitir pareceres sobre dúvidas geradas na aplicação dos termos da CCT. As partes convenientes serão: representações sin-

dicais dos armadores, exportadores/importadores e dos trabalhadores da orla portuária”.

Os trabalhadores querem que constem ainda dessa Convenção Coletiva algumas cláusulas contratuais básicas, que protejam o trabalho em face da automação, conforme recomendação da Organização Internacional do Trabalho, referente às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, bem como à segurança e higiene dos trabalhos portuários.

A Convenção Coletiva definiria também os parâmetros mínimos de remuneração e os vários modelos de contratos operacionais, com as condições onde esses parâmetros se aplicam. Regionalmente, os contratos operacionais teriam flexibilidade de negociação, para se compatibilizarem com as diferentes dinâmicas operacionais dos portos.

Para que não haja incentivo a ritmos diferentes para a mesma operação, as formas de remuneração poderão variar entre o salário, ser proporcional à tonelagem, à cubagem ou à unidade de carga movimentada, podendo ser ainda *ad valorem*, de modo a contemplar uma garantia básica de remuneração para todos os trabalhadores e um estímulo à produtividade global e por equipe. ■



O MNDP afirma que é preciso construir um modelo portuário brasileiro, sem transplantar receitas de fora

Usiminas: os descaminhos da privatização

José Maria Rabêlo

Como prevíamos em nossa última edição, a privatização da Usiminas vai se transformando num cipoal de medidas judiciais e legislativas, que dificultam e poderão até mesmo abortar a operação.

Além da ação cautelar proposta pela Confederação Geral dos Trabalhadores-CGT, e contra a qual o BNDES recorreu, outras iniciativas estão em curso.

Uma delas é a representação encaminhada ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pedindo esclarecimentos ao BNDES sobre vários pontos do processo de privatização, considerados lesivos ao interesse público. A representação foi apoiada por dezenas de entidades e personalidades nacionais, como a Associação Brasileira de Imprensa-ABI, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, e teve sua argumentação jurídica elaborada por Evaristo de Moraes Filho, Go-

fredo Telles Júnior, Edgar de Godoy da Mata Machado, Barbosa Lima Sobrinho, e a econômica pelos professores Christovam Buarque e Bautista Vidal. Alegam os signatários que, somente com o acordo que deu aos japoneses da Nippon Steel, sócios minoritários da empresa, uma participação maior em seu capital, a Usiminas teve um prejuízo de mais de 200 milhões de dólares.

Conforme a resposta do BNDES, os autores da representação irão ao Supremo Tribunal Federal pedir a declaração de ilegalidade do acordo com os japoneses e a consequente anulação do processo de privatização.

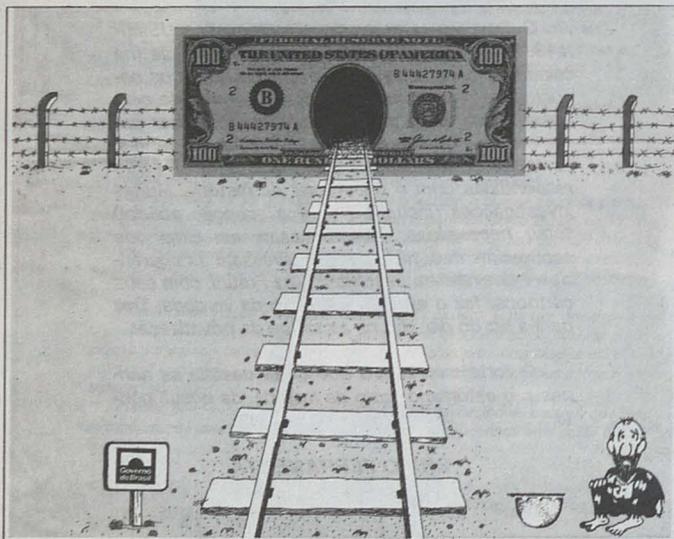
Também o PT nacional entrará com ação na Justiça, pedindo a suspensão do leilão, e o mesmo deverá fazer o PDT de Minas Gerais.

No Congresso – Além do projeto de decreto legislativo do deputado Vivaldo Barboza, suspendendo o leilão e em trâmite na Câmara dos Deputados, o sena-

dor Maurício Correa apresentou projeto de lei, excluindo a Usiminas do Programa Nacional de Privatização. Ele entende que a venda de uma empresa lucrativa e eficiente, como a Usiminas, contraria frontalmente “o conteúdo filosófico e programático da lei 8.031/90”, que estabeleceu as privatizações. Retomando a argumentação da representação encaminhada ao procurador-geral da República, diz que o aumento da participação japonesa na empresa, decidida sem ouvir o Congresso, foi altamente lesiva ao patrimônio público. O preço mínimo do lote de mil ações, calculado por uma equipe de renomados economistas, não poderia ser inferior a 330 cruzeiros. O governo, entretanto, permitiu aos japoneses aumentar sua participação acionária, de 4,5% para 12,9%, pagando apenas 38 cruzeiros por lote de ações, ou seja, dez vezes menos seu valor real.

“Como crítica final” – conclui o senador – “vale salientar que é inadmissível um programa que adote a forma de leilão de ações e não vincule a compra ao compromisso de subscrição de ações novas, ligadas a investimentos da empresa”.

O senador Darcy Ribeiro, em discurso na tribuna, considerou a venda da Usiminas uma ação contra o Brasil. “Trata-se de uma exigência externa” – declarou – “dos países ricos, que nos querem impor, imperativamente, uma política econômica de salvação nacional, uma orientação a favor dos interesses deles, que só agravará nossa precaríssima situação”.



Cartum de Luiz Fabriní, usado na campanha da Prefeitura de Ipatinga contra a privatização da Usiminas

Milhões para a propaganda

Uma verba de dez milhões de dólares, ou seja, cerca de quatro bilhões de cruzeiros, é o que o governo vai gastar na propaganda do programa de privatizações. Trata-se da maior soma de recursos empregada na divulgação de um projeto oficial.

Para avaliar o que representa este gasto, basta verificar que a programação anual da Brahma ou da Antártica, em guerra pelo domínio do mercado de bebidas, e que são das cinco maiores anunciantes do país, gira em torno de 15 milhões de dólares, cada uma.

Que visa o governo com todo este dinheiro a ser gasto com a propaganda das privatizações? Há setores que entendem que seu único objetivo, além de influenciar a opinião pública, é o de conseguir – junto aos grandes meios de comunicação – maior boa vontade para a venda das estatais.

Contra a venda

“O que é estranho é que este processo comece exatamente pela estatal mais rentável e mais bem-organizada do país. Eu não o faria, neste momento.”

Itamar Franco, vice-presidente da República

“O país está num processo de entrega de seus bens. Querem colocar num plano de dignidade, com esta história de modernidade, o que é puro despojo.”

Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro

“O governo do presidente Collor, em cujas boas intenções quero crer, não deve perseverar nesta equivocada visão de nossos valores, sob pena de candidatar-se a um desfavorável julgamento da história.”

Aureliano Chaves, ex-vice-presidente, ex-governador de Minas

“O governo federal está passando, de graça, à iniciativa privada, sobretudo estrangeira, todo o patrimônio da Usiminas, ao subestimar o valor da empresa e permitir a utilização de títulos da dívida externa como moeda de privatização.”

Décio Garcia Munhoz, professor de estatística econômica do Mestrado de Economia da Universidade de Brasília

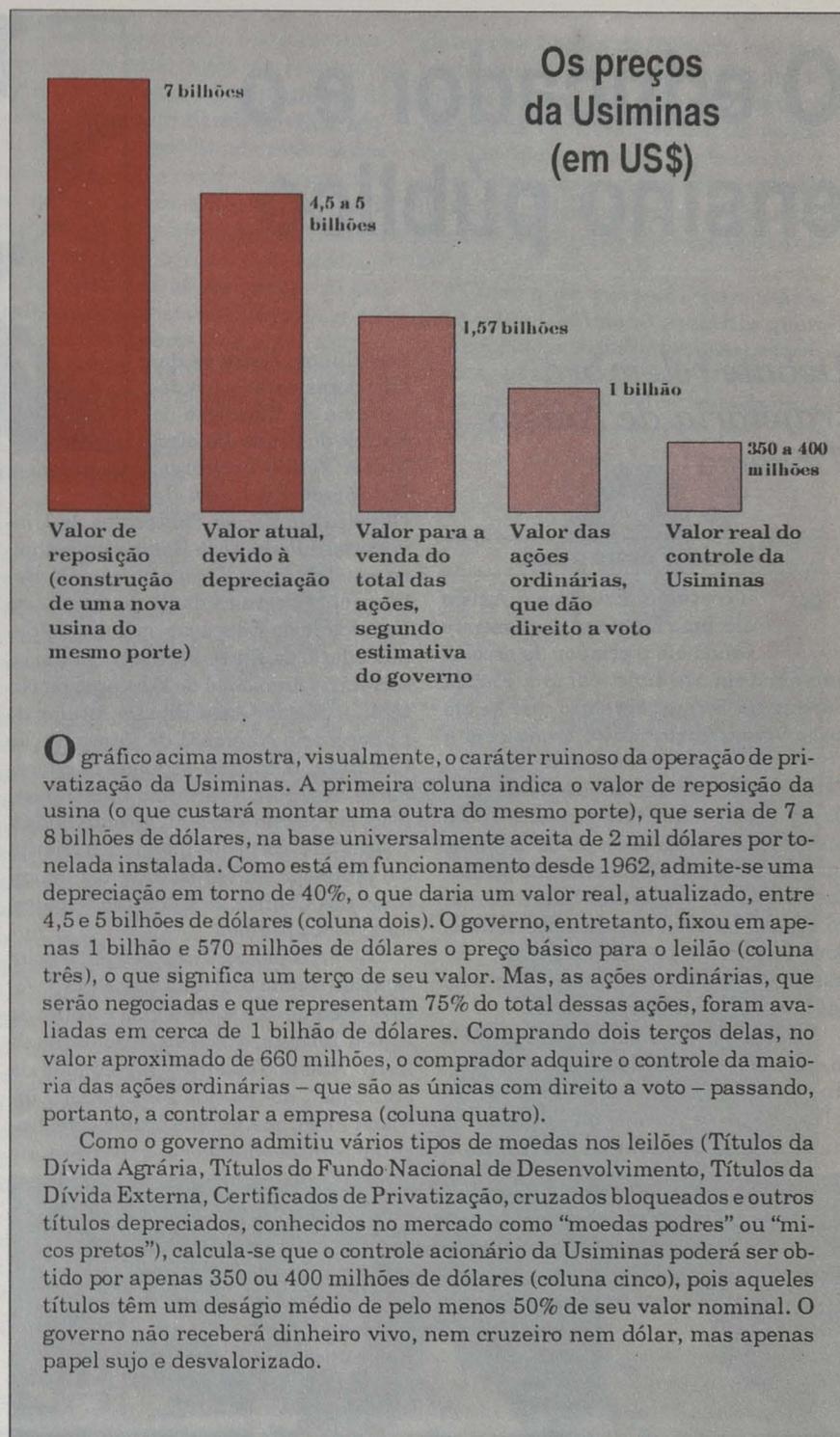
“Há provas concretas da falta de transparência do processo de avaliação da Usiminas, dos parâmetros irrealistas que teriam resultado no preço mínimo de 1,8 bilhão de dólares e, ainda, das formas pouco claras do pagamento, através da cesta de moedas.”

Walter Barelli, ex-diretor do Dieese e coordenador da área econômica do PT

“É vil o preço estipulado para a venda da Usiminas. A liminar concedida pela Justiça é oportuna e abre uma chance às autoridades para que, com humildade, debatam o processo com a sociedade.”

José Alencar, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais

“O governo quer vender, às pressas, a Usiminas. Pretende-se liquidar, da noite para o dia (na calada da noite, é



O gráfico acima mostra, visualmente, o caráter ruinoso da operação de privatização da Usiminas. A primeira coluna indica o valor de reposição da usina (o que custará montar uma outra do mesmo porte), que seria de 7 a 8 bilhões de dólares, na base universalmente aceita de 2 mil dólares por tonelada instalada. Como está em funcionamento desde 1962, admite-se uma depreciação em torno de 40%, o que daria um valor real, atualizado, entre 4,5 e 5 bilhões de dólares (coluna dois). O governo, entretanto, fixou em apenas 1 bilhão e 570 milhões de dólares o preço básico para o leilão (coluna três), o que significa um terço de seu valor. Mas, as ações ordinárias, que serão negociadas e que representam 75% do total dessas ações, foram avaliadas em cerca de 1 bilhão de dólares. Comprando dois terços delas, no valor aproximado de 660 milhões, o comprador adquire o controle da maioria das ações ordinárias – que são as únicas com direito a voto – passando, portanto, a controlar a empresa (coluna quatro).

Como o governo admitiu vários tipos de moedas nos leilões (Títulos da Dívida Agrária, Títulos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Títulos da Dívida Externa, Certificados de Privatização, cruzados bloqueados e outros títulos depreciados, conhecidos no mercado como “moedas podres” ou “micos pretos”), calcula-se que o controle acionário da Usiminas poderá ser obtido por apenas 350 ou 400 milhões de dólares (coluna cinco), pois aqueles títulos têm um deságio médio de pelo menos 50% de seu valor nominal. O governo não receberá dinheiro vivo, nem cruzeiro nem dólar, mas apenas papel sujo e desvalorizado.

verdade, é que se fazem negócios de alguns) um patrimônio construído pelo nosso povo, com duros sacrifícios. Privatizar pra quê? E pra que tanta pressa?”

Chico Ferramenta, prefeito de Ipatinga

“Você já reparou que todos os compradores potenciais da Usiminas são

bancos ou são ligados ao setor financeiro? O que pode atrair um banco a se meter em siderurgia? Certamente não é a fabricação de aço, mas sim a possibilidade de revenda imediata da empresa a ser comprada.”

Antônio Ermírio de Moraes, diretor-presidente do Grupo Votorantim

O educador e o ensino público

Debate relembra trajetória de Anísio Teixeira

Vânia Fernandes

“**E**u costumo dizer que o Anísio era uma máquina de pensar, e sendo ele o criador de escolas que existem até hoje, como a Escola Parque da Bahia, acredito que se ele fosse vivo, ficaria muito triste com a atual qualidade de ensino no Brasil”. Esta foi uma das afirmações do senador Darcy Ribeiro, durante palestra sobre Anísio Teixeira, na noite de 22 de julho, em uma das muitas homenagens prestadas pela Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio de Janeiro, ao educador baiano. Seus familiares, poetas, escritores, professores e representantes do ensino no país lotaram o auditório.

Depois da palestra de Darcy Ribeiro, ficou constatado no debate que o ensino no Brasil piora a cada dia, com escolas de vários turnos, que diminuem muito a carga horária de aprendizado

dos alunos. Entre os debatedores estavam a secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Maria Yedda Linhares; Hildérico Pinheiro de Oliveira, da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e engenheiro construtor da Escola Parque da Bahia; Jorge Ferreira da Silva, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lia Faria, secretária municipal de Educação de Niterói, e Sérgio Costa Ribeiro, titular do Laboratório Nacional de Computação Científica. A solução, segundo os educadores, é seguir o caminho iniciado em 1946, por Anísio Teixeira, incentivando a criação de escolas que integrem a criança e o professor em tempo cada vez maior, como nos Centros de Educação Popular, idealizados por ele.

Além da palestra e do debate, a noite também contou com uma exposição de fotos e documentos sobre a vida e a obra de Anísio Teixeira, e com a apresentação do livro “Anísio Teixeira – a polêmica da educação”, do falecido historiador Luís Viana Filho, que, em sua última obra, traça um perfil do educador e de sua trajetória



No debate, a presença de d. Emília viúva do educador

no Brasil e no exterior.

Precursor dos Cieps – Nascido em 12 de julho de 1900, em Caetitê, na Bahia, Anísio Spínola Teixeira foi o primeiro brasileiro a tratar da Educação no Brasil com idéias progressistas, sempre adequando o ensino à realidade do país. Empreendedor, o educador enfrentou várias dificuldades, inclusive de ordem política, desde que, aos 23 anos, tornou-se o inspetor-geral de ensino da Bahia, em 1924.

A partir daí, ocupou altos cargos em órgãos governamentais e na Unesco, realizando ousadas reformas no setor educacional. Em 1946, criou o que se pode chamar de primeiro Ciep do país, o Centro Educacional Carneiro Pereira (Escola Parque), na Bahia, pioneiro na educação integral e profissionalizante do país. Nessa escola, e nas outras que surgiram depois, o aluno não apenas atuava como estudante, mas também como trabalhador, esportista, artista e cidadão.

Contemporâneo e amigo de intelectuais, como Monteiro Lobato, Fernando de Azevedo e Afrânio Peixoto, Anísio defendeu, em toda a sua vida, o ensino público e gratuito de boa qualidade e lançou campanhas de livros didáticos e ele também lançou manuais de ensino, no que foi duramente perseguido por setores conservadores da igreja católica, no fim da década de cinquenta.

Anísio Teixeira faleceu no dia 11 de março de 1971, quando disputava uma merecida cadeira na Academia Brasileira de Letras. Deixou inesquecível marca na produção educacional e intelectual brasileira, com escolas que existem até hoje, seguindo a sua idéia original, como a Escola Parque da Bahia e a Escola Guatemala, no Rio de Janeiro.



Educadores, como Maria Yedda Linhares e Darcy Ribeiro participaram do evento

Efeitos do descaso

Índice de tuberculose não deve espantar

Prof. Krishnamurti Sarmento

O assunto do momento é novamente a tuberculose. De repente, descobriram que a doença fez do Rio o seu quartel-general, como se tudo tivesse acontecido de maneira paroxística – aparecido e evoluído de um dia para outro. Nada disso. A situação já se arrasta há muito tempo e foi por nós denunciada e reclamada desde 1980. Basta que passemos a transcrever alguns trechos do livro “Memórias da Sociedade de Medicina e Cirurgia num Século de Vida”, em 1985, de autoria de Júlio Sanderson. No depoimento sobre tuberculose, de nossa autoria, registramos que “a situação da Divisão de Tuberculose da Cidade do Rio de Janeiro era considerada difícil. Na realidade, como pudemos verificar, era dramática. As vinte e duas seções de Tuberculose dos centros de saúde encontravam-se abandonadas, sem tuberculostáticos. Os doentes, desesperados, sem ter a quem apelar, chegavam à agressão. No centro de saúde de Engenho da Rainha, um doente chegou a disparar um revólver no ambulatório, inconformado com a informação de que não havia remédio. E o índice de abandono do tratamento era bem alto, atingindo, por exemplo, na 10ª Região Administrativa (Favela da Maré) quase 100% dos doentes sob cuidados”.

“A situação era crítica e presenciávamos o desmoronamento da estrutura antituberculosa, agravado em especial com a falta de tuberculostáticos. Exemplo disso é que, para as crianças tuberculosas, as instruções dos esquemas de tratamento, vindas de instâncias superiores, eram no sentido de administrar pirazinamida xarope, só que desse tuberculostático, em todo o Rio de Janeiro, só encontramos cerca de 30 unida-

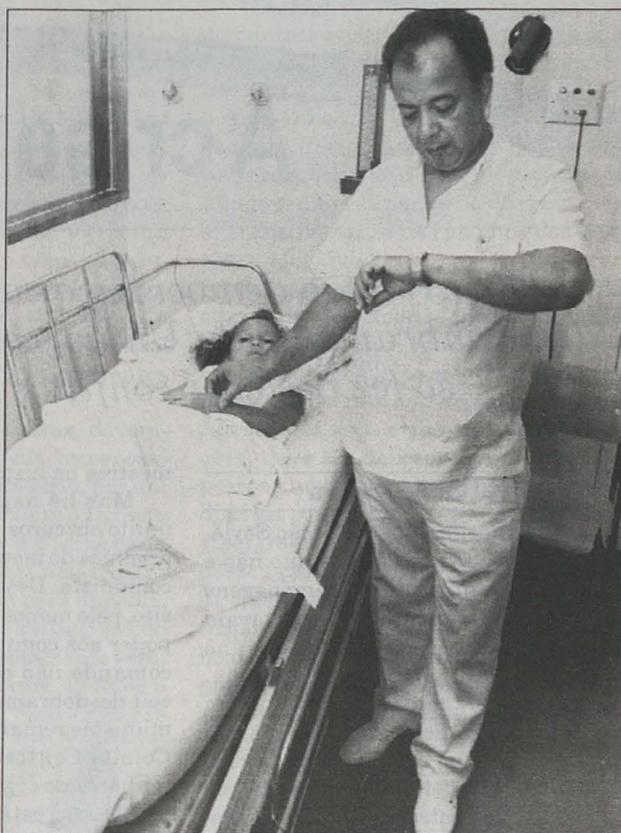
des, já bastante antigas. E só foram descobertas pela enfermeira que respondia pela seção de Tuberculose do centro de saúde da Praça da Bandeira (Enf. Maria Cristina). A rede de laboratórios dos centros de saúde, onde deveriam ser realizados os exames de escarros para pesquisa de BK, não possuíam, salvo raríssimas exceções, microscópios, lâminas e corantes. Mesmo assim, as autoridades consideravam que o diagnóstico da tuberculose podia ser obtido apenas com o exame de laboratório, como se estes estivessem aparelhados para isso.”

E mais adiante: “Tínhamos certeza de que o alicerce para levantar a campanha de tuberculose no município era ter remédio. Saímos atrás de pirazinamida xarope, por todos os lados, participando inclusive de reuniões com representantes dos Ministérios da Saúde e da Previdência. Enquanto alguns destes, diante dos fatos que apresentávamos, só conseguiam exibir frios mapas computadorizados, que atestavam a existência de pirazinamida xarope em grandes quantidades, outros representantes dos ministérios, no auge do debate, chegavam ao cúmulo de cochilar, denotando total desinteresse pela situação”.

E já registrávamos, logo adiante: “Atualmente, podemos constatar que a situação em nada mudou. Continuam faltando medicamentos, além de inexistirem condições de funcionamento para os laboratórios, onde nem uma pesquisa de BK pode ser feita. Quanto aos remédios que faltam, a ordem que chega às bases, ou seja, às seções dos centros de saúde, é para que se dê tuberculostáticos, mesmo com o prazo vencido. É um descabimento. Dessa maneira, os devotados pneumolo-

gistas das Seções de Tuberculose dos centros de saúde, após exaustivamente correrem atrás dos tuberculostáticos para seus doentes, terminam sendo vencidos pelo cansaço. Tudo devido à inoperância, ao descaso, à irresponsabilidade daqueles que temem – que outra coisa pensar? – que a tuberculose acabe”.

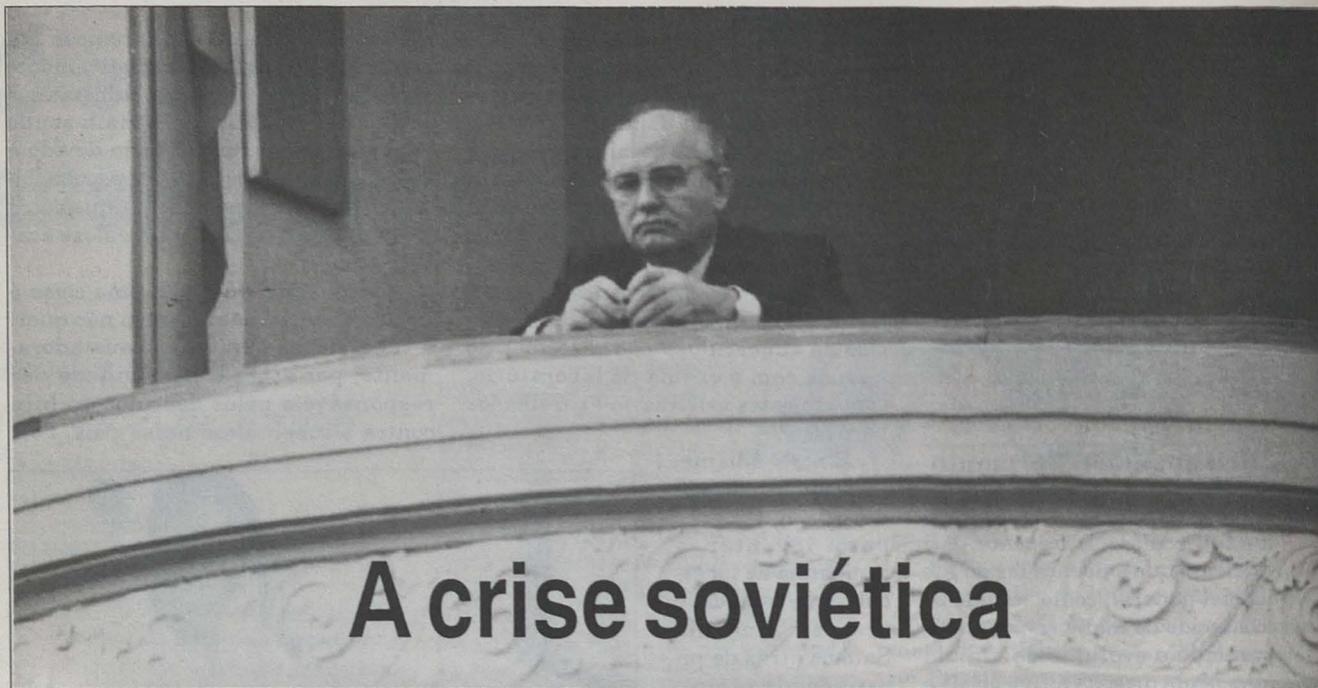
“Como quer que seja, uma coisa é indiscutível, só não vê quem não quer: a tuberculose aumenta assustadoramente, por sobre a passividade dos responsáveis pelos destinos da luta contra a tuberculose nesse país. Pois



Falta de remédios e de laboratórios equipados agravam o quadro de doenças, mesmo nas grandes cidades

essa é a impressão que fica: as autoridades sanitárias não mostram qualquer empenho em combater eficazmente a tuberculose. Além do mais, sabem perfeitamente o custo político que seria assumir, de público, a realidade de que a tuberculose não acabou e que, ao contrário do que afirmam, vem aumentando significativamente.”

Hoje, a situação é a mesma. Falta para solução somente decisão, dinâmica, mobilização – determinação em fazer política de saúde. ■



A crise soviética

Insurreição democrática contra o autoritarismo stalinista, desmembramento da União, confronto Gorbachev-Yeltsin. O golpe só fez acelerar conflitos cujo desfecho é imprevisível

Neiva Moreira

Os acontecimentos na União Soviética são tão dinâmicos que não é de estranhar que as personagens já não estejam, amanhã, onde estavam hoje. A crise recorda outras, que, no passado, tumultuaram a velha Rússia.

Em tese, há na URSS mais de um conflito deflagrado ou latente, que, em maior ou menor escala, pode ter influenciado a rebelião: as novas forças democráticas contra o velho PC e o modelo político e econômico vigente; a rebelião das nacionalidades, e, como figurantes destacados na cena central da crise, os presidentes Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin, em conflito nem sempre disfarçado.

Nesse quadro, o golpe de 19 de agosto não está suficientemente claro, nas suas origens e dimensões. A maneira amadorística como foi conduzido política e tecnicamente é inexplicável. Qualquer sargento centro-americano ou um cabo boliviano faria melhor, se o encarássemos do ponto de vista da técnica do golpe de estado, um tema que já reúne vasta literatura e tem consagrados

mestres na historiografia militar.

Mas há aspectos políticos ainda muito obscuros, a começar pela relação orgânica do movimento com a estrutura comunista. Desencadeado com o propósito, pelo menos aparente, de restituir o poder aos comunistas ortodoxos, o seu comando não conseguiu envolver, no seu desdobramento, os milhões de comunistas remanescentes. Não apenas o Comitê Central do PC soviético, mas milhares de órgãos locais de uma vasta e poderosa estrutura partidária, receberam passivamente o golpe, sem mobilizar um militante em seu apoio, podendo até desejar sua vitória mas permanecendo omissos no esforço para fazê-lo vitorioso.

Pareceria que o movimento fora uma iniciativa limitada a alguns centros de poder de Moscou, e, quem sabe, uma precipitação oportunista visando a apropriar-se da direção de um outro golpe melhor preparado e já em gestação. É possível que os envolvidos no complô tivessem tal certeza de êxito que não se preocuparam em montar um sólido apoio militar, nem uma rede de conspiração civil no interior do país.

Essa situação foi mais evidente nas forças armadas, praticamente imóveis no decorrer do movimento. A não ser algumas guarnições de Moscou e certos pronunciamentos de quartéis no Báltico, não houve notícias da adesão de grandes ou pequenas unidades no resto do país.

A exemplar manifestação popular em defesa do Parlamento russo e da democracia poderia ter sido alvo, como na praça da Paz Celestial, em Beijing (ex-Pequim), de um massacre planejado, se houvesse a firme determinação de esmagar a ferro e fogo a resistência. Mas tal não aconteceu.

Qual teria sido o plano dos golpistas? E que plano de golpe deixaria de prever no primeiro instante a ocupação de todos os meios de comunicação e a prisão dos possíveis líderes da resistência, a começar por Boris Yeltsin e o comandante das forças militares locais da Federação Russa, que, pela lógica da rebelião, deveriam ser alvos prioritários da KGB (Comitê de Segurança do Estado) e do comando golpista? Mas este é um quebra-cabeças para os historiadores soviéticos.

Os efeitos do golpe – Como nos tempos de São Petersburgo, os efeitos políticos do golpe foram, no entanto, devastadores e estão fazendo a União Soviética viver, embora com sinal trocado, momentos tão dramáticos como os que sacudiram a antiga cidade dos czares e outras regiões da velha Rússia, na revolução bolchevista de 1917.

Seu resultado mais visível foi desencadear um dramático processo de agudização de todas as crises que lavravam no interior dos gabinetes e das casernas, levando à ebulição o problema das nacionalidades, sem ter condições de romper o impasse de lideranças, o confronto entre Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin.

Na URSS de hoje, tudo está à mercê dos acontecimentos, a começar por sua denominação e a estrutura do Estado.

Os governos da Europa preocupam-se sempre com o traçado das fronteiras geográficas do continente e com a convivência dos países. A paz de Yalta (1945), que reuniu nessa cidade a histórica cúpula entre Roosevelt (EUA), Churchill (Grã-Bretanha) e Stalin (URSS), consolidou a composição da União Soviética que havia saído das negociações de paz dos bolchevistas com os aliados vitoriosos da guerra de 1914 a 1918 e lhe acrescentou novos territórios. Nos tratados de paz que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, não só a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se manteve íntegra, como seu território avançou sobre áreas da Alemanha (Prússia Oriental), da Polônia (região leste) e da Romênia (Bessarábia e parte da Bucovina).

Ao visitar a Polônia, estive em Dantzig, o tradicional porto germânico do Báltico, rebatizado de Gdansk, e não encontrei alemães. Haviam sido todos expulsos. “Há um casal de velhinhos”, me disse um jornalista que nos acompanhava. Na Silésia alemã, então polonesa, a situação era a mesma. São barris de pólvora prontos a explodir, fazendo da Alemanha um novo parceiro da crise.

A implosão interna – É evidente que a unidade e a coexistência do gigantesco complexo territorial soviético, cheio de disparidades e contradições, não poderiam ser asseguradas apenas pela força de coesão do Estado. A confederação teria que ser real, respeitadas as múltiplas ca-

racterísticas nacionais, com um regime democrático assegurado.

Mas isso não aconteceu, agudizando-se com a dissolução do “bloco do Leste” e o novo tempo democrático vivido em Moscou, Leningrado e outras grandes cidades russas, o clima de irredentismo e de reivindicação da independência.

Seria, no entanto, pueril imaginar que essa complexa construção geopolítica em torno de Moscou fosse desfazer-se sem repercussões severas, internas e externas, à margem mesmo da incerteza das condições das repúblicas para a sua sustentação como nações independentes.

O reordenamento das instituições nas repúblicas soviéticas que se desgarraram, proclamando a sua independência, a aguda crise econômica, as questões relacionadas com a educação, a saúde, as comunicações, as forças armadas e os conflitos fronteiriços apontam para problemas de extrema gravidade, que tornam o trânsito à autodeterminação difícil e complexo. Entre esses problemas, sobressai o controle dos arsenais atômicos, espalhados por vários pontos de diferentes repúblicas.

Desse grupo de repúblicas, devemos excluir os países bálticos, incorporados pela força à URSS, em 1940, por um acordo homologado por Stalin e Hitler e que os governos ocidentais vitoriosos da Segunda Guerra Mundial não modificaram, nem nada fizeram para impedir.

Um dos pontos mais criticáveis do governo Gorbachev foi justamente esse, não ter devolvido à Lituânia, Letônia e Estônia sua soberania. Seguramente

temeu o “efeito dominó” que agora se verifica, mas que o governo central soviético, em circunstâncias diferentes das atuais, teria tido condições de reorientar no sentido da preservação da unidade.

Os problemas surgidos do desmembramento da URSS não serão facilmente superáveis. O próprio George Bush foi cauteloso nas suas apreciações sobre essa ruptura e o sr. Yeltsin advertiu as repúblicas que se separam que a Federação Russa pode ter reivindicações a fazer sobre seus territórios. A Bielorrússia e a Ucrânia entenderam o recado e reagiram com indignação.

O temor de algumas chancelarias ocidentais é claro: a desagregação da URSS ultrapassou suas fronteiras. Afinal de contas, quem pode assegurar que a Alemanha não vai querer de volta os seus territórios, a Prússia e Silésia, incorporados à URSS e à Polônia; que os húngaros não reclamarão dos romenos a Transilvânia, e os romenos dos russos, a Moldávia?

A revolução soviética é reconhecida como um dos acontecimentos mais traumáticos e profundos da história contemporânea. Não será fácil desfazê-la por um decreto do Parlamento russo. Apesar dos seus erros, de suas distorções, deve ter deixado em milhões de pessoas uma nova consciência dos seus direitos econômicos e sociais. É impossível, hoje, prever as reações futuras dessas pessoas – bons patriotas, como os classificou Gorbachev – nem a sua resposta às medidas de força do governo de Yeltsin no sentido de barrá-las do panorama nacional. Tentarão reorganizar-se sob outros rótulos e com progra-



Moscou: barricadas bloqueavam a passagem dos tanques durante o golpe

Para tentar entender o golpe de Moscou

José Augusto Ribeiro

1. Foi Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra e para sempre a "Dama de Ferro" dos ingleses, quem descobriu, proclamou e avalizou, no mundo capitalista, as virtudes e as possibilidades de Mikhail Gorbachev. Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos, jamais descobriria por si mesmo.

Para Reagan, a União Soviética era o Império do Mal e cada um de seus dirigentes não passava de uma nova encarnação de Darth Vader, o maligno senhor de um dos impérios em luta no folhetim cinematográfico "Guerra nas Estrelas", de um esperto e poético mercador de ilusões chamado George Lukas e do produtor Steve Spielberg.

2. "Guerra nas Estrelas", aliás, era o nome pelo qual ficou famoso um gigantesco projeto de encomendas militares que Reagan tentava vender ao Congresso e ao eleitorado dos Estados Unidos, concebido sob o pretexto de que era preciso, a qualquer preço, um escudo em órbita da Terra, de mísseis antimísseis capazes de interceptar e destruir qualquer projétil lançado pelo Império do Mal.

3. Desde a morte do presidente Franklin Delano Roosevelt, em abril de 1945, muita gente nos Estados Unidos pensava e agia como se a União Soviética pretendesse, depois da derrota da Alemanha e do Japão, prolongar a Segunda Guerra Mundial e apoderar-se do sonho de Hitler de conquistar o mundo.

4. Roosevelt morreu em abril de 1945, pouco depois de uma conferência em Yalta, na Criméia, com Stalin e também com Winston Churchill, o primeiro-ministro da Inglaterra. Essa conferência estipulou um conjunto de concessões recíprocas, que seria a base de uma nova ordem internacional. Em maio, a Alemanha de Hitler rendeu-se incondicionalmente às potências aliadas, depois que as tropas do Exército Vermelho, o exército soviético,



Churchill, Roosevelt e Stalin em Yalta (março de 1945)

chegaram a Berlim. Em julho, o novo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, encontrou Stalin em Potsdam, na Alemanha ocupada. Aí, o clima e a conversa já foram outros. No dia em que Truman chegou à Alemanha ou no dia seguinte, 16 de julho, os Estados Unidos realizaram com êxito sua primeira explosão atômica, em Alamogordo, no deserto de Nevada. Sem entrar em detalhes, Truman falou a Stalin da nova arma e assumiu uma posição de força em todos os pontos da negociação.

5. Cerca de três semanas depois, em agosto, os Estados Unidos lançaram a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, a pretexto de apressar a rendição do Japão e assim poupar milhares de vidas. Se esse foi o pretexto, a verdade – reconstituída pelos próprios historiadores norte-americanos – é que o Japão entrou apenas com o cenário nessa estréia da bomba atômica. O objetivo real era a União Soviética, para intimidá-la e também

para impedir que o Exército Vermelho desembarcasse no arquipélago amarelo, o Japão.

6. Não foi, portanto, esse monstro chamado Stalin que começou a Guerra Fria. Stalin banira e exilara Trotsky, chegando mesmo a mandar assassiná-lo, porque Trotsky defendia a tese da revolução permanente e de certo modo a exportação da revolução, enquanto Stalin se agarrava com unhas e dentes à idéia do "socialismo num só país". É claro que Stalin agarrou-se também aos países que o Exército Vermelho livrara

dos alemães – como a Polônia, a Bulgária, a Hungria, a Tcheco e Eslovaca e a Romênia e ao pedaço da Alemanha que lhe coube ocupar.

7. A vitória da revolução chinesa em 1949 foi alcançada graças aos recursos dos próprios chineses de Mao Tsé-Tung, sem a participação de forças soviéticas, embora nesse mesmo ano a URSS tivesse conseguido realizar sua primeira explosão atômica, rompendo o monopólio atômico norte-americano e estabelecendo aquilo que ficou conhecido como o equilíbrio do terror.

8. Pouco a pouco o equilíbrio do terror foi caindo na rotina e a idéia da coexistência pacífica foi-se tornando habitual. Os Estados Unidos envolveram-se na Guerra do Vietnã sem que a União Soviética interviesse diretamente. Da mesma forma, a União Soviética esmagou sem dó nem piedade revoltas nacionais na Hungria e Tcheco e Eslovaca, em 1956 e 1968, respectivamente, sem que os Estados Unidos e seus aliados atrapalhassem.

A última vez que os dois grandes se estranharam para valer foi em 1962, há quase 30 anos, quando a Agência Central de Inteligência (CIA) fotografou mísseis soviéticos em fase de instalação em Cuba. Houve uma negociação dura e perigosa, ao fim da qual os soviéticos levaram de volta esses mísseis e em troca os norte-americanos retiraram os foguetes que mantinham na Turquia, apontados para alvos em território soviético.

9. O início da era Reagan (1980-88) coincidiu com o fim da longa era Brejnev. Gorbachev veio em 1985, depois dos dois sucessores imediatos de Brejnev – Yuri Andropov (82-84) e Konstantin Chernenko (84-85). Que Gorbachev significava a mudança, percebeu-se logo, pela ousadia de suas propostas, algumas embaraçosas para Reagan, como o abandono do projeto “Guerra nas Estrelas” em troca de reduções substanciais no arsenal atômico soviético.

10. Ao fim de cinco anos de reformas, Gorbachev estava fraco interna e externamente. Quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait, Gorbachev teve de concordar com os planos dos EUA de uma operação militar maciça.

11. Com a anarquia econômica e o avanço da contestação interna, Gorbachev não viu outra alternativa senão pedir ajuda aos países ricos, ao tal Crupo dos Sete. Dois desses países, a França e a Alemanha, apoiaram o pedido de Gorbachev, não por altruísmo, mas por uma visão mais inteligente dos respectivos interesses nacionais. Mas os EUA, a Inglaterra e o Japão foram contra, ou por indiferença ou pelo desejo de levar os comunistas à Idade da Pedra.

12. De volta a Moscou de mãos vazias, Gorbachev estava como o jogador que acaba de perder no cassino as próprias calças – um jogador que acreditou não só na seriedade como na generosidade do *croupier*. Se há duas atividades na vida que podem comportar seriedade, mas não comportam generosidade, são a de *croupier* e a de diretor da CIA. George Bush nunca foi *croupier*, mas foi diretor da CIA.

mas ajustados aos novos tempos? Fundarão novo partido ou transformarão milhares de sindicatos e associações em trincheiras de lutas? Entrarão na clandestinidade, com o know-how que a tradição e a história russas lhe transmitiram?

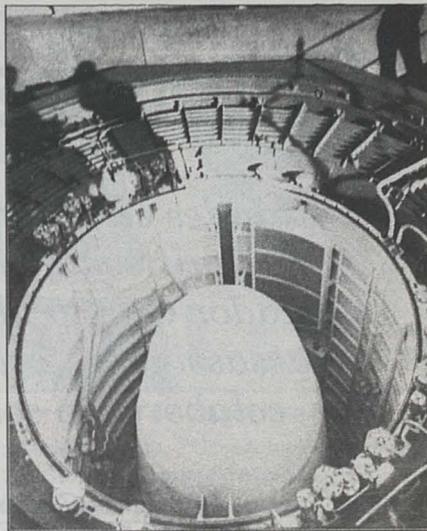
Passada a euforia da derrubada das estátuas, quando a liberdade for um bem reconquistado e um dado do cotidiano, não se insurgirão, como na Alemanha oriental ou outros países do Leste europeu, contra as injustiças sociais e as discriminações econômicas que são a marca do sistema capitalista?

A nova Ordem Internacional – A agenda do futuro está, assim, cheia de interrogantes, mas uma coisa é certa: o desmembramento da URSS terá, sem dúvida, além de dramáticas modificações internas, uma forte repercussão nas relações internacionais, mais além do estímulo que seu exemplo possa representar para outras arquiteturas conflitivas e artificiais (tipo Iugoslávia) na Europa, Oriente Médio e Ásia.

Sem entrar no exame do problema ideológico, nem de suas vinculações com partidos comunistas de outros países, muitas vezes induzidos aos mesmos erros e desvios da URSS, a presença de uma diplomacia soviética atuante, apoiada num grande poderio militar, proporcionou ao mundo um equilíbrio de poder que agora se desfaz. E tal ocorre num dos momentos mais críticos das relações internacionais, com o governo dos Estados Unidos assumindo os ares de dono do mundo.

A política militar soviética baseou-se, sempre, em três princípios: paridade de poder nuclear, equilíbrio de forças convencionais, sobretudo na Europa, e um cinturão de segurança estratégico em torno de suas fronteiras. A intervenção no Afeganistão e a aliança com a Síria eram parte desse esquema geoestratégico.

É possível que a primeira condição se mantenha – embora cause sérias apreensões verificar que a chave do detonador esteve ou ainda está em poder de autoridades desconhecidas –, mas o equilíbrio de forças na Europa foi rompido e a linha de fronteiras estratégicas passou a ser hoje totalmente vulnerável. A guerra do Golfo levou os mísseis norte-americanos para as proximidades da fronteira sul da URSS, colocando na mira pontos vitais de



Armas nucleares: com quem ficarão?

sua economia e defesa.

Até que a Europa ocidental alcance um nível diferente de independência política e de paridade de armamentos e o Japão passe a contar como potência militar, os Estados Unidos estarão de mãos livres para impor sua vontade. A primeira vítima dessa prepotência pode ser Cuba, uma vez que a China está fora do seu alcance imediato a não ser com uma guerra imprevisível.

Talvez seja esse o resultado mais negativo, para o mundo, da crise soviética. De certo, só se pode é saudar com alegria os ventos democráticos que sopram sobre a Praça Vermelha e o fim de um regime ditatorial deposto pela força do povo. Mas, até que o vazio provocado pelo desmoronamento da URSS seja preenchido, especialmente pela Europa, o equilíbrio diplomático – militar estará rompido com as piores consequências para os países sem bomba atômica nem submarinos nucleares. E isso significa entregar o destino dos países sem força militar aos caprichos e às ambições do sr. Bush.

O sr. Gorbachev – estimulado a fazer reformas democráticas e a afastar-se do socialismo pelos norte-americanos e os seus aliados europeus – não pode esperar muito dos novos amigos. Ele foi deixado só, com os conselhos e as lições sobre a teoria do mercado e a democracia, mas sem dólares nem alimentos que amenizassem a carência interna.

Se aprender a lição e buscar caminhos próprios poderá, sem dúvida, encontrar meios para superar a grave crise que atinge o gigante soviético. ■

Golpistas em baixa

Entidades civis entram na justiça para conseguir sentar no banco dos réus o ex-ditador Garcia Meza, que é acusado de assassinato, torturas, corrupção e colaboração com o narcotráfico

Luiz Carlos Bernardes

A punição do ex-ditador Garcia Meza é fundamental para a democracia boliviana e mesmo para a América Latina". A frase é do secretário-geral da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos da Bolívia, Ivan Paz, um dos coordenadores do Comitê que move um processo contra Meza e 56 assessores que o auxiliaram no período ditatorial de julho de 1980 a agosto de 1981. O processo está na Corte Suprema e envolve ainda a Universidade, a Central Operária Boliviana (COB), a Federação Nacional de Trabalhadores de Imprensa, entre outras entidades da sociedade civil, além de vários partidos, de centro-esquerda e esquerda.

"É o único processo hoje na América Latina contra um ditador, já que a Argentina os anistiou. É fundamental, sobretudo para a Bolívia, onde já houve mais de 100 golpes militares. Precisamos desencorajá-los definitivamente", raciocina Paz, que de 1984 a 1987 coordenou a missão permanente da Bolívia nas Nações Unidas, em Genebra.

Meza e seus assessores, internacionalmente reconhecidos como aliados do narcotráfico, ao qual deram grande apoio, são acusados por oito tipos de delitos. O primeiro, contra a Constituição, por terem derrubado o governo constitucional de Lúcia Gueiler; segundo, invasão à Central Operária, quando foram assassinados dois deputados e um sindicalista; terceiro, o assassinato em 15 de janeiro de 1981 de oito dirigentes do MIR (Movi-

mento de Esquerda Revolucionário), partido de centro-esquerda. Os outros cinco delitos se referem a casos de corrupção, abuso de poder e ajuda ao narcotráfico.

Obstáculos - O processo contra Meza e seus 56 assessores começou nos tribunais militares em 1983, mas foi passado ao Parlamento em 1984, "já que os militares no regime constitucional resolveram lavar as mãos", detalha Paz, que conversou com **cadernos do terceiro mundo** no hall do hotel Copacabana, no centro de La Paz.

Em 1986, percebendo que o processo não caminhava com a rapidez esperada pela sociedade, a Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos (APPDH) decidiu, junto com outras entidades, entrar com uma ação na justiça. Para levar adiante o processo, se criou um Comitê. A APPDH possui seis



Meza: acusado de oito delitos

advogados trabalhando em tempo integral no processo, uma comissão de investigação, integrada por dois advogados, e a Comissão de Imprensa, que elabora o boletim mensal do Comitê, com 30 mil exemplares de tiragem.

"No momento, o problema é o apoio velado de Hugo Banzer a Meza, a quem deve favores, um dos quais é o de ter mandado assassinar o deputado Marcelo Santa Cruz, que movia processo semelhante contra Banzer". Hoje, Banzer dirige a Aliança Democrática Nacional (ADN), que governa em coalizão com o centro-esquerdista Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), sendo candidato declarado à sucessão do presidente Paz Zamora em 1993.

Deserédito dos golpistas - É certo que a democracia boliviana depende também de outros fatores. Um deles é a



Mineiros exigem do governo a revisão das indenizações que receberam ao ser demitidos

postura dos militares. "Desmantelamos em 1982 o setor golpista das forças armadas e hoje elas estão totalmente submetidas ao poder civil. Cientizaram-se da necessidade de profissionalização e não mais vão intervir na área política. Contribui também para o descrédito dos golpistas o desgaste internacional de Garcia Meza pelos acordos com o narcotráfico, atingindo a imagem das forças armadas como um todo", detalha, em seu gabinete, no centro de La Paz, a caderenos do terceiro mundo, o ministro das Informações, Mario Rueda Peña, do MIR, e que esteve exilado durante o governo Meza.

"A sociedade boliviana, através das instituições da sociedade civil, dos sindicatos, da imprensa, partidos, igreja, etc., aprendeu a resgatar a democracia. Há uma nova geração de políticos, sindicalistas e militares dispostos a aprofundar esse processo. Por outro lado, estamos tentando mudar a mentalidade de nossos empresários. É importante também desenvolver uma política internacional mais direta com os países amigos, da América Latina e da Europa, para alcançar a credibilidade. Isso nos trará investimentos, que solidificarão uma democracia social", assinala o deputado federal do MIR, Jorge Koeller, ex-ministro adjunto da Justiça do governo de Paz Estenssoro.

O acordo MIR-ADN – Até hoje, longos debates são reservados ao acordo feito entre a ADN de Banzer, partido à direita do espectro político, e o centro-esquerdista MIR, após as eleições de maio de 1989. Na época, o primeiro colocado, Gonzalo Sánchez, do esquerdista Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), não conseguiu maioria absoluta e a Constituição manda que o Congresso defina quem ocupará a presidência, obrigando os partidos a uma negociação. Houve então um entendimento entre o segundo colocado, Hugo Banzer, e o terceiro, Paz Zamora, ocupando este a presidência e ficando o general com a presidência do Conselho Deliberativo do denominado "Acordo Patriótico".

"O acordo foi oportunismo político do MIR e em pouco tempo os social-democratas se arrependem", pregam os opositores, liderados por Lozada, do MNR. "É uma prova de maturidade política e só visamos à estabilidade democrática no país", rebate o ministro das Informações. "Na década de 70, política na Bolívia era uma atividade violenta,



Após a campanha de 1989, o MIR de Paz Zamora se coligou à ADN de Hugo Banzer

hoje damos demonstrações como essa, a de fazer um acordo sobre um programa mínimo, político e econômico e sustentá-lo, quando as previsões eram de que em dois meses se romperia".

Política neoliberal – Críticas amplas recebe a política econômica, de orientação claramente neoliberal, que se por um lado controlou a hiperinflação (de 8.000% em agosto de 1985, está hoje em menos de 10% ao ano), o fez com o sabor amargo das receitas do FMI: drástica redução nos gastos públicos e do déficit fiscal, reforma tributária, liberalização do comércio exterior e do sistema financeiro, livre negociação salarial e fim da estabilidade no emprego, com demissão de 23 mil dos 27 mil mineiros da estatal de estanho.

"Não gastar mais do que se tem é um de nossos principais segredos", afirma o



Arce Gomez, ex-ministro, foi detido em Miami por envolvimento com drogas

ministro Peña. "Crescemos modestos 2,7% em 1990, mas foi mais que a média latino-americana. Vamos investir mais de 600 milhões de dólares para crescer 3,5% em 1991 e continuar liberalizando a economia, realizando agora acordos para exploração conjunta de petróleo com a Exxon e outras empresas e joint ventures nas áreas mineral e agroindustrial. Estamos tentando gerar excedentes para dar um perfil social a nosso programa, intensificando a atuação em saúde e educação", enfatiza o ministro.

Mas o caminho é longo. Oitenta por cento da população boliviana vivem hoje em estado de pobreza, dos quais 40% em miséria absoluta – fato que não ocorria na Bolívia até 1985 –, 15% subsistem como classe média e 5% acumulam grandes riquezas. Hoje, um membro da oligarquia boliviana possui entre 100 e 400 milhões de dólares. Deveriam estudar na Bolívia 2,3 milhões de crianças, mas só 900 mil estão nas salas de aula; a mortalidade infantil cresceu e mais de 70% das crianças nascem com deficiências mentais por desnutrição.

"O neoliberalismo traz graves violações aos direitos coletivos", opina o secretário da Assembléia Permanente de Direitos Humanos. "Por exigência do FMI, pagamos um milhão de dólares diários de serviço da dívida, que é de 3,5 bilhões de dólares", revela Ivan Paz. Para ele, o neoliberalismo fez com que a Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos mudasse definitivamente sua linha de trabalho: "Com o fim das ditaduras militares, passamos a empregar nossa infra-estrutura nos nove estados do país em defesa dos direitos coletivos. E pelo retorno que estamos tendo, acertamos em cheio", entusiasma-se. ■



A partir da queda de Stroessner, os paraguaios puderam se organizar e reivindicar maior liberdade política e justiça social

O povo volta a acreditar

O novo governo municipal de Assunção abre espaço à participação de todos os cidadãos, estimula a mudança com justiça social e luta contra a corrupção na máquina administrativa

Carlos Filizzola*

O Paraguai que nasceu em 26 de maio de 1991 – dia em que se realizaram as primeiras eleições municipais democráticas em toda a história do país – é uma nação totalmente renovada.

Nesse dia não só se quebrou uma longa tradição de autoritarismo, como também se rompeu com a centenária hegemonia do bipartidarismo, com o monopólio do poder exercido pelos tradicionais partidos Colorado e Liberal. Desde o dia 26 de maio, o Paraguai deixou de ser exclusivamente bicolor (vermelho e azul são as cores das bandeiras desses dois partidos) para pintar-se com os múltiplos matizes do pluripartidarismo e da esperança.

Efetivamente, o emblema de nossa organização política – o movimento “Assunção para Todos”, que ganhou as eleições na capital com 34% dos votos – é uma figura que combina todas as cores do arco-íris, como um símbolo da integração comunitária acima de qualquer interesse sectário.

As pessoas o viram dessa forma e,

por isso, na noite do dia 26 de maio, em meio à festa da multidão que encheu a Praça dos Heróis tão logo foram divulgados os primeiros resultados das eleições, se agitaram não só as bandeiras de diversas cores partidárias, como inclusive as dos mais populares clubes de futebol do Paraguai.

Ali estava nascendo uma nova era de participação coletiva. O povo do Paraguai acabava de dar um grande passo no processo de transição política para a democracia e expressava sua transbordante alegria, comemorando uma alternativa de mudança e de esperança.

Romper o bipartidarismo – A princípio, parecia só um sonho. Foi no verão de 1990, quando o Conselho de Delegados da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – a principal organização sindical do país – resolveu propor o seu secretário geral adjunto, cargo ocupado então por mim, como candidato independente para as eleições municipais.

Nesse momento, se discutia o projeto de um novo código eleitoral no Parlamento e não estava claro se seria

permitida a participação de candidatos independentes, uma modalidade até então desconhecida em nosso meio.

Além disso, delinear qualquer projeto alternativo aos partidos tradicionais parecia um loucura. De fato, a esmagadora hegemonia de colorados e liberais havia ficado demonstrada durante as eleições presidenciais de maio de 1989, quando venceram por maioria dos votos.

De qualquer forma, a iniciativa lançada pela CUT começou a ser discutida por vários setores da sociedade e, assim, começamos a receber sinais de que o povo reivindicava novos canais de participação e novas formas de fazer política, que não se limitassem às estruturas partidárias tradicionais.

Surgiram fortes críticas, não aos partidos, mas às cúpulas dirigentes, especialmente a do partido do governo, o Colorado. O povo lhes reprovava porque haviam se ligado durante vários anos ao poder e tinham feito muito pouco para mudar a situação. Além disso, lhes jogavam na cara que durante o atual período de transição se desgastavam com picuinhas internas e davam pouca atenção aos problemas nacionais.

Também escutamos fortes críticas aos novos partidos, no sentido de que estes não tinham uma efetiva inserção nos setores populares e não conseguiam articular propostas válidas para responder às exigências de um tempo de mudança.

Novas formas de organização – O povo queria formas de organização



mais livres e abertas, mais amplas e dinâmicas, mais democráticas e criativas.

Para responder a estas exigências, se criou o movimento "Assunção para Todos". O nome de nossa organização política nasceu da cotidiana constatação da realidade: Assunção, a capital paraguaia, é uma cidade planejada para beneficiar uns poucos privilegiados.

Durante cerca de um ano, percorremos diariamente os bairros de Assunção, em uma campanha "casa por casa", escutando pessoalmente as opiniões, expectativas e inquietações de cada habitante. Deste modo, se formaram cerca de 50 comitês de bairros de apoio, que constituíram a estrutura básica do movimento.

Pudemos assim detectar que a maioria dos cidadãos, por ter sido enganada muitas vezes pelas promessas dos "coronéis" e politiqueiros, havia perdido toda a fé de que a gestão política pu-

desse servir como instrumento de mudança e justiça social.

"Já não acreditamos em nada. Necessitamos de uma alternativa para voltar a acreditar", nos disseram. Deste clamor popular surgiu o slogan publicitário que utilizamos em toda a nossa campanha eleitoral: "Para voltar a acreditar, Filizzola prefeito".

Apesar das pesquisas de opinião apontarem o movimento "Assunção para Todos" como o provável ganhador das eleições, a maioria dos analistas e políticos tradicionais resistia a aceitar tal possibilidade.

Para eles, era inadmissível que uma candidatura independente, ou seja, uma experiência inédita na história política do Paraguai, se constituísse na principal alternativa real de mudança frente à ameaça do continuísmo e corrupção, que representava o candidato do Partido Colorado.

Para nós, no entanto, o resultado eleitoral não foi uma surpresa. Tínhamos a certeza de estarmos construindo uma nova história, onde o cidadão comum, tantas vezes relegado, seria o protagonista. Sabíamos que o povo ansiava por verdadeiras mudanças e, por isso, apoiava nossa proposta de uma administração municipal honesta, eficiente, moderna e com sensibilidade social.

Sabemos que os próximos cinco anos de governo municipal não serão fáceis. Assumimos uma administração planejada para o empreguismo e a corrupção, carente de recursos e arrasada pela burocracia.

A cidade tem dentro de seus limites geográficos 123 mil famílias que totalizam cerca de 500 mil habitantes. Somente 46 mil famílias (216 mil pessoas) têm acesso à maior parte dos serviços públicos. As 77 mil famílias restantes (362 mil pessoas) estão compostas por populações discriminadas, que habitam em uma subcidade, em zonas marginais ou periféricas, privadas dos mais elementares serviços, sem os quais não é possível viver com dignidade: água corrente, luz, transportes, ruas pavimentadas, assistência médica, espaços de lazer.

A luta será difícil, mas contamos com o apoio da grande maioria dos cidadãos. ■



Reflexo da crise: paraguaios esperam para fazer compras do outro lado da fronteira

*O médico e sindicalista Carlos Filizzola é o prefeito de Assunção, capital do Paraguai

MANDELA

Assembléia Constituinte já

O descrédito do regime de minoria branca – que financiou as atividades do grupo Inkhata para estimular a violência entre negros – leva Nelson Mandela a exigir sua renúncia e a formação de um governo interino com todas as forças políticas do país

Beatriz Bissio

Do alto de seus 73 anos, 27 dos quais vividos na prisão, Nelson Mandela é taxativo: a instalação de um governo interino é uma questão inegociável na África do Sul, condição indispensável para prosseguir no caminho pacífico em direção ao fim do sistema de segregação racial, conhecido como apartheid.

cadernos do terceiro mundo
teve ocasião de escutar de viva voz a explicação de tão drástica posição do Congresso Nacional Africano (CNA), durante sua recente visita ao Brasil.

O estilo de Mandela é sóbrio e sereno, mas firme, e a autoridade que lhe deu sua longa permanência na prisão cresce quando se comprova em suas atitudes que não se dá ao luxo de guardar rancores de nenhum tipo. É um homem em paz com sua consciência, como reflete aquele episódio de 1985, quando o governo lhe pediu que



renunciasse a algumas de suas reivindicações para ser libertado e ele se negou, dizendo: “Prefiro ser livre numa cela a ser prisioneiro na rua”.

Consagrado em suas viagens ao exterior como um dos líderes mais respeitados, admirados e queridos do mundo, Mandela usa seu prestígio para fortalecer seus pedidos de apoio político nesse “árduo e difícil trecho final” do apartheid e obrigar o presidente Frederick de Klerk a negociar uma nova Constituição para a África do Sul.

“Através da história, a minoria branca da África do Sul tem sido sempre o bastião da repressão, da intriga, da propaganda mentirosa. Mas pensávamos que a partir do momento em que o CNA e o governo começassem a conversar, a África do Sul branca passaria a atuar com nobreza, a honrar os acordos que fossem sendo conseguidos”, afirma.

O líder negro sul-africano lembra que durante os últimos 18 meses o CNA tem tentado ajudar o governo a buscar de forma conjunta uma solução pacífica para as divergências entre as duas partes. “Tratamos de criar confiança

mútua entre negros e brancos no país. E advertimos abertamente o governo que temíamos que sua estratégia fosse falar conosco de paz, enquanto por trás alimentava a guerra. Eles negaram. Mas em 9 de julho, no mesmo dia em que comecei minha viagem ao exterior, ficou claro que a minoria que controla o poder na África do Sul não tem condições de agir com dignidade que sua tradição de se valer da intriga e da mentira é algo do qual não conseguem se libertar”, enfatiza.

Por isso, conclui Mandela, é imperativo “exigir a instalação de um governo provisório, que esteja composto por todas as organizações políticas do país e seja capaz de supervisionar as mudanças necessárias para transformar o sistema do apartheid em uma democracia não-racial”.

O “Inkhatagate” – Nessa explicação sucinta, dada no Rio de Janeiro, Mandela fazia alusão ao escândalo

que passou a ser chamado na imprensa internacional como o “Inkhatagate”. De fato, a existência de vínculos estreitos entre o regime de minoria branca e o grupo político-militar Inkhata – encabeçado por Mangosuthu Gatsha Buthelezi, e composto majoritariamente por sul-africanos negros da nação zulu – vinha sendo denunciada pelo CNA há mais de 15 anos.

Mas foi só em julho passado que, diante do acúmulo de provas que já tinham chegado ao conhecimento público, o governo de minoria branca liderado por Frederick de Klerk acabou admitindo que tinha financiado atividades do Inkhata, com o objetivo de enfraquecer o CNA. Pelo menos 100 mil dólares para o movimento e 600 mil dólares para a União de Trabalhadores da África do Sul, a central sindical do Inkhata, foram “doados” pelo governo, segundo se reconheceu de forma oficial.

O CNA pediu o estabelecimento de uma comissão investigadora para descobrir a “extensão total” da participação do governo nos atos de violência e “no financiamento secreto de atividades políticas”.

Porém, a resposta que buscavam Mandela e seus seguidores acabou por vir à tona não através de uma investigação formal, mas das declarações de um alto funcionário do serviço secreto da África do Sul (o Birô de Segurança do Estado, BSE). Da capital da Zâmbia, onde vive exilado, Martin Dolinchek denunciou em entrevista ao jornalista Eddie Koch, da agência de notícias IPS, que a conexão do regime sul-africano com o Inkhata tinha por objetivo “ganhar os dirigentes negros conservadores, para contrabalançar o peso do Congresso Nacional Africano”.

O ex-agente revelou que a colaboração entre o governo de Pretória e o grupo de Buthelezi remonta a 1974, quando o BSE instalou um escritório em Natal, próximo à capital da província de Kwazulu, “para



Eleições: o CNA exige que o voto seja estendido à maioria negra

dar ao Inkhata, diretamente, serviços de segurança e inteligência”.

A decisão de financiar e assessorar o Inkhata, segundo a denúncia de Dolinchek, foi motivada pelas “radicais mudanças” em marcha desde aquela época na África Austral (cabe assinalar que em 1975 ocorreu a independência dos países vizinhos Moçambique e Angola do colonialismo português) pelo “renascimento da popularidade do CNA a partir dos anos 70”.

Dolinchek explicou que “o BSE conseguiu transformar Buthelezi em um real baluarte contra o CNA e fez o líder zulu aparecer como uma vítima do aparelho de segurança de Pretória, quando na realidade estava colaborando estreitamente com um ramo desse mesmo aparelho”. O objetivo do governo era “fazer com que muitos zulus pouco instruídos não pudessem perceber a diferença entre Inkhata e o CNA”, afirmou.

Mudanças superficiais – Em 29 de julho, o general Magnus Malan e Adriaan Vlok deixavam, respectivamente, os ministérios da Defesa e do Interior (cujo nome local é da Lei e da Ordem) para assumir pastas muito menos importantes, como a de Habitação, Águas e Bosques e a que se ocupa do sistema penitenciário. “Derrotados os vermelhos, agora me junto aos verdes”, comentou o general Malan em tom de piada, ao aludir à sua suposta dedicação à causa ecológica de agora em diante. Mas o ambiente no governo não estava para brincadeiras.

A reorganização do gabinete foi uma vitória parcial do CNA, mas também atendia às pressões internas da comunidade branca e dos Estados Unidos. Depois de ter se precipitado em levantar as sanções econômicas contra a África do Sul, quando De Klerk anunciou o fim das mais anacrônicas leis do sistema de discriminação racial, Bush se viu agarrado numa armadilha com o escândalo do “Inkhatagate”.

O porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, exortou Pretória a “pôr fim a todas as atividades que minam a abertura do sistema político” conseguida nos últimos 18 meses na África do Sul. Ao mesmo tempo, exigiu que se tomassem “medidas apropriadas” contra todas as pessoas “que tenham cometido atos ilegais”. O general Malan e o ministro Vlok tinham sido os principais defensores da relação especial do governo com o Inkhata, e o ANC insistia há muito tempo na necessidade de sua exoneração.

Mas a decisão de limitar o peso de ambos o gabinete não era a forma adequada de acabar com a crise. Nos Estados Unidos, o senador republicano Howard Wolpe, por exemplo, ex-chefe do Subcomitê Africano do Senado norte-americano, afirmou que o escândalo do financiamento do Inkhata demonstrava que a decisão do governo Bush de levantar as san-

ções econômicas contra a África do Sul “tinha sido prematura”. E acrescentou que se De Klerk não tomasse certas medidas “muito dramáticas” para responder às exigências do momento, o Congresso poderia ser submetido a fortes pressões para reimpor as sanções.

De fato, a tímida reação do governo sul-africano de reformar o gabinete mantendo os ministros questionados em outras pastas não conseguiu reverter a crítica situação criada pelo escândalo do Inkhata.

Desgaste do governo – A eventualidade de ter que voltar à luta armada e à clandestinidade não é nada agradável para o CNA, muito menos para Mandela. E significaria um retrocesso no processo de construção de uma democracia multirracial na África do Sul. Mas o movimento anti-apartheid sabe que este é o momento esperado durante muitos anos para endurecer nas negociações. A imagem do governo está muito desgastada, inclusive entre a minoria branca, e no plano internacional até os mais fiéis aliados de De Klerk encontram dificuldades para continuar a seu lado.

Um exemplo disso foi a mudança de política do governo espanhol. Durante a recente visita de Nelson Mandela, dividida em uma etapa africana e outra latino-americana e caribenha, o líder negro sul-africano não ocultou que seus principais objetivos eram obter apoio internacional para manter as sanções econômicas contra a África do Sul e recursos para financiar a luta democrática, nesses momentos cruciais para o CNA.

Em seu giro pela Espanha, Mandela insistiu nas dificuldades que ainda persistiam no caminho rumo à eliminação do apartheid. Seu esforço para demonstrar que é imprudente o levantamento de sanções econômicas nessa conjuntura deu resultados. O próprio chanceler espanhol, Francisco Fernández Ordóñez, afirmou ao despedir o líder negro sul-africano

que havia que continuar “estimulando” o governo de Pretória a avançar no processo de democratização.

Essa declaração tinha um significado especial. Poucos dias antes, a Espanha tinha apoiado a iniciativa que se discutia dentro da Comunidade Econômica Européia de levantar as sanções econômicas contra a África do Sul. Só a Dinamarca se opôs à medida, evitando assim, com seu voto solitário mas decisivo, a aprovação da iniciativa que teria levado a Europa a seguir o caminho dos Estados Unidos. Com a inesperada guinada do governo espanhol, a corrente européia que defendia uma abertura em relação ao governo de De Klerk perdeu força.

Os passos que faltam – A plataforma do CNA para a transição à democracia não foi improvisada depois que estourou o escândalo do “Inkhatagate”. A necessidade de organizar um governo interino, capaz de representar todos os segmentos da sociedade sul-africana e estabelecer as bases de um regime democrático multirracial, já figurava entre as reivindicações da 48ª Conferência Nacional do Congresso Nacional Africano, o primeiro ato político da organização em território sul-africano em mais de 30 anos.

Esta histórica reunião, que teve como cenário a Universidade de Durban, foi realizada dos dias 2 a 7 de julho passado, e contou com a presença de Nelson Mandela, Oliver Tambo, entre outros dirigentes históricos, e representantes do braço armado do CNA (*Umkhonto we Sizwe*, a “Lança da Nação”), das Mulheres e da Juventude, que foram eleitos por quase mil diretórios do movimento.

Da mesma forma, foi definida a exigência de eleições para um Parlamento multirracial e, como passo prévio, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para dotar o país de um instrumento democrático legal do mais alto nível, abolindo – agora sim, de forma definitiva – o apartheid, ao consagrar para todos os sul-africanos, sem exceção de raça

A representação zulu

Mais de 70% da população da África do Sul têm origem africana com predomínio das nações pertencentes ao tronco banto. E esse tronco está formado fundamentalmente pelos zulus. Povo guerreiro, foram eles que se opuseram e enfrentaram com as armas a colonização branca, que começou no século XVII e teve seu auge no século XVIII e XIX.

Derrotados em 1839, quando os bóeres (colonizadores brancos de origem holandesa) completaram sua “grande marcha” rumo ao norte, os

zulus se dispersaram e imprimiram sua marca em toda a África Austral.

Com o escândalo do “Inkhatagate”, os zulus passaram a primeiro plano novamente. O Inkhata é uma organização formada por zulus que seguem o líder Buthelezi.

Perguntamos a Saloojee como via o CNA a questão da representação dos zulus no futuro governo de transição, e se Buthelezi deveria fazer parte do mesmo, apesar de seus vínculos com o regime de minoria branca.

“Quanto à participação de Buthelezi, se o acordo global de todas as forças políticas que dará lugar ao novo governo decidir que ele deve es-

tar, não haverá nenhum problema de incluí-lo”, respondeu.

Sobre a representação dos zulus, Saloojee respondeu que a “eventual presença de Buthelezi em um governo interino não significa que ele esteja ali em representação dos zulus. Buthelezi se aliou ao regime por dinheiro, justamente porque estava perdendo apoio entre os zulus. Na província de Natal, a maioria dos zulus pertence ao CNA. Além disso, as pesquisas de opinião realizadas pelo governo – inclusive uma encomendada pelos serviços de inteligência – mostram que o apoio do Inkhata dentro da comunidade negra, incluindo naturalmente os zulus, não passa de 5%”.

ou religião, o direito ao voto.

Mandela definiu em seu discurso as questões que não são negociáveis para o CNA: "A exigência de uma pessoa-um voto, a construção de uma África do Sul unida, a libertação da mulher e o absoluto respeito aos direitos humanos fundamentais". E defendeu também a reivindicação mais urgente: a libertação de todos os presos políticos.

De fato, a eleição de uma Assembléia Constituinte passou a ser uma das principais bandeiras do CNA na reunião de Durban. E o próprio Mandela recomendou um trabalho especial de conscientização sobre o tema. "Não será possível conquistar nossa meta de uma Constituinte só através do processo de negociações. Exigirá o apoio maciço da população. Por isso, rejeitamos a opinião do governo de que a mobilização de massas dificulta o processo negociador. Na falta do direito ao voto, o único poder que podemos exercer é o da força do povo organizado", afirmou o presidente do CNA.

Com 700 mil filiados incorporados em apenas 17 meses de legalidade, o CNA começava a definir em Durban sua plataforma política para a nova etapa, para torná-la pública para o povo sul-africano — brancos, negros, indianos e mestiços — com vistas a uma futura e talvez não muito distante campanha eleitoral.

O trabalho de reorganização e reflexão continuou no início de agosto, quando se realizou no bantustão de Venda a primeira reunião da ala militar do Congresso Nacional Africano em solo sul-africano. Na sua qualidade de comandante em chefe do movimento, Nelson Mandela inaugurou a assembléia, que contou com a participação de mais de 250 delegados e tinha por temas centrais a criação de uma nova força de segurança numa África do Sul democrática e o problema do futuro das negociações com o governo de De Klerk.

Diretamente relacionada com este último tema está a questão da suspensão da luta armada, decisão adotada pelo CNA em agosto de 1990, em consequência do diálogo com o governo. De fato, o CNA honrou seus compromissos, mas a violência aumentou dramaticamente desde então, justamente pela ação do Inkhata contra os militantes da organização de Mandela¹, e pelo aumento da atividade dos grupos de extrema-direita da minoria branca, que se opõem à política liberalizante do presidente.

Um catalizador — Sem dúvida, o movimento anti-apartheid tinha claro há alguns meses que o processo de abolição do sistema racista se encaminhava para seus momentos decisivos, à medida em que iam caindo as leis segregacionistas e a luta se concentrava na reivindicação essencial: a conquista do direito ao voto para a maioria negra. Mas o "In-

khatagate" atuou como catalizador do processo, queimando etapas. Para o CNA, era o momento de pôr todas as cartas na mesa.

Mandela, que tinha iniciado sua viagem ao exterior com um discurso que destacava a necessidade de manter as sanções econômicas, ao longo de sua bem-sucedida turnê foi endurecendo o tom. Quando regressou em 6 de agosto, após 37 dias, ao pisar solo africano repetiu o que tinha dito no Brasil, última etapa de sua viagem: "A minoria branca deve concor-



O uso de dinheiro público para financiar o conflito entre os zulus do Inkhata (foto) e o CNA abalou a credibilidade do governo de De Klerk

dar em formar um governo interino para que as negociações sobre a nova Constituição possam continuar".

O movimento anti-apartheid sabe que a opinião pública mundial está ao seu lado. E mais: que o uso de fundos públicos para financiar a violência entre negros fez com que uma boa parte da minoria branca — para a qual De Klerk era uma espécie de "campeão da luta pela democracia" — tivesse perdido sua confiança no presidente.

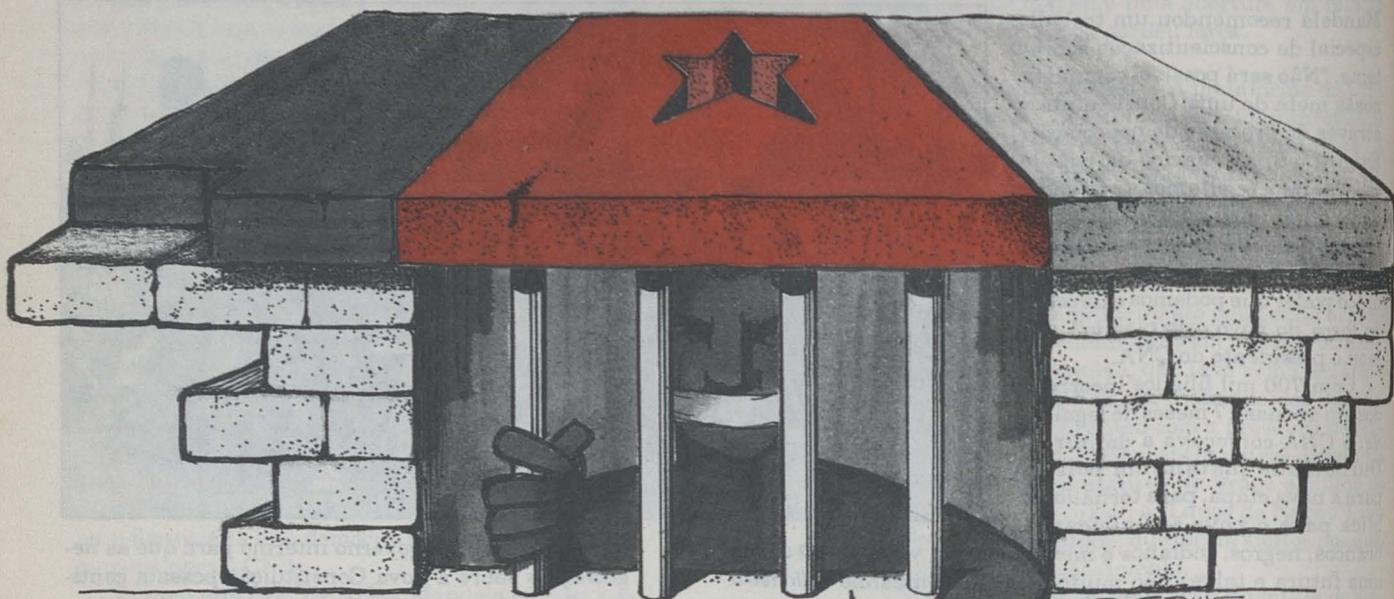
Essa sensação de se sentir traído era particularmente visível na elite empresarial. "Os homens de negócios, por exemplo, não acreditavam em nós quando advertíamos sobre as relações entre o governo e o Inkhata. Tinham De Klerk em alto conceito", disse a **cadernos do terceiro mundo** Yusuf Saloojee, encarregado de Relações Internacionais do CNA.

A habilidade e força interna do CNA, e em particular de seu maior líder, Nelson Mandela, serão decisivas para que da crise atual surja uma saída negociada e definitiva, que inicie — finalmente — a transição para uma África do Sul democrática.

Desses fatores depende a possibilidade, já manifestada por alguns quadros mais otimistas do movimento anti-apartheid, de que antes do fim deste ano já esteja instalado em Pretória o governo provisório. E os que sonham a mais longo prazo já têm um slogan definido: "Mandela presidente!" ■

¹ Quando essa edição já estava fechada, foi anunciado o reinício do diálogo entre o CNA e o Inkhata para o dia 14 de setembro

A luta pela democracia



Edouard Bailby

Foi o ministro da Informação e Cultura do presidente Paul Biya quem declarou, em novembro passado, por ocasião dos debates na Assembleia Nacional sobre a melhor maneira de pôr fim ao regime de partido único: "A censura é para a livre expressão do pensamento o que a polícia é para a liberdade de trânsito". Referindo-se à imprensa, definiu com estas palavras a filosofia do governo: liberdade sim, mas sob controle.

Não há melhor imagem do que esta para definir a atual situação política da República de Camarões. Instalado no poder em novembro de 1962, após haver sido durante sete anos primeiro-ministro do seu antecessor, o atual chefe de estado se convenceu de que era tempo de liberalizar o seu regime autoritário. Em junho de 1990, anunciou o surgimento de uma "eventual concorrência política", deixando entender que terminaria em breve a hegemonia do

Uma das nações mais ricas da África se defronta com o desafio de mudar o seu sistema autoritário

partido único, Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais (RDPC) (Frente Democrática do Povo Camaronense).

Poucos meses mais tarde, os 180 deputados da Assembleia Nacional votaram cerca de 40 leis autorizando, entre outras, a criação de partidos políticos, menos censura sobre a imprensa e a realização de eleições legislativas democráticas antes de 1992.

Encorajadas, as forças da oposição começaram a se movimentar para exigir do governo uma verdadeira abertura democrática. Somente porque duvidou, num jornal independente de pouca tiragem, das intenções do presidente Paul Biya, o jornalista e escritor Célestin Monga foi detido e condenado a seis meses de prisão. Poucas semanas mais tarde, em fevereiro de 1991, Mongo Beti, escritor exilado na França desde 1959, retornou à terra natal por alguns dias, sendo avisado pela polícia que estava proibido de falar em público.

Desde então, a situação interna em Camarões tem-se agravado: greves, manifestações, marchas pela democracia. Reprimidas pelas forças policiais, elas já deixaram um saldo superior a 40 mortos e o número pode aumentar nas próximas semanas. Diante da intransigência do presidente Paul Biya, cujo mandato terminará em 1993, a quase totalidade dos 25 partidos de oposição se reuniu numa coordenação nacional, exigindo a convocação de uma "confe-

rência geral" do povo camaronense para a formação de um governo de transição e a instalação de um regime democrático em Yaoundé, a capital do país (800.000 habitantes).

Apenas três partidos da oposição têm capacidade de mobilizar a população. O mais importante é a União Popular de Camarões (UPC), antigo partido nacionalista de esquerda, que conta entre as suas principais figuras com o príncipe Dika Akwa, descendente de uma influente dinastia africana do litoral, ele próprio condenado 12 vezes à prisão. O segundo é o Social Democratic Front (SDF), centrista, de origem anglofona, com influência crescente no litoral e no norte. Por último, a Union Nationale pour la Démocratie et le Progrès (UNDP), de Samuel Eboua, aglutina em torno de si a velha burguesia conservadora dos primeiros anos da descolonização.

Reflexos do Leste europeu – O que está acontecendo na República de Camarões, um dos países potencialmente mais ricos do continente africano, com uma superfície de 475.442km², é o reflexo das mudanças ocorridas no mundo, após o desmoronamento do comunismo no Leste europeu. Seguindo os conselhos dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia em favor de mais liberdade, com vistas ao estabelecimento da "nova ordem internacional", os dirigentes de Yaoundé tiveram a contra-gosto de abrir lentamente as comportas do sistema.

Mas as medidas políticas adotadas têm sido insuficientes para conter a impaciência popular. Na verdade, as atuais dificuldades do regime começaram em fevereiro de 1990, quando o advogado Yondo Black e algumas personalidades de Douala, cidade situada no litoral, foram presas e condenadas até cinco anos de prisão por tentarem fundar um partido político.

O agravamento da situação econômica nos últimos cinco anos, com a queda dos preços das matérias-primas, a diminuição da produção de petróleo e a corrupção da administração pública, exige a mobilização de todas as forças da nação para encontrar uma saída. Mais uma vez, a política imposta pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial demonstra o seu fracasso.

Entretanto, basta percorrer o território de Camarões, como o fizemos recente-

mente, para verificar que o país produz todos os legumes e todas as frutas da terra. Na região ocidental, entre o porto de Douala e a cidade de Bafoussam à cerca de 270 quilômetros, os camponeses vendem à beira da estrada quilos e mais quilos de laranjas, bananas, mangas, cocos, batatas, tomates, milho e outros produtos agrícolas numa feira quase ininterrupta. Ganham pouco, mas não se vêem mendigos nem crianças famintas.

No planalto central do Andamoua predomina o gado, enquanto que na parte oriental as florestas constituem uma fonte de renda inestimável. Só o extremo norte, assolado pela seca durante mais de dez meses por ano, sofre as consequências dramáticas do clima. Em certas regiões, as mulheres têm de andar 30 quilômetros para recolher dois baldes de água. Pior: inúmeras aldeias não têm médicos nem escolas.

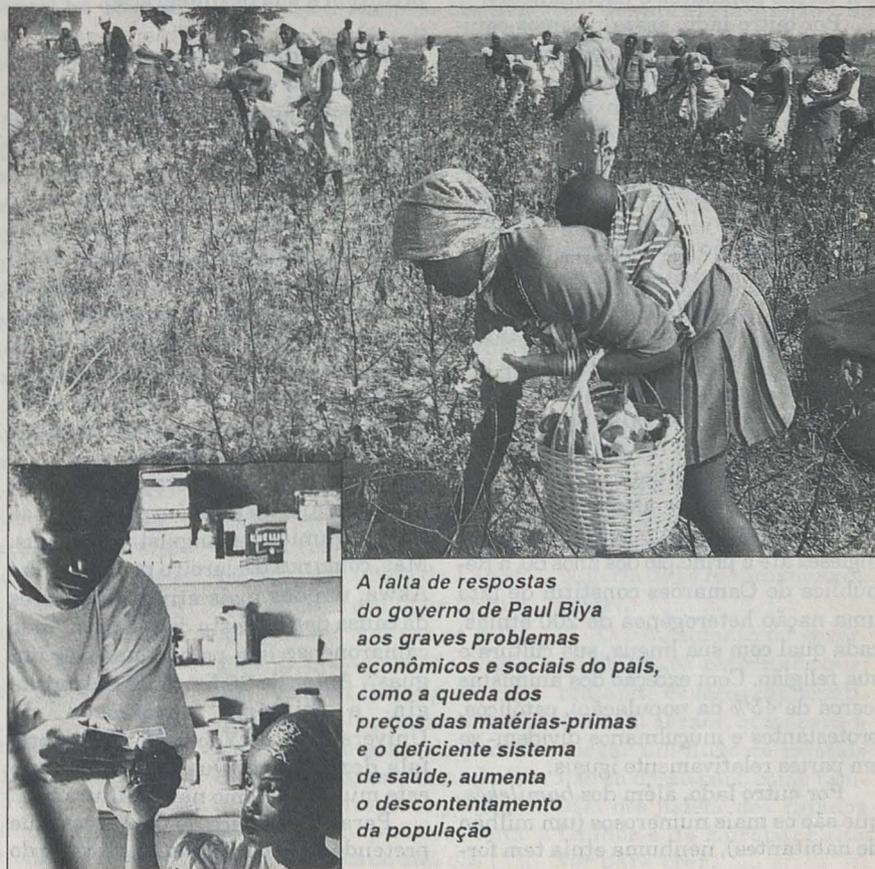
Mesmo assim, Camarões consegue ter uma produção agrícola que satisfaz 90% da demanda interna. Algodão (166.000 toneladas), café (138.000), cacau (125.000) e banana (65.000 toneladas) constituem hoje os quatro principais

produtos de exportação. O país dispõe ainda de bauxita e petróleo, duas fontes apreciáveis de divisas.

No caso da bauxita, a empresa francesa Péchiney, que controla a produção do minério e a exportação de alumínio, admitiu ter conseguido bons lucros no ano passado. Tudo indica que as reservas, entre as maiores do mundo, lhe assegurarão vida longa.

No que se refere ao petróleo *off shore*, também explorado por uma empresa francesa, a Elf Aquitaine, está provado que as jazidas submarinas, de excelente qualidade, são importantíssimas. No entanto, Camarões que era o terceiro produtor africano (mais de nove milhões de toneladas em 1985) caiu para o quinto lugar, atrás da Nigéria, de Angola, do Congo e do Gabão, com uma produção estimada atualmente em menos de oito milhões de toneladas.

Riqueza em mãos estrangeiras – Como explicar que um país de 11 milhões de habitantes, cuja população ativa oscila em torno de quatro milhões, não consiga sair do subdesenvolvimento? A verdade é que as principais riquezas do país estão



A falta de respostas do governo de Paul Biya aos graves problemas econômicos e sociais do país, como a queda dos preços das matérias-primas e o deficiente sistema de saúde, aumenta o descontentamento da população

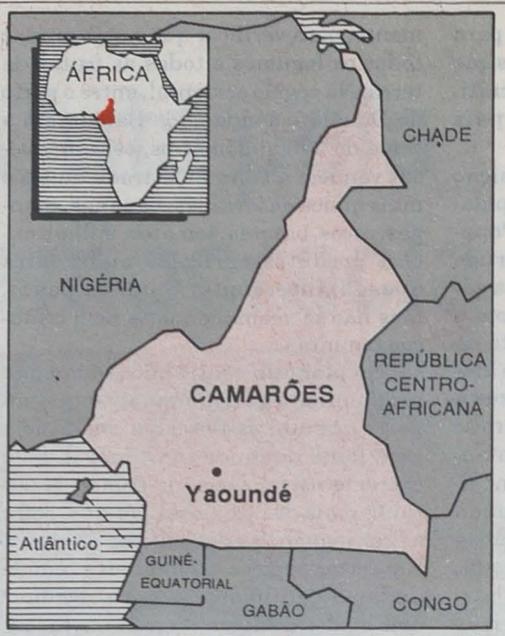
Superfície: 475.442km²

Capital: Yaoundé

População: 11 milhões de habitantes, divididos em 200 grupos étnicos. Os principais são de origem banto. No sul, predominam os dualas, bamilekes, tikar e bamauns; no oeste, eondos e fulbes; no norte, os fulanis

Expectativa de vida: 49,4 anos (homens) e 52,6 (mulheres)

Educação: 58,8% de analfabetos (45,4% homens e 70,9% mulheres)



em mãos de empresas estrangeiras que, para manter os seus privilégios e obter bons lucros, têm apoiado governos autoritários a seu serviço, desde a independência. Tudo isso para não ter de enfrentar a incerteza de regimes democráticos, que poderiam ser dominados por forças populares e nacionalistas.

Por outro lado, esses mesmos capitalistas ocidentais, num comportamento claramente neocolonialista, não se cansam de repetir em conversações privadas que se não fossem eles a República de Camarões estaria na mais absoluta miséria por falta de desenvolvimento cultural. Em outros termos, os africanos são, no seu entender, incapazes de administrar um Estado moderno, sublinhando nessa ocasião as suas divisões étnicas e religiosas, a sua falta de preparo intelectual e outras bobagens desse tipo, quando a desintegração da Iugoslávia, um país europeu, lhes deveria dar uma exemplar lição de humildade.

Colonizada pelos alemães de 1884 a 1916, e posteriormente pelos franceses e ingleses até o princípio dos anos 60, a República de Camarões constitui de fato uma nação heterogênea de 200 etnias, cada qual com sua língua, sua cultura e sua religião. Com exceção dos animistas (cerca de 45% da população), católicos, protestantes e muçulmanos dividem-se em partes relativamente iguais.

Por outro lado, além dos *bamilekés*, que são os mais numerosos (um milhão de habitantes), nenhuma etnia tem for-

ça numérica suficiente para se impor às demais. O país está, portanto, condenado a aceitar as regras do jogo democrático para se desenvolver e constituir um Estado moderno. Disto os camaronenses têm consciência, apesar das aves de mau agouro, no hemisfério norte, que predizem a sua desintegração.

Diversidade linguística – Resta o problema das duas línguas oficiais, deixadas pelas antigas potências colonizadoras: o francês e o inglês. Neste particular, a República de Camarões é o único país da África negra que impõe na sua Constituição a utilização das duas línguas de origem européia. A tal ponto que os jogos de futebol apresentados na televisão são comentados alternadamente em francês e inglês. Às vezes, no momento decisivo de marcar um gol, o locutor de língua francesa passa repentinamente a palavra para o seu colega de língua inglesa.

No noticiário das estações de rádio, os comentaristas também pertencem às duas comunidades linguísticas oficiais. Mas, como nos declarou o príncipe Dika Akwa, um dos mais ativos defensores da causa nacionalista do seu país, “todo camaronense fala pelo menos três línguas”. Autor de 26 livros de antropologia e história, professor da Universidade de Yaoundé, ele próprio fala dez línguas. Quem afirmará que este multilinguismo não é cultura?

Para a República de Camarões, que pretende tirar o máximo de proveito do

seu bilinguismo, os problemas que tem de enfrentar não são poucos. De fato, os dois milhões de habitantes de língua inglesa estabelecidos em sua maioria na parte ocidental do país, que faz fronteira com a Nigéria, se queixam de que os francófonos, majoritários, procuram impor a sua hegemonia. Em Yaoundé, cujos bancos e ministérios de estilo futurista lembram que também na África existe o espírito de Brasília, as aulas na Universidade são dadas na maioria dos casos em francês, prejudicando assim os alunos procedentes da região anglófona.

Hoje, ao atravessar o rio Mungo, que separa as duas zonas linguísticas, só os pai-

néis de publicidade à beira da estrada advertem o motorista de que já se encontra no território outrora colonizado pelos ingleses. Chegando a Buéa, ao pé do monte Camarões (4.095 metros), o segundo pico mais alto da África, ele ouvirá a população de 60.000 habitantes falar com toda naturalidade o inglês, ao contrário dos camaronenses de Douala e Yaoundé, que se exprimem em francês.

Se os ingleses pouco investem atualmente em Camarões e os alemães se limitam a algumas obras de prestígio, os franceses mantêm uma presença econômica e cultural importante. Mas, os velhos colonos, instalados no país há mais de 20 anos, já estão procurando novos horizontes em busca de maiores lucros. Em dez anos, seu número caiu de 16.000 para 8.000, sendo substituídos por técnicos, engenheiros e homens de negócios que vêm passar em Douala ou Yaoundé dois ou três anos no máximo. Os novos imigrantes são os paquistaneses e indianos, que abrem pequenas lojas nas principais cidades. Muito mais importante, entretanto, é a penetração japonesa: todos os meios de transporte coletivo, por exemplo, inclusive nas regiões mais remotas, são de marca Toyota ou Nissan.

Por enquanto os europeus, e ultimamente os canadenses, não pretendem abandonar o terreno em favor dos asiáticos. Na cidade portuária de Douala, terceira aglomeração urbana do continente negro pelo número de habitantes, 14 dos 21 consulados são europeus. ■

Reaproximação com Israel

A dívida externa e a queda do preço do petróleo levam o governo da Nigéria, país predominantemente muçulmano, a rever o rompimento das relações diplomáticas com Telavive

Ojonelu Okolo

Depois de romper em 1973 os laços diplomáticos com Israel, em um gesto político que demonstrava sua simpatia pelo Egito e outras nações árabes, a Nigéria começou recentemente um processo para normalizar suas relações com o Estado judeu.

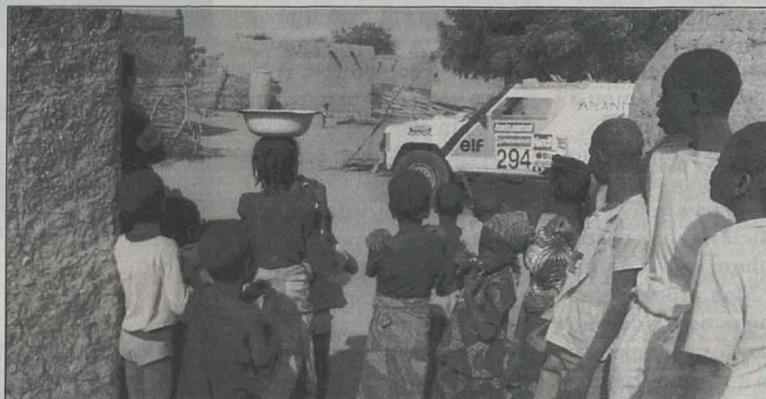
Ficaram para trás os motivos políticos e ideológicos que inspiraram aquele gesto de solidariedade com o mundo muçulmano. Agora, está se impondo uma lógica meramente econômica na nova política dessa nação da África ocidental.

"Gostaríamos de convidar industriais e homens de negócios israelenses para que participem nas muitas oportunidades que o nosso país oferece", declarou o ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Ike Nwachukwu, depois de sua visita a Israel, em agosto passado.

Apesar disso, a princípio, a visita de três dias do chanceler nigeriano – a primeira de um funcionário desse país africano a Israel em 18 anos – foi mantida em segredo. A Rádio Nacional da Nigéria informou que o ministro tinha ido a Chipre e Zaire e nem sequer os jornalistas a bordo do avião ministerial sabiam da mudança de rumo.

Negócios promissores

Embora politicamente, a Nigéria tenha cortado seus



A crise econômica fez Lagos rever o rompimento de relações com Telavive

laços com Israel há 18 anos, empresários desse país do Oriente Médio têm realizado bons negócios na Nigéria, principalmente na indústria de construção. Empresas israelenses conseguiram ser escolhidas para diversos contratos de construção de estradas e edifícios, no valor de centenas de milhões de dólares.

O chanceler Nwachukwu deixou a entender que a participação dos israelenses era bem-vinda nos setores agrícola e agroindustrial, desenvolvimento de recursos hidráulicos, tecnologia, manufaturados, pesquisa e administração. Especialistas locais consideram que a árida região norte da Nigéria pode se beneficiar da experiência israelense em transformar desertos em áreas férteis.

A viagem secreta do ministro do Exterior nigeriano parece ter rendido alguns frutos imediatos: Delek, a empresa petrolífera de Israel,

teria aceito comprar óleo cru nigeriano. Além disso, Telavive prometeu dar assistência a Lagos no desenvolvimento do seu setor educacional e se comprometeu a ajudar a trazer capital estrangeiro para a economia nigeriana, paralisada por uma pesada dívida externa estimada em 43 bilhões de dólares.

A retomada das relações com Israel tem provocado diferentes reações internas. Enquanto os muçulmanos a qualificam de prematura, muitos nigerianos consideram o gesto oportuno e sábio.

O arcebispo Olueunmi Okogie, da cidade de Lagos, disse que já era mais do que hora de normalizar as relações. O presidente da Nigéria, Ibrahim Babangida, pediu à população para não considerar o gesto do ponto de vista religioso. O cuidado do presidente se explica já que, segundo pesquisa feita em 1988, cerca de 45% dos 112

milhões de habitantes do país seguem a religião islâmica, população essa potencialmente contrária à aproximação com o Estado judeu.

Mas fontes governamentais argumentam que o estabelecimento de relações entre Lagos e Telavive poderia apressar

o desmantelamento do apartheid na África do Sul. Justificando seu raciocínio, assinalam que Israel e a África do Sul mantêm estreitos laços. Em função disso, acreditam que poderiam pedir a Telavive que pressione o presidente sul-africano, Frederick de Klerk, a abandonar definitivamente o sistema de segregação racial.

Porém, o que de fato está por detrás dessa decisão são razões econômicas. A dívida externa – calculada em 43 bilhões de dólares – e a queda da receita de exportação de óleo cru foram fatores determinantes na decisão da Nigéria de se reaproximar de Israel.

O pensamento do governo de Lagos parece ser que, reatando os laços diplomáticos com Israel, começará a chegar um fluxo de capitais não só desse país, como também dos judeus dos Estados Unidos e da Europa. Falta ver para crer.

Divididos desde o fim da II Guerra Mundial, os coreanos tentam superar os enormes obstáculos que impedem a reunificação do país

Claudia Guimarães

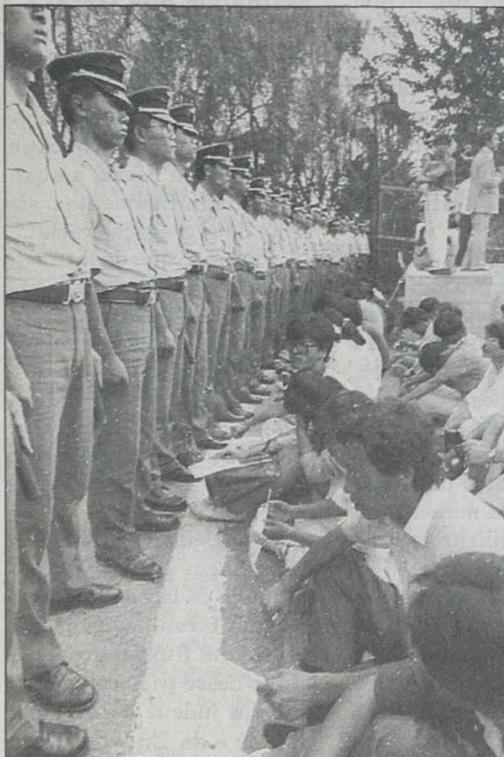
Segundo a lenda, a milenar civilização coreana nasceu da união de um deus com um urso, o qual, após adotar a forma de uma mulher, amou a divindade e gerou o primeiro coreano.

Mais do que nunca, o simbolismo que sintetiza a lenda – a idéia da *união* e da *criação* – toca fundo na alma deste povo. Divididos artificialmente desde 1945, os coreanos sonham com a reunificação do seu país. Mas, apesar das vertiginosas mudanças ocorridas no mundo nos últimos dois anos, a península permanece como a última fronteira visível da Guerra Fria.

À primeira vista, os obstáculos à reunificação são quase intransponíveis. Os desdobramentos da II Guerra Mundial, com a ocupação da parte norte pe-

los soviéticos e da região sul pelos norte-americanos em 1945, fizeram com que se adotassem na península sistemas econômicos, políticos e sociais sem o menor ponto em comum.

Hoje, o abismo entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte é, talvez, ainda mais profundo que o que manteve divididos por décadas a Alemanha, na Europa, e o Iêmen, na península Árabe. Principalmente, porque, ao contrário do que ocorreu naqueles dois países, a divisão da Coreia foi selada por uma guerra que custou a vida de mais de três milhões de pessoas.



Coreia do Sul: protesto de estudantes

Abismo profundo – Enquanto o Sul é apontado como um dos maiores êxitos do capitalismo (o país é um dos quatro “tigres asiáticos”), com uma alta taxa de crescimento econômico, o Norte adotou a centralização e o controle da economia por parte do Estado, dentro dos mais rígidos padrões do sistema socialista.

Do ponto de vista político, a distância não é menor. Enquanto o sistema da Coreia do Sul é formalmente uma democracia parlamentarista, na Coreia do Norte vigora um fechado regime comunista, baseado há mais de 40 anos na condução de um único homem, Kim-Il Sung.

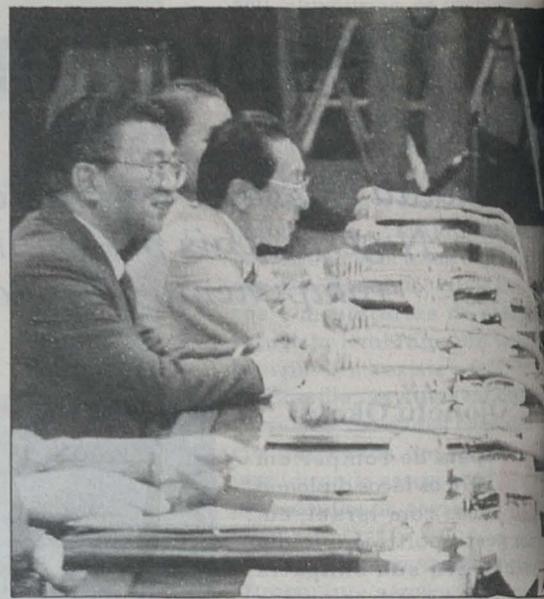
Enquanto no Norte, o velho líder é acusado de não permitir nenhum tipo de oposição e estimular o culto à personalidade, na Coreia do Sul a situação também é bastante difícil.

Marcado por uma sucessão de governos autoritários, o regime

de Seul tem sido duramente criticado por violar os direitos humanos e reprimir a oposição, encarnada sobretudo pelo movimento estudantil, que exige nas ruas maior democracia. Nos últimos anos, já se tornaram comuns nas televisões de todo o mundo as imagens de jovens enfrentando com paus, pedras e até coquetéis *molotov* as tropas de choque da polícia sul-coreana.

A última onda de protestos neste país explodiu após o assassinato de um estudante, em 25 de maio, e ganhou contornos ainda mais dramáticos com a imolação pública de alguns jovens, transformados em verdadeiras tochas humanas. Em apenas três meses, nove estudantes se suicidaram, ateando fogo ao corpo, em protesto contra a permanência do presidente Roh Tae-Woo no poder.

O “tigre” adocece – Eleito em dezembro de 1987, após uma onda de manifestações em prol da democracia, Tae-Woo iniciou uma tímida liberalização do regime e deu partida a uma po-



O primeiro-ministro norte-coreano, Yon Hyoung-Muk (esq.)

Os obstáculos



...ga com seu colega sul-coreano, Kang Yong-Hoon (dir.)

reunificação

lítica de aproximação com os países socialistas, entre eles a China e a União Soviética.

Ao assumir o poder, o presidente sul-coreano encontrou um país que já não ostentava o alto ritmo de crescimento dos anos anteriores. Para piorar as coisas, a flexibilização do regime deu vazão à pressão acumulada no movimento sindical, fazendo explodir greves e reivindicações por aumentos salariais, até então duramente reprimidas.

Com isso, segundo os analistas econômicos, terminou caindo por terra um dos principais alicerces do rápido crescimento dos "tigres asiáticos": a mão-de-obra barata. Para se ter uma idéia da efervescência que viveu a Coréia do Sul nesse período, basta dizer que entre 1987 e 1990 irromperam sete mil conflitos trabalhistas.

A alta dos salários, por sua vez, aumentou o preço final dos produtos coreanos, reduzindo sua competitividade no mercado externo. Empresas antes consideradas imbatíveis, como a de computadores pessoais, começaram a per-

uer espaço para as rivais japonesas. O reajuste dos salários provocou uma explosão do consumo, o que, entre outros fatores, ressuscitou a inflação. Paralelamente, a moeda nacional, o *won*, passou por uma vertiginosa valorização.

Os resultados não tardaram em se fazer sentir. Em 1989, a Coréia do Sul teve a menor taxa de crescimento econômico desde 1981 (o Produto Nacional Bruto cresceu 6,7%). No ano seguinte, registrou, pela primeira vez em cinco anos, um déficit comercial (as exportações totalizaram 65 bilhões de dólares, mas as importações alcançaram 69,7 bilhões).

A deterioração do governo de Tae-Woo é cada dia maior. Entre as principais queixas dos sul-coreanos estão a corrupção no governo, a inflação, o enorme déficit de moradias. No início de junho, em mais uma manifestação desse descontentamento, estudantes atacaram o pri-

meiro-ministro Chung Won-Shik, com chutes, socos, ovos e farinha. Chung, ex-ministro da Educação considerado de linha dura, foi nomeado em 24 de maio no lugar de Ro Jai-Bong, que por sua vez havia permanecido no cargo apenas cinco meses.

Para o presidente sul-coreano, o atual quadro político e econômico não é dos mais favoráveis. No ano passado, em fins de outubro, foi anunciado o desbaratamento de um complô contra o governo e a detenção de 40 líderes da clandestina Federação de Trabalhadores Socialistas, organização fundada em 1989, que inclui políticos, trabalhadores, estudantes e camponeses. Dois meses depois, o governo de Seul divulgou um novo comunicado, onde disse ter desmantelado outra tentativa de golpe. Na ocasião, o serviço secreto prendeu 31 estudantes, do ilegal Grupo de Unificação Nacional, que luta pela reunificação das duas Coreias.

País desconhecido - Do lado da Coréia do Norte, as informações são escassas e, via de regra, parciais. Organizações dos direitos humanos com sede nos Estados Unidos acusam o regime de confinar os adversários políticos em campos de concentração, mas essas denúncias nunca puderam ser confirmadas.

Outro aspecto muito criticado do governo de Pyongyang é o culto à personalidade. Em todas as partes, há estátuas e bustos do presidente Kim-Il Sung, a exemplo do que ocorreu na China com a figura de Mao Tsé-Tung durante a Revolução Cultural. Também se acusa o antigo líder, há mais de 40 anos no poder, de estar preparando o filho mais velho, Kim Jom-Il, para sucedê-lo.

Apesar dessas críticas, se admite no exterior que Kim-Il Sung ainda desfruta de apoio popular. Graças à sua carismática liderança, os norte-coreanos teriam reconquistado o sentimento de orgulho nacional, perdido depois da península passar 35 anos ocupada pelos japoneses (1910-1945), que os submeteram a um virtual regime de escravidão. Também se atribui sua popularidade ao esforço que empreendeu para reconstruir o país, devastado pela guerra de 1950, cujo melhor exemplo é a capital, Pyongyang.

Na Coréia do Norte não existem tarifas de luz, água ou gás e, desde 1974,

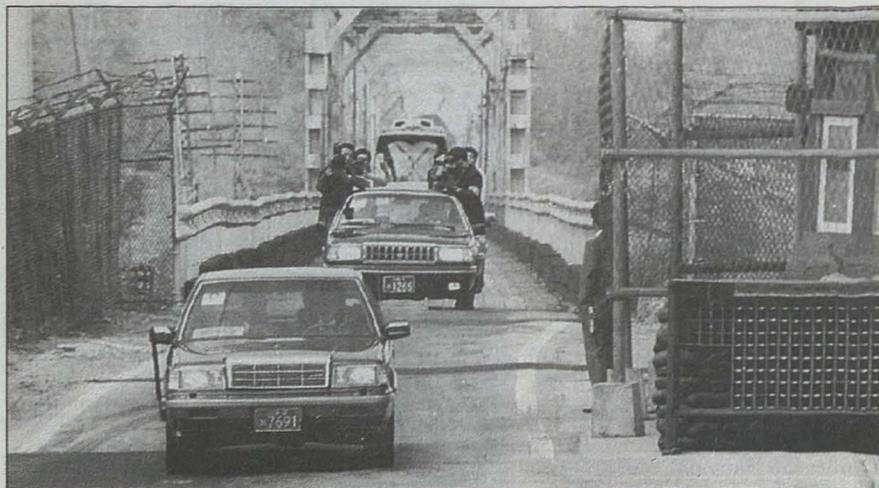


Coréia do Norte: uma realidade pouco conhecida

o governo não cobra nenhum imposto da população. O índice de analfabetismo é baixíssimo. O Estado se responsabiliza pela moradia, dando, logo após o casamento, um pequeno apartamento para o casal (quando a família cresce, recebe um apartamento maior).

Nos últimos dois anos, as transformações ocorridas no Leste europeu e na União Soviética têm levado o governo a buscar novos parceiros comerciais. Com o fim do Comecon – o mercado comum dos países socialistas – e a adoção de moedas fortes em todas as transações, o país estaria enfrentando problemas de abastecimento de alguns produtos.

O muro se mantém – De todos os temas, a reunificação talvez seja o que mais mobilize os coreanos, do sul e do norte. Desde a guerra de 1950-53, cerca de 10 milhões de pessoas estão separadas de suas famílias. Durante o conflito, um divisor de águas na história da península, morreram 3,5 milhões de civis e 34.000 soldados norte-americanos, que intervieram ao lado dos sul-coreanos. O armistício foi assinado, mas não a paz definitiva.



Panmunjon: uma delegação do governo norte-coreano cruza a fronteira

REPÚBLICA DA CORÉIA

Área: 99.173km²

Capital: Seul

População: 42.593.000 (1988)

Renda per cápita: 2.820 dólares (1987)

Expectativa de vida: 65,6 anos (homens) e 71,8 (mulheres)

Analfabetismo: 7,3% (1981)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DA CORÉIA

Área: 120.538km²

Capital: Pyongyang

População: 21.903.000

Renda per cápita: 860 dólares (1986)

Expectativa de vida: 65 anos (homens) e 72 (mulheres)

Analfabetismo: 1%



Desde então, estão suspensas as comunicações por estrada, via férrea, avião, navio e correios. Os poucos contatos entre as duas partes se limitam a reuniões irregulares na cidade fronteira de Panmunjon, onde foi assinado o acordo que instituiu a divisão do país após a II Guerra Mundial.

O desejo popular de reunificação encontra pouco paralelo em iniciativas políticas dos respectivos governos. As discussões oficiais são extremamente difíceis e têm sido marcadas mais pelos retrocessos que por avanços. Inúmeras vezes já se anunciaram contatos entre

representantes de ambos os países, mas na última hora esses encontros foram cancelados. Só em janeiro de 1988 militares dos dois lados da península tiveram o primeiro encontro em 36 anos. Poucas vezes, o anúncio da abertura de fronteiras foi seguido de um gesto equivalente pela outra parte.

O mais difícil é chegar a pontos de acordo mínimos sobre os quais discutir uma futura reunificação num clima onde impera a desconfiança mútua. Durante todos esses anos, o regime da Coréia do Sul fez do anticomunismo a sua própria razão de ser, enquanto que do outro lado da fronteira o sistema capitalista é visto como o inimigo número um. O governo de Pyongyang não aceita a presença de 43 mil soldados norte-americanos no sul da península, nem a realização anual de manobras conjuntas entre as forças sul-coreanas e dos Estados Unidos. Seul, por sua vez, não admite a possibilidade de um tipo de federação que mantivesse Kim Il-Sung no poder na parte Norte.

Por tudo isso, se torna difícil prever a evolução dos atuais contatos entre os dois governos. Ambos proclamam o desejo de perder o rótulo de "o último país dividido do mundo", mas na prática não conseguem avançar nas conversações.

O único fato realmente novo nas relações entre os dois governos foi o anúncio de que ambos decidiram pedir em agosto o ingresso formal nas Nações Unidas. O Conselho de Segurança aprovou o pedido, mas essa decisão deverá ser ratificada durante a reunião anual da Assembléia Geral, que começa no próximo dia 17 de setembro.

Apesar desse fato promissor, o mais provável é que os coreanos, do sul e do norte, ainda esperem um longo tempo até que a lenda da criação da sua civilização represente a realidade de uma nação unificada.

Militarismo gera polêmica

Mamoun Fandy

O governo do Egito acaba de desperdiçar um esforço de 12 anos no sentido de colocar o país no caminho da paz ao anunciar sua intenção de continuar adquirindo armas subsidiadas dos Estados Unidos.

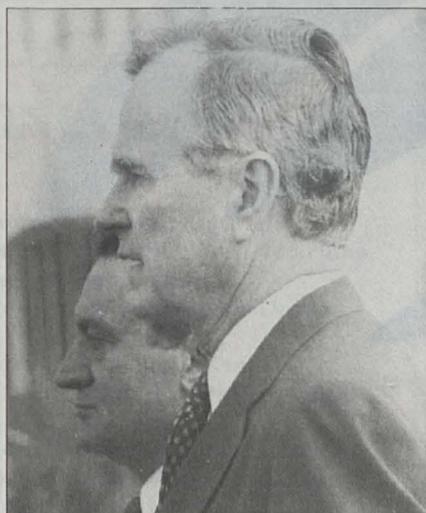
Há pouco tempo, quase todo o Egito suspirou de alívio quando o governo Bush cancelou a dívida militar do país. "Graças a Deus isso acabou", disse na ocasião o dr. Hassan Rageb, líder do Partido Greenpeace, do Egito. "O governo jamais comprará armas novamente". E, expressando o sentimento generalizado da população, acrescentou: "É hora de atentarmos para a catastrófica situação econômica interna".

Não admira que o dr. Rageb e muitos outros tenham ficado chocados com a notícia de que o governo Bush notificara o Congresso de que iria vender ao Egito 46 aviões de caça a jato F-16 e mais de 1.600 bombas e mísseis, ao preço de 1,6 bilhão de dólares. "De volta à loucura das armas", disse Hussein Abdul Razik, editor-chefe do semanário egípcio *Al-Yassar*. "A quem vamos declarar guerra desta vez? Sudão? Líbia?"

No Egito, o militarismo é rejeitado até mesmo pela direita islâmica. Recentemente, o jornal islâmico *Al-Shaab* comentou em editorial a futilidade da compra de armamentos. "Com a guerra do Golfo – disse o jornal – ficamos sabendo o que acontece com esses brinquedos militares. Depois que compramos as armas e nos tornamos dependentes desse tipo de 'defesa', os países do Ocidente vêm e destroem as armas e seus compradores, como fizeram com o Iraque".

A ameaça da fome – A maioria dos egípcios, de direita e de esquerda, não compreende por que motivo um país po-

Induzido pelos Estados Unidos, um dos países mais pobres do mundo volta a gastar seus recursos com armamentos, o que levanta críticas da sociedade civil



Bush e Mubarak: aliança política e militar

bre como o Egito – com uma renda anual per capita de menos de 500 dólares e uma dívida externa de 45 bilhões de dólares – haveria de gastar tanto dinheiro em armamentos no instante em que não há qualquer ameaça militar à sua volta.

A real ameaça enfrentada pelos egípcios é de origem interna: a pobreza e as más condições de saúde pública.

Gastar 1,6 bilhão de dólares no setor da defesa pode não afetar os países ricos, mas fará grande diferença para a população. Com esse dinheiro, o governo poderia construir moradias para três milhões de pessoas que atualmente moram nos cemitérios do Cairo ou tratar seus seis milhões de portadores de esquistossomose. Ou financiar as urgentes reformas econômicas.

Tendo sido forçados a assinar um tratado de paz com o seu maior inimigo, Israel, os egípcios se deram conta da futilidade da corrida armamentista. O mundo deveria ter aplaudido essa rejeição do militarismo por parte do Egito, premiando-o com ajuda maciça para resolver os enormes problemas econômicos do país. Mas não o fez.

Nação que foi outrora o celeiro do mundo habitado, o Egito hoje não consegue alimentar o seu próprio povo e importa 70% do trigo que consome. Para evitar que a população passe fome, o governo subsidia os preços dos alimentos básicos. Um botijão de gás de cozinha, por exemplo, custa ao governo quatro vezes mais que o preço cobrado aos consumidores.

O "poderio pacífico" – Muitos observadores se perguntam por que motivo um país que é conhecido como o Bangladesh do norte da África haveria de gastar tanto dinheiro em defesa, uma vez que goza atualmente da proteção dos Estados Unidos. Seria bom que o mundo não subestimasse a enraizada noção egípcia de "poderio pacífico". Ela pode vir a mudar a mentalidade de grande parte dos países árabes, promovendo a cooperação entre eles e colaborando em prol da resolução pacífica dos conflitos.

Desde a década de 20, os meios de comunicação do Egito vêm dominando o mundo árabe, ao mesmo tempo em que o país se transformava em centro cultural e intelectual. Hoje, o Egito produz 70% de todos os livros publicados no mundo em língua árabe, e o seu maior jornal, *Al-Ahram*, atinge mais de dois milhões de leitores.

É com o seu "poderio pacífico" que o Egito pode melhor contribuir para a paz no Oriente Médio. Por isso, o presidente Bush deveria saber que o melhor a fazer seria atender ao desejo de paz e de prosperidade econômica do povo egípcio, em vez de mantê-lo dependente de armas como um viciado é das drogas. ■

Armas em nome do desarmamento

A distância que separa a retórica da Casa Branca de sua política em relação ao tema do armamentismo leva a prever que nada mudará. Os beneficiados com a situação são os traficantes de armas



O corte no orçamento de Defesa levou as empresas a buscar o mercado externo

William D. Hartung*

Os observadores das políticas seguidas pelo presidente norte-americano George Bush, em relação à sua promessa de reduzir o comércio internacional de armas, estão perplexos diante das contraditórias iniciativas adotadas nesse campo.

Depois de assumir de forma pública o compromisso de limitar a transferência de armamentos, e especificamente de frear o fluxo de armas para o Oriente Médio, o governo norte-americano anunciou em tom rotineiro uma nova onda de exportações de equipamentos bélicos.

Este abismo entre uma retórica que enfatiza a redução do tráfico de armas e uma realidade que exhibe a intocável continuação das vendas tem suas raízes em um conflito político que vem se desenvolvendo em relação ao futuro do complexo militar-industrial dos Estados Unidos.

Enquanto o Departamento de Estado exerce pressões para que a exportação de armamentos fique submetida a um sistema multilateral de controle, capaz de proporcionar segurança e benefícios de longo prazo em áreas de conflito, os fornecedores que operam no campo da defesa e seus aliados no Pentágono estão promovendo freneticamente as vendas de armas no exterior, como uma forma de compensar a queda no orçamento militar interno.

Apesar do fervor patriótico e das atitudes militaristas geradas pela guerra do Golfo, as grandes empresas da indústria bélica norte-americana têm consciência de que não haverá a volta aos prósperos dias da era Reagan,

quando as três armas faziam compras em grande escala de novos aviões, mísseis, navios e tanques.

Prevê-se que para 1996 os gastos do Pentágono com a compra de novos armamentos serão inferiores a 50% aos níveis de 1985, o ano do auge do processo de expansão operado no aparelho militar norte-americano durante o governo Reagan.

Exportar, exportar, exportar – Em vez de explorar seriamente as possibilidades de diversificação de suas empresas diante da crise do orçamento militar interno, a maioria dos fornecedores de armas dos Estados Unidos tem escolhido o caminho mais fácil, buscando o aumento das exportações para poder manter em atividade suas linhas de produção, à espera das próximas ordens de compra do Pentágono.

Está claro que os funcionários do Pentágono não esperam que as limitações anunciadas para a transferência de armamentos entrem em vigor imediatamente. Apesar disso, estão redobrando seus esforços para oferecer às indústrias fornecedoras de armas um grau sem precedentes de assistência comercial, com a finalidade de fazer-lhes ganhar a batalha pelo domínio dos mercados mundiais.

Este ímpeto exportador é uma tentativa de subsidiar e manter o superdimensionado aparelho militar que ficou como legado dos dois trilhões de dólares destinados por Reagan ao gigantesco

orçamento de defesa norte-americano.

Conversão protelada – Se o presidente Bush se dispusesse a encarar com seriedade as reduções previstas na exportação de armas, deveria elaborar uma estratégia com o objetivo de diminuir o grau de dependência das grandes empresas bélicas em relação ao orçamento de Defesa.

No que se pode considerar um fato promissor, o secretário de Estado James Baker se declarou recentemente a favor da conversão das indústrias militares à produção civil. Este objetivo é, sem dúvida, indispensável para a União Soviética, mas também é hora da equipe de Bush estruturar um plano que tenha como objetivo a desmilitarização da economia norte-americana.

Um plano desta natureza deveria incluir um novo treinamento dos trabalhadores da indústria bélica e incentivos financeiros que estimulem as empresas militares a ingressar nos mercados comerciais.

Infelizmente, o comportamento da administração Bush até o momento – como ficou evidenciado com sua proposta de introduzir o Banco de Exportação e Importação na prática de subsidiar as vendas militares para o exterior – está, sem dúvida, orientado na direção errada. E as tentativas de limitar o tráfico de armas estarão destinadas a sucumbir devido aos tradicionais grupos de pressão.

(Especial IPS)

William D. Hartung é um pesquisador do "World Policy Institute" (WPI) de Nova Iorque e autor de estudos sobre a transferência de armas



Manifestantes anti nucleares assistem na Inglaterra à desativação de mísseis norte americanos

Desarmamento: ONU controlaria

Um grupo de especialistas governamentais norte-americanos, que realizou um estudo sobre o comércio internacional de armas convencionais, recomendou que fosse restabelecido imediatamente um registro na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as vendas de armas.

A proposta, que já conta com o apoio das sete nações mais industrializadas (G-7), exigirá que tanto o país comprador como o vendedor informem à ONU sobre a venda.

Os presidentes da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão concordaram, na última reunião realizada em Londres, com a idéia do registro de armas, destinado a informar sobre todas as vendas e transferências de armas.

Com exceção do Canadá e Japão, os outros cinco países do G-7 são importantes exportadores e representam mais de 70% do comércio de armas do mundo.

A ONU calculou que o gasto militar mundial, no qual uma proporção significativa corresponde às compras de armas, supera um bilhão de dólares por ano. A proposta será submetida à apreciação da Assembléia Geral da ONU, a se realizar em setembro.



Diálogo de surdos

Conferência patrocinada pela ONU deixa à vista as divergências que marcarão as posições do Norte e do Sul em relação ao meio ambiente e desenvolvimento na Rio-92

Alvaro Nascimento

Polêmicos debates entre representantes de países ricos e pobres marcaram o que inicialmente prometia ser uma tranquila conferência sobre meio ambiente e saúde com vistas a dar um pontapé nos preparativos da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a se realizar no Brasil no próximo ano.

Promovida pelo Programa das Na-

ções Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a Conferência Ação pela Saúde Pública, realizada na fria e distante cidade de Sundsvall, no norte da Suécia, conseguiu reunir cerca de 500 profissionais da área de saúde e meio ambiente de 81 países. O evento trouxe à cena distintas visões sobre a forma de implantação do tão propalado "desenvolvimento sustentado", tese criada pela ONU em 1987 com base no famoso Informe Brundtland, relatório

preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, então presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland.

O clima frio de Sundsvall não impediu que o plenário da conferência vivesse momentos de acalorados debates. Logo no primeiro dia, o secretário de Meio Ambiente do Brasil, José Lutzemberger, criticou com veemência a própria ONU, organizadora do encontro, devido à política que vem sendo desenvolvida pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Segundo o secretário, a FAO vem fechando os olhos para a utilização indiscriminada de agentes químicos na agricultura:

"Há uma combinação perversa e contraditória no mundo de hoje, quando se utilizam venenos comprovadamente tóxicos na produção de alimentos a serem consumidos pelo homem. É preciso que a FAO, que sempre esteve ao lado da tecnocracia na tomada de decisões neste campo, inverta sua postura e apóie programas que desenvolvam agriculturas limpas, deixando de lado os interesses comerciais que até hoje regem o setor".

Velho modelo - Mas a polêmica ultrapassou as críticas técnicas quanto à melhor forma de se lidar com a agricultura. Representantes dos países pobres buscaram durante toda a conferência mostrar a seus colegas do Primeiro Mundo que as preocupações hoje existentes nas nações desenvolvidas em relação à qualidade ambiental e às condições de saúde de seus povos estão muito distantes da realidade do Terceiro Mundo. No Sul, a fome, o controle de doenças endêmicas, a falta de habitação, água, esgoto tratado, educação, transporte eficiente e trabalho para todos fazem parte do cotidiano da imensa maioria dos cidadãos.

A professora Marília Marques, coordenadora do Núcleo de Estudos em Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, analisou a contradição vivida entre países ricos e pobres da seguinte forma:

"Todos nós desejamos que os peixes voltem aos rios, as baleias sobrevivam, as florestas sejam preservadas, a cama-

da de ozônio não seja destruída, as praias deixem de ser impróprias e que muitas outras bandeiras da ética verde se concretizem. Entretanto, temos que erguer com igual força as bandeiras sociais e desejar o fim do extermínio dos meninos de rua, do consumo de drogas, da malária na Amazônia, eliminando estas e muitas outras catástrofes do nosso cotidiano”.

A questão da dívida – Esta visão da proposta de “desenvolvimento sustentado” levou a uma discussão mais profunda: a que envolve a dívida externa. Para representantes de países africanos, asiáticos e latino-americanos, a proposta de redução de suas dívidas com os bancos e os países ricos em troca da preservação de seus ambientes – solução apresentada para a Amazônia tempos atrás – não pode ser analisada nos estreitos limites de uma troca de florestas que não seriam devastadas por dólares que deixariam de sair do país.

Segundo eles, as graves questões sociais enfrentadas pelo Terceiro Mundo extrapolam em muito as políticas preservacionistas e a discussão relativa à dívida deve ser travada em conjunto com a do modelo de desenvolvimento implantado no mundo nas últimas décadas. Foi esse modelo que levou estes países a servirem de base para o desenvolvimento econômico das nações hoje industrializadas.

Essa visão ganhou adeptos importantes em Sundsvall, a começar pela primeira-ministra do Meio Ambiente da Suécia, Birgitta Dahl.



Conferência de Sundsvall: diferentes visões sobre o “desenvolvimento sustentado”

Na sua opinião, os países industrializados “têm o dever de repassar tanto financiamentos como tecnologia aos demais. E isso não se trata de solidariedade entre os povos. Pode ser visto, inclusive, como uma postura egoísta, pois não estaremos fazendo nada mais do que evitar uma catástrofe no futuro, que influirá na vida de cada cidadão que hoje mora nas chamadas nações desenvolvidas”.

Para sustentar sua visão, que serviu de parâmetro para se chegar a uma proposta consensual na plenária final da conferência, a ministra deu um exemplo:

“Todos consideram a Suécia um país desenvolvido e do Primeiro Mundo. Mas nós somos obrigados a dizer a nossas mulheres grávidas que não comam os peixes do Mar Báltico, porque abaixo da linha d’água existem imensos bancos de mercúrio que se formaram nas últimas décadas pela poluição industrial.

Se este modelo de desenvolvimento for copiado pelos países pobres que hoje começam a se desenvolver, não teremos nenhum futuro comum neste planeta”.

Justiça social – A “Declaração de Sundsvall” acabou contemplando as preocupações de cientistas, pesquisadores e ecologistas do Terceiro Mundo, quando ressalta que hoje “existem milhões de pessoas vivendo sob condições de pobreza e privação extremas em um meio ambiente cada vez mais deteriorado, seja em áreas urbanas ou rurais”. Segundo o documento, esse quadro faz com que as “desigualdades estejam refletidas em um distanciamento cada vez maior entre as nações do norte e do sul, o que é inadmissível. Faz-se urgente e necessário medidas que visem a uma maior justiça social”.

Para alcançar isso, a “Declaração de Sundsvall” afirma que “o mundo industrializado tem de pagar o débito ambiental e humano acumulado através da exploração do mundo subdesenvolvido”, devendo propiciar às nações em desenvolvimento não apenas financiamento mas também tecnologias avançadas. E afirma que “a dívida internacional drena seriamente os já escassos recursos dos países pobres, enquanto paradoxalmente as nações ricas incrementam de forma assustadora seus gastos militares”.

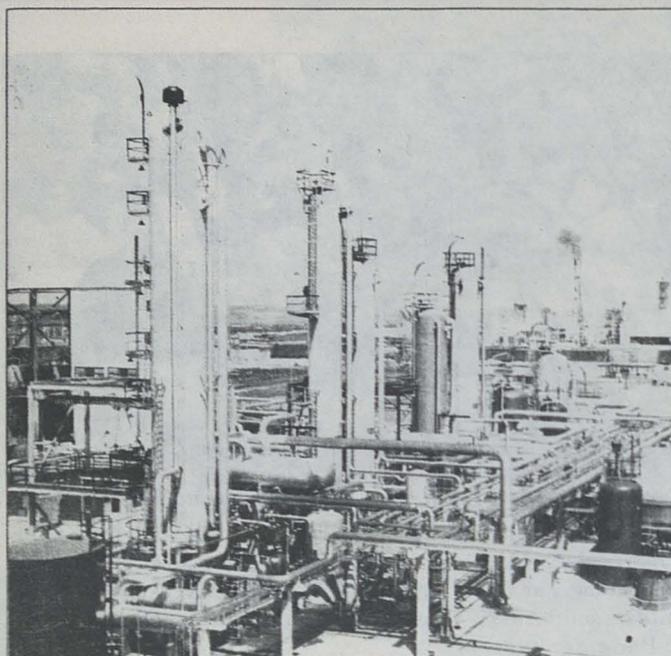
A Conferência de Sundsvall acabou apontando um caminho longo a ser trilhado até a Rio-92. E descortinou um novo ponto de atrito no mundo, que depois de conviver com guerras frias e quentes pode vir a enfrentar agora conflitos entre nações ricas e pobres em relação à forma de se partilhar o desejado “futuro comum”.

Os aborígenes australianos

No dia dedicado aos debates relativos às minorias, dois depoimentos emocionaram o plenário da Conferência de Sundsvall: o dos representantes dos aborígenes australianos e do povo sami, uma população indígena da Escandinávia.

Solomon Bellear, aborígine da Austrália, disparou contra os governos que até hoje têm uma postura discriminatória em relação às minorias étnicas:

“Os povos indígenas acabaram se transformando em populações que deixam os governos em todo o mundo embaraçados. Acreditamos que o ideal para esses governos seria nós não existirmos. Eles não nos consideram como seres humanos iguais a eles e não querem falar de nós. Mas nós existimos, nossa história está sendo contada e a nossa cultura não será exterminada como eles querem que aconteça”.



MÉXICO/VENEZUELA
Renovado "Acordo de San José"

Pela décima segunda vez consecutiva, os presidentes do México e da Venezuela renovaram as cláusulas do Tratado de San José firmado em 3 de agosto de 1980, na capital da Costa Rica, mediante o qual ambos os países se comprometeram a garantir, em cotas iguais, todo o petróleo consumido pelos países centro-americanos e do Caribe – com exceção de Cuba – em condições especiais de pagamento.

O documento amplia de 130 para 160 mil o número de barris diários que o México e a Venezuela colocam à disposição dos beneficiários e dispõe o reingresso do Haiti ao tratado, terminando com a suspensão vigente desde 1981, quando o governo desse país foi surpreendido vendendo o petróleo subsidiado a terceiros.

Outra modificação contempla a retomada dos envios de óleo cru à Nicarágua, interrompidos pela Venezuela em 1982, quando a dívida de Manágua somava 22 milhões de dólares, e pelo México em 1985, ano em que o passivo chegou a 500 milhões de dólares.

A quarta modificação reincorpora o Panamá, país suspenso em 1989 como consequência da crise desencadeada pela intervenção norte-americana. A última emenda introduz uma alta de 20 a 30% no volume de petróleo que ambos os países se comprometem a financiar mediante créditos a longo prazo, com um limite: se o preço do barril no mercado internacional cair para menos de 15 dólares, os pagamentos deverão ser totalmente à vista.

Os beneficiados pelo acordo são: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Belize, República Dominicana, Nicarágua, Panamá e Haiti.

EL SALVADOR
A guerrilha entra na política

Em meio à atual fase de estagnação nas negociações com o governo salvadorenho, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) anunciou que vai participar das eleições presidenciais de 1994, mesmo que não seja assinado um acordo de paz. Nesse sentido, a direção do movimento guerrilheiro já começou os preparativos para constituir-se em partido político e passar da luta armada para o terreno político.

Segundo o comandante Shafick Handal, secretário-geral do Partido Comunista salvadorenho, integrante da FMLN, a decisão visa a "ocupar os espaços políticos que ganhamos, queira ou não o regime, como uma contribuição à paz. Mas nunca nos desarmaremos unilateralmente, como pretendem as atuais autoridades".

Handal fez um apelo no sentido de "não se deixar passar o momento de equilíbrio bélico, que possibilita o desaparecimento de ambos os exércitos, o regular e o guerrilheiro, o que livraria os salvadorenhos de uma grande carga e acabaria com 60 anos de ditaduras militares".

A decisão da FMLN terá profundas implicações políticas para El Salvador, país centro-americano que se debate há quase 12 anos numa sangrenta guerra civil. Com a intermediação das Nações Unidas, a guerrilha vem negociando há mais de um ano com o governo do presidente Alfredo Cristiani as condições para a assinatura de um acordo de paz. Entre as propostas em estudo, se incluem reformas na Constituição e no funcionamento das forças armadas, que passariam a ser controladas pelo presidente da República. Os militares resistem a essas mudanças e, sobretudo, à possibilidade de virem a ser julgados pelas violações aos direitos humanos cometidas por eles durante a década passada.

Em fins de julho, o governo de Alfredo Cristiani sofreu um sério revés político, ao ver negado pelo Senado dos Estados Unidos um pedido do governo Bush para desbloquear metade da ajuda militar prometida às forças armadas salvadorenhas, no valor de 71 milhões de dólares.



Handal: "A FMLN vai virar partido"

EQUADOR
Governo desgastado



Borja já não tem maioria no Congresso (foto)

Ao iniciar seu último ano de gestão, o presidente social-democrata Rodrigo Borja está passando por um dos períodos mais críticos de sua administração. Um conjunto de fatores levou seu governo a um grande desgaste, que se reflete na queda da sua popularidade e no fortalecimento da oposição.

Segundo observadores, o fato de Borja não ter conseguido realizar reformas econômicas e sociais profundas enquanto teve maioria no Parlamento — nos dois primeiros anos de governo —

e a adoção de uma impopular política de ajustes econômicos estão entre os principais aspectos negativos de sua gestão.

Seu governo também é alvo de críticas por não ter conseguido deter a alta da inflação, sanear o déficit fiscal e renegociar em condições favoráveis a dívida externa.

Todos esses fatores contribuíram para o resultado das eleições

parlamentares de agosto de 1990, quando o governo perdeu a maioria no Congresso, situação que provocou, até o momento, a destituição de seis ministros de estado, acusados de erros em sua gestão.

Nem algumas importantes vitórias políticas de sua administração foram suficientes para diminuir a sensação de frustração da população após três anos de governo social-democrata. Entre esses aspectos positivos, assinalam os analistas locais, estão a melhoria da situação dos direitos humanos e sua

permanente abertura ao diálogo. Fruto dessa atitude, se pôde estabelecer negociações com o grupo rebelde “Alfaro Vive, carajo” (Alfaro Eloy foi um líder nacionalista do século passado). Em fevereiro de 1989, o movimento guerrilheiro concordou em depor armas.

Outro dado inovador de sua gestão foi a abertura de um diálogo de alto nível com lideranças indígenas, que pela primeira vez em sua história tiveram algumas de suas reivindicações atendidas. Até o momento, o governo Borja entregou 1,5 milhão de hectares de terras a grupos aborígenes e implementou um programa de educação bilíngue (quêchua-espanhol) administrado pelos próprios indígenas.

Apesar dessas conquistas, a crise econômica fez sua popularidade cair vertiginosamente. Enquanto em novembro de 1990, os descontentes com sua gestão chegavam a 44,7% dos equatorianos, segundo diferentes pesquisas em janeiro deste ano a percentagem cresceu para 58%.

Ao ser consultado, Rodrigo Borja disse que a grande expectativa que gerou sua eleição “o torturava”, porque “muita gente esperava milagres. Achavam que o Equador mudaria de um dia para o outro. E eu sabia que isso era impossível”, afirmou o presidente equatoriano.

GREGORIO SELSER

A morte de Gregorio Selser priva a América Latina e o Terceiro Mundo de um de seus maiores e mais combativos militantes da luta dos nossos povos.

Escritor, jornalista e ativo participante de grandes embates partidários na Argentina, sua pátria, e em outros países da América Latina, Gregorio Selser converteu-se numa

referência cultural obrigatória para todos os que se engajam no duro combate em defesa dos interesses e dos direitos dos povos oprimidos. Com mais de 20 livros publicados e milhares de artigos, documentos e relatórios — grande parte sobre a ação da CIA, dos Estados Unidos —, era ele um trabalhador infatigável e sem pausa.

Seus trabalhos sobre a Nicarágua — de que é, hoje, cidadão honorário — “Sandino, general de homens livres” e “O pequeno exército louco” são, hoje, livros clássicos sobre a gesta sandinista.

cadernos do terceiro mundo teve em Gregorio Selser não apenas um colaborador brilhante, mas um consultor permanente e muito bem-informado e competente, a quem sempre recorriamos na definição de nossas estratégias de lutas.

Sua morte nos atinge a todos, mas é, em especial, à sua companheira Marta, inextinguível e lúcida colaboradora de Selser, a quem fazemos chegar as nossas fraternas condolências.

(Neiva Moreira)



ESTADOS UNIDOS

A brecha entre ricos e pobres dentro dos Estados Unidos aumentou

consideravelmente na década de 80. Segundo um estudo da organização não-governamental Centro de Orçamento e Prioridades Políticas, com sede em Washington, a renda dos norte-americanos mais ricos se multiplicou 122% em dez anos, enquanto que a dos mais pobres caiu dez por cento. Esse estudo, baseado em dados do Escritório de Orçamento do Congresso, mostra que um por cento dos 250 milhões de norte-americanos fica com a maior parte da riqueza gerada no país.

MADAGASCAR Nuvens negras

A outrora tranquila e paradisíaca ilha de Madagascar, situada ao largo da costa oriental da África, no Oceano Índico, continua assistindo a repetidas manifestações de protesto da população, que exige a renúncia do presidente Didier Ratsiraka e a abolição da Constituição promulgada em 1975, de caráter socialista.

Desde 10 de junho, milhares de pessoas se reúnem quase diariamente no centro da capital, Antananarivo, e em outras cidades do interior para protestar contra o governo. Ao longo do mês de julho, as greves se multiplicaram, atingindo até empresas estatais.

A situação se tornou mais tensa em 22 de julho, com a decisão da frente de oposição "Comitê de Forças Vivas", que reúne 16 grupos, de criar um governo paralelo. Líderes da oposição chegaram a ocupar vários ministérios em Antananarivo, entre os quais o das Finanças e o das Comunicações.

No dia seguinte, o governo decretou o estado de emergência em todo o país, impondo o toque de recolher, a censura à imprensa e a autorização de buscas nas residências sem necessidade de mandado judicial. Em 27 de julho, o primeiro-ministro do autoproclamado governo paralelo, Albert Zufy, foi sequestrado e libertado 72 horas depois. Outros seis líderes do "Comitê de Forças Vi-



O exército tenta conter manifestantes na capital

vas" também foram levados de suas casas para unidades militares.

O presidente Ratsiraka, no poder desde 1975, cedeu às pressões e afirmou estar "pronto a dialogar" com a oposição. O chefe de estado anunciou a dissolução do seu gabinete e prometeu um novo sistema eleitoral e uma nova Constituição, tema este que seria, segundo ele, submetido a um referendo antes do final do ano.

Apesar dessas promessas, durante o mês de agosto continuaram as manifestações exigindo a renúncia de Ratsiraka. Mais de 70 pessoas morreram e 200 ficaram feridas em protestos em frente ao Palácio Presidencial ao enfrentarem a guarda presidencial.

NAMÍBIA

Pela primeira vez em sua história, a Namíbia está realizando um censo nacional. Segundo as estimativas, o país – independente desde março de 1990 – tem uma população de 1,5 a 2 milhões de pessoas. Mas os dados não são confiáveis. Nos censos anteriores, por exemplo, realizados pela administração colonial sul-africana, a região de Ovambo, ao norte, na fronteira com Angola, tinha sido deliberadamente excluída, apesar de abrigar um terço da população do país.



O censo foi precedido de uma intensa campanha oficial estimulando a colaboração dos namibianos. O governo temia que a ignorância e desconfiança impedissem os recenseadores de realizar sua tarefa, a exemplo do que ocorre em outros países africanos.

Funcionários do governo tratam de enfatizar que os dados reunidos são absolutamente confiáveis e serão usados apenas para estabelecer uma base de dados digna de confiança para o desenvolvimento econômico e social.

ZIMBÁBUE

O governo de Harare revelou que a proibição do comércio de marfim está causando um prejuízo de 18 milhões de dólares ao ano ao país. De acordo com o ministro do Meio Ambiente e Turismo, Herbert Murerwa, a população de elefantes aumentou de oito mil para mais de 60 mil exemplares desde a proibição dessa atividade. O problema, enfatizou, é que o país só tem condições de abrigar 34 mil elefantes: "As manadas estão destruindo nossas colheitas. É uma situação absurda", disse.

Para Murerwa, o Zimbábue não pode ser penalizado "pelo fato de cuidar bem de seus animais. Enquanto em outros países o número de elefantes diminui, no nosso ele cresce". Por isso, explicou, o Zimbábue – junto com o Botswana, África do Sul, Malawi e a Zâmbia – está buscando apoio da comunidade internacional para sua iniciativa de levantar a proibição do comércio de marfim na reunião sobre Comércio Internacional de Espécies em Perigo de Extinção, que se realizará em março de 1992.



ETIÓPIA

Volta à normalidade

Três meses depois de assumir o poder, após uma sangrenta guerra civil, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE) vai ganhando o apoio da população pela forma inovadora de conduzir o país. Entre as medidas que mais despertaram a atenção, está a promoção de debates públicos para discutir temas polêmicos no país, como a questão das nacionalidades. Além disso, o governo interino já reabriu o Parlamento e promulgou uma nova Carta.

A atividade parlamentar recomeçou em fins de julho. Apesar da divisão de cadeiras no Conselho Nacional (o Congresso) provisório ter sido arbitrária, e não em função de eleições democráticas, se reconhece que estão representadas

todas as tendências políticas e minorias nacionais.

A decisão do governo interino de dar es-

paço a todas as etnias no Parlamento é particularmente significativa num país com as características da Etiópia. Nos últimos 30 anos, o problema das nacionalidades originou a proliferação de grupos rebeldes que se opunham à dominação dos *anhara*. O regime do presidente Hailé Mariam, que derrubou a monarquia imperial de Hailé Selassié em 1974, tampouco conseguiu dar resposta às reivindicações nacionalistas.

Outro passo importante rumo à normalização do país foi a promulgação de uma nova Constituição, em fins de julho. A atual Carta promete respeitar as liberdades individuais, baseado nos princípios da ONU, e o direito à autodeterminação de todos os povos da Etiópia.

participação no referendo apenas da população que foi contactada no último censo realizado no país, em 1974, pelas autoridades coloniais espanholas. Segundo aquele levantamento, havia no território 74 mil saarauís.

Baseado nesse dado, o representante da ONU para o Saara Ocidental, Johannes Manz, elaborou uma lista de 70 mil eleitores. Manz afirmou que consideraria pedidos de pessoas que reivindiquem o direito de participar no plebiscito "baseadas no fato de terem sido omitidas no censo espanhol", mas não pedidos em massa, como o apresentado pelo governo marroquino.

SUDÃO

Enquanto cresce a preocupação internacional pela situação de milhões de pessoas que sofrem os efeitos da seca e da guerra civil no Chifre da África, o Banco Mundial anuncia a concessão de um crédito de 23,5 milhões de dólares ao Sudão, com fundos da Associação Internacional de Fomento (AIF), que facilita empréstimos sem juros aos países mais pobres do mundo.

A área beneficiada pelos créditos da AIF compreende as zonas mais afetadas, particularmente Darfur, Kordofan, Cartum, a capital, e a região leste do Sudão, assim como as cidades de Juba, Malakal e Wau no sul do país.



Acampamento de refugiados saarauís

A questão do registro eleitoral está sendo tratada com muito cuidado pelas Nações Unidas, pois a inscrição de pessoas oriundas do Marrocos e que não vivem no Saara poderia alterar o resultado do plebiscito, em benefício do projeto do rei Hassan II de anexar formalmente o território saarauí.

SAARA OCIDENTAL

O governo do Marrocos, que há 16 anos ocupa ilegalmente o Saara Ocidental – uma antiga colônia espanhola, situada no noroeste da África – apresentou nova exigência às Nações Unidas para concordar com a realização de um plebiscito sobre o destino do território. O rei Hassan II quer incluir na lista de votantes elaborada pela ONU mais 120 mil pessoas, que diz serem refugiados saarauís residentes no Marrocos.

Mas o plano de paz elaborado pelas Nações Unidas prevê a

ÍNDIA

Enquanto este gigante asiático prepara a sua entrada na chamada "economia de mercado" e adota profundas reformas internas de acordo com as orientações dos organismos multilaterais de crédito (FMI e Banco Mundial), o governo de Nova Déli se despede de seus antigos aliados no Terceiro Mundo. Em meio a uma aguda crise econômica, a Índia se dispõe a cobrar 800 milhões de dólares que emprestou a 21 países do grupo dos Não-Alinhados durante o apogeu da cooperação Sul-Sul. Para isso vai vender os títulos dos empréstimos – todos em seu poder – ao FMI e a bancos privados no mercado de capitais de Bolsas ocidentais. A transferência desses títulos implica que novos credores privados vão exigir seu pagamento em condições muito duras.

"O Movimento de Países Não-Alinhados não existe mais", disse um alto funcionário da chancelaria indiana. "Depois das dramáticas mudanças que ocorreram na Europa Oriental e na União Soviética, os parâmetros originais do movimento desapareceram", acrescentou. Os fundadores mais importantes do Movimento de Países Não-Alinhados foram Jawaharlal Nehru, da Índia; Gamal Abdel Nasser, do Egito; Ahmed Sukarno, da Indonésia, e Josip Broz Tito, da Iugoslávia. Os quatro líderes defendiam para o conjunto de países que passou a chamar-se Terceiro Mundo uma política distante de Moscou e de Washington, durante os anos mais tensos da Guerra Fria, traçando um caminho próprio, cujos pilares eram o nacionalismo e a cooperação Sul-Sul.

BANGLADESH

Com o voto unânime dos principais partidos políticos, o Congresso de Bangladesh adotou em meados de agosto o sistema parlamentarista em substituição do presidencialista, em uma votação que pôs um ponto final a seis meses de impasse na situação política do país. Frente à nova realidade institucional, com uma pequena maioria no Parlamento de Bangladesh, a primeira-ministra Khaleda Zia começou a cortejar os fundamentalistas islâmicos do partido Jamaat-e-islami para ampliar as bases políticas de seu governo. Esta situação está ajudando, inclusive, a que se esqueça no país o estigma que pesa sobre o partido fundamentalista islâmico desde 1971, quando se opôs à independência do país, preferindo defender a integração ao Paquistão. Como se sabe, Bangladesh era uma província do Paquistão (Paquistão Oriental) desde que, em 1947, aquele país se tornou independente da Índia.

ISRAEL / ÁFRICA DO SUL
Colaboração estreita

África do Sul: acusada de desenvolver com Israel projetos militares clandestinos

Uma investigação internacional sobre o tráfico ilegal de armas revelou que uma das mais importantes corporações industriais da África do Sul, a Barlow Rand, participou de um projeto militar clandestino mediante o qual Israel e Pretória estão desenvolvendo em conjunto um míssil de longo alcance capaz de portar ogivas nucleares.

A investigação, realizada por agentes do governo norte-americano e britânico, tem por objetivo lançar luz sobre o tráfico ilegal de armas entre os Estados Unidos, África do Sul, Chile e Iraque na década de 80. Segundo Richard Knight, do Comitê Americano sobre África (CAA), com sede em Nova Iorque, subsidiárias da Barlow estavam envolvidas em operações clandestinas para importar dos EUA sofisticados computadores, o que burlava o embargo decretado por Washington.

Membros da equipe que investiga a transação explicaram que esses computadores eram necessários para controlar o míssil que está sendo desenvolvido por Pretória e Telavive no campo de provas

da empresa paraestatal Corporação Sul-Africana de Armas (Arm Scor), próximo à localidade de Arniston.

Não é a primeira vez que denúncias internacionais revelam a estreita colaboração militar entre os governos sul-africano e israelense. Em dezembro de 1989, fontes da Agência Central de Inteligência (CIA), dos Estados Unidos, já haviam detectado o sigiloso "projeto Arniston".

O gerente geral para Assuntos Públicos da Barlow, Ken Ironside, negou quaisquer interesses diretos ou indiretos com uma empresa norte-americana, a International Signal and Control (ISC), que se dedicava a romper o embargo à exportação de armas para África do Sul.

Atualmente, a ISC está envolvida em uma séria denúncia de fraude, relativa à venda fictícia de mísseis ao Paquistão. A partir desse caso – considerado como a maior e mais sofisticada fraude de armas já ocorrida na Europa – começaram a vir à tona detalhes do programa encoberto de desenvolvimento de armas da África do Sul.

TAILÂNDIA

Ainda sob lei marcial

Seis meses após o golpe de Estado que derrubou o primeiro-ministro Chatichai Choonhavan, a lei marcial imposta pelos militares ainda vigora em 21 províncias da Tailândia e não há nenhuma perspectiva de que a curto prazo se cumpram as promessas de convocação de eleições livres e promulgação de uma nova Constituição.

Segundo membros de organizações não-governamentais, a falta de oposição interna parece dar a falsa impressão no exterior de que a lei marcial é apenas uma formalidade e que, na prática, não afeta a maioria da população. Porém, na opinião dessas fontes, a desarticulação da oposição se deve precisamente à proibição de realizar reuniões ou atos de caráter político.

Analistas internacionais destacam que a derrubada de Choonhavan pôs fim a um crescente debate público em torno dos problemas ecológicos do país. Nos últimos três anos, agricultores, técnicos, cientistas e funcionários do governo vinham discutindo intensamente questões como

o direito à terra, o problema do desmatamento e a validade dos projetos de grandes hidrelétricas.

Por isso, não é casual que, entre os grupos mais atingidos pelo golpe, estejam os movimentos ecologistas. Desde fevereiro, segundo denúncias que chegam ao exterior, aumentou o número de detenções e prisões de líderes das aldeias do interior dedicados à defesa do meio ambiente.

Cabe lembrar que na década de 80 surgiram na Tailândia inúmeros movimentos de base fruto de lutas para preservar os recursos naturais. Em 1989, graves enchentes foram provocadas pelo desmatamento, que teve consequências catastróficas no clima ao acabar com o efeito regulador da floresta sobre o nível da umidade.

Os aldeões, que dependem para seu sustento da terra, dos bosques e da água, vinham enfrentando os interesses de grupos empresariais, os quais pregam a exploração dos recursos para uma rápida industrialização do país (o Banco Mundial financia projetos de plantio maciço de eucaliptos, rejeitados pelos camponeses pobres). Para os ecologistas tailandeses, esse processo é muito perigoso, pois ameaça a sobrevivência dos 60 a 70% da população de 55 milhões de habitantes que vivem da agricultura.



Bangkok: sem perspectivas de democratização a curto prazo

LAOS

A Assembléia Popular Suprema acaba de dotar o país de uma Constituição, a primeira desde que foi abolida a monarquia e instalada uma república socialista, em 1975. O ex-primeiro-ministro Kaysone Phomvihane, de 70 anos, e que há 36 anos preside o Partido Popular Revolucionário do Laos, foi designado presidente. Ele sucedeu o chamado "príncipe vermelho" Sufanuvong, de 82 anos, que apresentou sua renúncia por motivos de saúde. Vizinho do Vietnã, o Laos foi engolfado pela escalada militar dos Estados Unidos na Indochina nos anos 60 e 70. Em 1964, o governo norte-americano começou a bombardear o país, sob o argumento de que, dessa forma, bloquearia as linhas de suprimento para os vietnamitas. Os nove anos de conflito — durante os quais foram lançadas sobre seu território mais bombas do que as descarregadas na Europa durante a II Guerra Mundial — agravaram os problemas econômicos do país. Com 236.800km² e quatro milhões de habitantes, o Laos é uma das nações mais pobres do mundo, com uma renda per capita de 180 dólares ao ano (1988).

MYANMAR

O governo dos Estados Unidos anunciou que não renovará o acordo para a importação de têxteis de Myanmar (ex-Birmânia) como forma de pressionar o governo desse país do sudeste asiático a consolidar o processo de democratização. A medida faz parte de um conjunto de sanções econômicas que vêm sendo decretadas por Washington em represália ao fato do regime militar instalado em Rangum não ter reconhecido o resultado das eleições realizadas em maio de 1990, que foram ganhas pela Liga Nacional para a Democracia, da dirigente oposicionista Aung San Suu Kyi. Segundo grupos de direitos humanos, quase todos os dirigentes de primeira linha da Liga para a Democracia, incluindo Suu Kyi, foram detidos depois do pleito e pelo menos um quarto dos candidatos eleitos para a Assembléia Constituinte teve o mesmo destino ou partiu para o exílio. O anúncio representa um duro golpe para o governo militar, pois os têxteis são o principal produto de exportação desse país.

O positivo e o inaceitável do "Emendão"

O "Emendão" do governo federal tem, sobre os planos anteriores, uma novidade positiva: foi entregue ao debate público, antes de aparecer na forma autoritária de medida provisória. Na sua mensagem ao país sobre a iniciativa, Collor assegurou que deseja um debate amplo e construtivo e que todos se sentem à mesa para opinar. Com a discussão pública, foi fácil verificar o alto grau de rejeição com que a iniciativa foi recebida, seja pelos políticos, seja pela sociedade.

As justificativas não mudaram muito. Em todos os planos anteriores do Planalto, desde os tempos de Sarney – Cruzados, Bresser, Verão – aos Collor I e II, havia um tom salvador na sua apresentação e um compromisso jamais cumprido, de que sua aplicação resolveria os problemas da economia nacional.

A diferença dos primeiros com o "Emendão" é que este mexe na Constituição, na tentativa de encontrar soluções definitivas para alguns problemas crônicos do Estado.

A primeira impressão que nos deixa o projeto do governo é que muitas das medidas que propôs são formuladas para facilitar a negociação, de maneira a assegurar o trâmite parlamentar de outras. Entre as primeiras, estaria a exigência da universidade paga e algumas medidas fiscais, e, no lote dos outros, o fim do monopólio das comunicações, meta obsessiva para certos funcionários do governo, muito condescendentes com as ambições do dr. Roberto Marinho e seu olho grande sobre os telefones e a transmissão de dados.

É evidente que não desgostará a sociedade, se a Receita Federal ficar com poderes de examinar contas bancárias, embora haja o temor de que, na prática, a concessão venha a transformar-se num instrumento de retaliação política ou de chantagem. Do mesmo modo, só merecerá aplausos uma reforma que possa acabar com o escândalo dos marajás, que, amparados nas contradições das leis, sempre encontram juízes condescendentes para impor ao tesouro público o pagamento de vantagens absurdas e injustas.

Enfim, há medidas propostas que podem aliviar, temporariamente, as finanças públicas federais, mas que mergulhariam estados e municípios em agonia financeira ainda maior que hoje, e seriam de insignificante importância para o equilíbrio do orçamento da União ou o combate à inflação.

Lamentavelmente, o presidente Fernando Collor ainda não entendeu que há um ambiente favorável às verdadeiras e indispensáveis mudanças e a uma política que combata realmente a inflação e leve o país de volta ao desenvolvimento. Para isso, as medidas terão que ser outras, a começar pelo bloqueio da sangria cotidiana, que nos impõem relações financeiras internacionais desi-

guais e predatórias.

Não é possível sair da crise e voltar a crescer, se não há um apelo ao esforço nacional, à mobilização das imensas possibilidades de um país poderoso e rico como o nosso. Ao contrário, mantém-se a insistência em que capitais estrangeiros, absolutamente comprometidos em outras direções e cada vez menos interessados na América Latina, venham salvar a nossa economia. O próprio presidente da República já reconhece que esse caminho tem sido marcado pelas frustrações. Numa reunião com correspondentes internacionais, Collor fez uma declaração muito importante, que vale transcrever na íntegra: "Os investidores estrangeiros vêm fazendo cada vez mais exigências e nós estamos atendendo. Foi o caso da mudança na Lei de Patentes, abertura do mercado de informática, combate às queimadas e renegociação da dívida externa. Cada vez que cumprimos uma das cobranças, surge um novo obstáculo, que impede a captação de investimentos estrangeiros".

O que surpreende é que ainda houvesse, no nosso governo, esperança de que o capitalismo internacional mudaria suas inflexíveis regras de espoliação, para nos atender.

Seria errôneo pensar em resolver o problema do desabastecimento e da inchação das cidades – grandes e pequenas – se não se faz uma reforma agrária real, capaz de reter no campo o pouco que nele ainda existe de força produtiva. E disso nada se fala, e muito menos se faz.

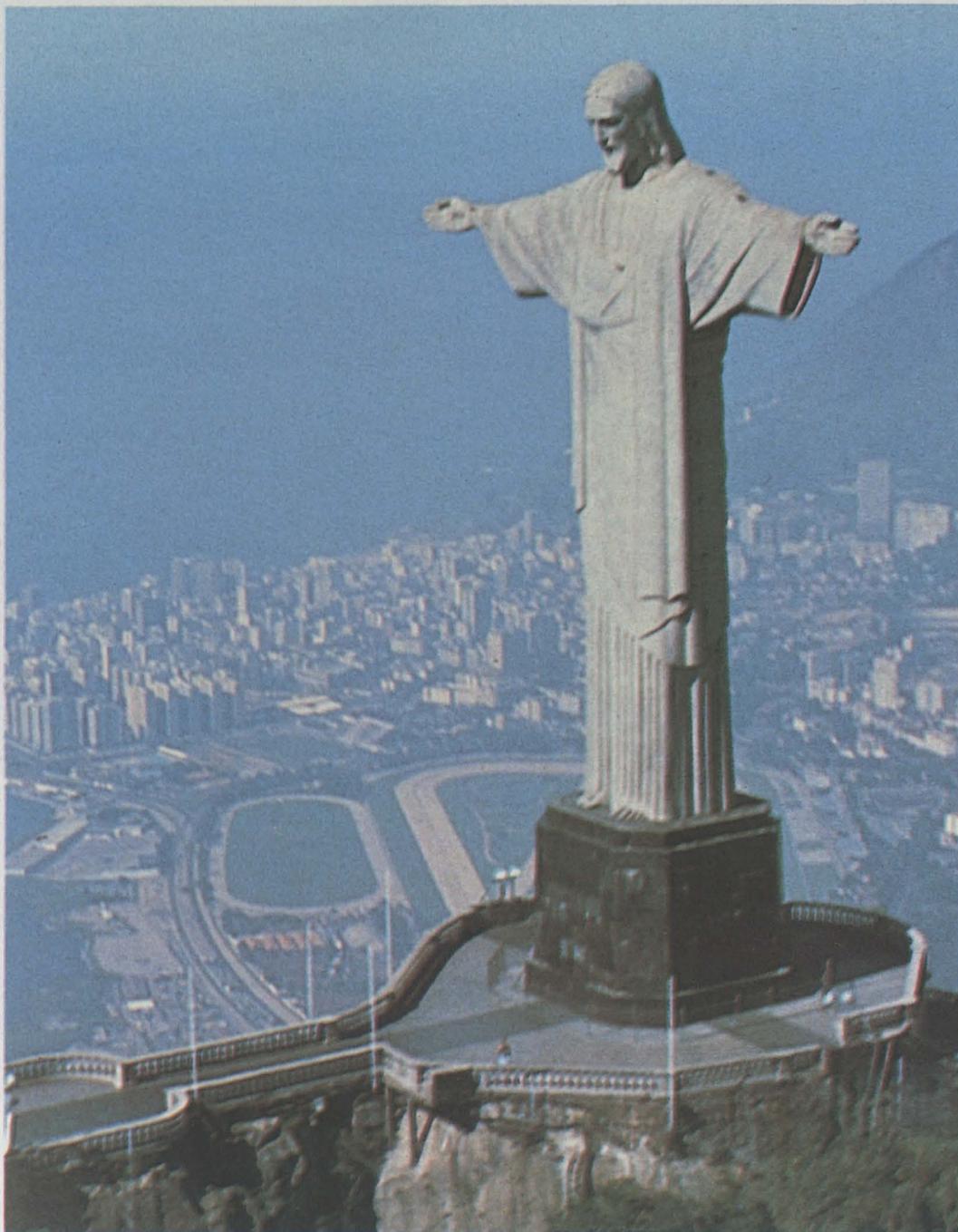
Jamais teremos recursos para criar novas fábricas, ampliar serviços e desenvolver lavouras, se continuarmos engordando o sistema financeiro, na falsa concepção de um mercado regulador da economia, que, junto com a livre negociação de salários, passou a ser a grande utopia capitalista dos nossos tempos.

O "Emendão" não contempla medidas fundamentais que enfrentem os problemas essenciais. Prevê medidas periféricas, que estão longe de ir ao núcleo das questões. Se fosse aprovada no Parlamento, como está – o que dificilmente acontecerá – envelheceria no dia seguinte à sua sanção, e o governo federal teria que demandar novas amputações e outros planos salvadores, que, como os anteriores, se mostrariam igualmente ineficazes e logo se desacreditariam.

O lado positivo da iniciativa é, como acentuamos, o debate que se trava e o incremento da mobilização da opinião pública, na exigência de mudanças que realmente mudem, de reformas que saiam da aparência e se livrem da tentação do "marketing", para mergulhar a fundo, no projeto histórico de transformar a estrutura do Estado e a sua relação com a sociedade.

Luís Santos

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.



NATURALMENTE LIGADO AO RIO

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO-A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade